



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes



Programa de Pós-graduação em Linguística
Doutorado em Linguística

**DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DESCRIÇÃO E USO DAS CLÁUSULAS VS
EM TEXTOS PERNAMBUCANOS DOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX**

CLEBER ALVES DE ATAÍDE

JOÃO PESSOA
2013

Handwritten text at the bottom left, possibly a signature or title, partially obscured.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes



Programa de Pós-graduação em Linguística
Doutorado em Linguística

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística
Linha de Pesquisa: Diversidade e Mudança Linguística

**DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DESCRIÇÃO E USO DAS CLÁUSULAS VS
EM TEXTOS PERNAMBUCANOS DOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX**

CLEBER ALVES DE ATAÍDE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística (PROLING) da Universidade
Federal da Paraíba, como um dos pré-requisitos
para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientação: Dr. Camilo Rosa

Co-orientação: Dra. Maria Helena de Moura Neves

JOÃO PESSOA
2013

A862d Ataíde, Cleber Alves de.
Da esquerda para a direita: descrição e uso das
cláusulas VS em textos pernambucanos dos séculos XVIII,
XIX e XX / Cleber Alves de Ataíde -- João Pessoa, 2013.
196f. : il.
Orientador: Camilo Rosa
Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA
1. Linguística. 2. Cláusula vs. 3. Manuscritos e
impressos. 4. Fatores linguístico-discursivos.

UFPB/BC

CDU: 801(043)



ATA DE DEFESA DE TESE DE
CLEBER ALVES DE ATAIDE

Aos doze dias do mês de março de dois mil e treze (12/03/2013), às quatorze horas, realizou-se na sala 514 do CCHLA, a sessão pública de defesa de Tese intitulada "**Da esquerda para direita: descrição e uso das cláusulas verbo-sujeito em manuscritos e impressos dos séculos XIX e XX**", apresentada pelo(a) doutorando(a) **CLEBER ALVES DE ATAIDE**, Graduado(a) em Letras pelo(a) **Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO-PE**, que concluiu os créditos para obtenção do título de **DOUTOR EM LINGUÍSTICA**, área de concentração **Teoria e Análise Linguística**, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Regina Celi Mendes Pereira da Silva, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof.(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva (PROLING - UFPB), na qualidade Orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(as) Professores(as) Doutores(as) Edvaldo Balduino Bispo (Examinador - UFRN), Iara Ferreira de Melo Martins (Examinadora/UEPB), Maria de Fátima Benício de Melo (Examinadora/UFPB) e Maria Cristina de Assis (Examinadora/ PROLING - UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente, Camilo Rosa Silva, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao (à) Doutorando(a) para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito APROVADO. Proclamados os resultados pelo(a) Sr(a). Presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar foi lavrada a presente ata que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 12 de março de 2013.

Camilo Rosa Silva

Prof.(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva
(Presidente da Banca Examinadora)

Edvaldo Bispo

Prof.(a). Dr(a). Edvaldo Balduino Bispo
(Examinador)

Iara Ferreira de Melo Martins

Prof.(a). Dr(a). Iara Ferreira de Melo Martins
(Examinadora)

Maria de Fátima B. de Melo

Prof.(a). Dr(a). Maria de Fátima Benício de Melo
(Examinador)

Maria Cristina de Assis

Prof.(a). Dr(a). Maria Cristina de Assis
(Examinadora)

Cópia conferida com o documento original.

Roni Ferraz S. Welby

Programa de Pós-Graduação em
Linguística
PROLING/UFPB

Cidade Universitária – Campus I 58051-970 João Pessoa – PB
Caixa Postal: 5124 Fone/fax: (83) 3216-7745
E-mail: prolingufpb@hotmail.com www.cchla.ufpb.br/proling

Os meus agradecimentos

Ufa, acabei! Consegui! Essas foram as minhas primeiras palavras depois de escrever as últimas linhas da tese. Mas lembrei de que ainda faltavam os agradecimentos. Então, mais algumas linhas e pronto, tudo encerrado! Seria o fim de um começo. Foi nesse momento que me dei conta de que escrever os agradecimentos seria o espaço em que eu poderia me livrar do rigor técnico da linguagem científica e ficar um pouco mais livre. E foi assim que me senti para escrever os agradecimentos da minha tese! Senti-me livre para agradecer às pessoas que compartilharam comigo sensações múltiplas de alegrias, tristezas, angústias... nesses quatro anos do meu doutoramento em João Pessoa.

Uma vez Irandé escreveu para mim “*as histórias se tecem... desde o primeiro telefonema até a escrita da tese que virá*”. A tese, realmente, veio, Irandé, e, com ela, vieram também muitas histórias. E espero, como muita certeza, que muitas outras serão escritas e lançadas pela teia da vida, porque temos um longo caminho para percorrer. Nesses quatro anos, muitas pessoas cruzaram meu caminho e foram importantes porque me ajudaram a amadurecer pessoal e intelectualmente. Por isso, passo agora a agradecê-las nominalmente, mesmo correndo o risco de esquecer uma ou de outra.

Agradeço à minha família, porque ela me fez forte e corajoso. Obrigado aos meus irmãos, Clecio, Célia, Clayton, Cássio (*in memoriam*), a minha mãe Vera, aos meus sobrinhos, Raissa, Larissa, João Philipis, Paulo Ricardo e Laís e aos meus tios e minha prima de coração, Geni (*in memoriam*), Candio e Isis. Vocês ajudaram-me, de modo particular, a construir as referências de que precisava para seguir em frente sem olhar para trás.

Na minha trajetória, conheci pessoas que se tornaram meus companheiros de aventura pelas estradas afora. Obrigado Emanuel, Sherry, Thaís e Verônica pelas palavras de conforto, pelas conversas, pelas leituras atenciosas e por aturarem meus desabafos e desafaros e por compartilharem comigo histórias de vidas. Vocês mostraram-me, mais do que eu sabia, que a vida é cheia de graças e que precisamos aproveitá-la ao máximo.

Aos amigos de sempre, aos de data recente e aos distantes, agradeço à compreensão de minha ausência e à amizade incondicional. Vocês aceitaram a minha condição de ser doutorando com todo amor e paciência do mundo. Obrigado pelo apoio e pelas palavras de conforto que me fizeram sentir mais capaz: Paulo, Luciana, Dilva, Marluce (*in memoriam*), Wellington, Antonieta, Penha, Adriana, Carminha, Miriam, Livinha, Lívia, Christiany, Cleide, Poliana, Sandra Dias, Artur, Vanda, Célia, Cecília, Sávio, Carla Parisi, Mabel, Carla Carmelita, Irandé, Gláucia, Mozeiner, Gisele, Jurandir, Thiago Trindade, Walison, Léa, Medianeira, Joice, Áurea, Nádia e Perci.

À amiga Valéria, meu sentimento especial. Obrigado pela parceria e pela leitura cuidadosa da tese antes da qualificação. Agradeço também à equipe que participou da coleta e transcrição dos textos: Andréa de Souza e Silva, Ana Paula Macena, Carolina Cavalcanti, Cláudia Silva, Daniela Forcioni, Danielly Vieira, Jemima Vitória Leite de Souza, Jéssica Pereira da Silva, Manoel Pedro Vieira Filho, Mari Noeli Kiehl Iapechino, Maurício Vieira da Silva, Patrycia Siqueira C. Ferreira, Priscilla Elizabeth da Silva Costa Ferreira, Pedro Henrique Corrêa Silva, Rose Mary Fraga, Samara Falcão, Tarcísia Travassos, Thiago Nunes Soares.

Aos também amigos de agora que me acolheram numa terra nova e encantadora para mim. Graças à companhia e à estadia de vocês, minhas idas e vindas de Recife para João Pessoa foram mais agradáveis e prazerosas. Meu muito obrigado por momentos de alegrias: Márcia Ozinete, Márcia, Luiz, Marcos, Marta, Mônica, Edvânia, Lorena e Flávia, Dona Francisca (mãe de Poliana), Dona Cida e Rodrigo.

Aos colegas da Unesp e do Mackenzie que me acolheram também com muito respeito e alegria durante o período sanduíche que realizei em São Paulo. Agora, os encontros serão maiores!

Esta tese talvez tivesse tomado outro rumo se não fossem as conversas proveitosas com Martelotta (*in memoriam*) e com Rosane Berlinck durante o VIII Seminário do PHPB em João Pessoa. Um diálogo também proveitoso foi o momento com Ana Lima na sala do projeto NURC, em Recife. A todos vocês, meu agradecimento especial pelas trocas e sugestões.

E por falar em professores, não poderia deixar de registrar o carinho e o respeito aos meus orientadores. Em João Pessoa, minha admiração por Beth Christiano. Obrigado pela confiança depositada e o carinho de sempre. Ainda em João Pessoa, agradeço a disponibilidade de Camilo Rosa ao assumir a orientação no momento final da tese. Em São Paulo, compromisso, dedicação e profissionalismo são palavras que dizem muito da professora Maria Helena. Sua disponibilidade e paciência comigo fizeram ainda mais admirá-la como pessoa e pesquisadora. Obrigado por estar sempre “às ordens” para minhas dúvidas e angústias. Obrigado por abrir as portas de sua biblioteca particular em Araraquara, obrigado pelo acesso ao banco de dados do Laboratório de Lexicologia da Unesp, obrigado também pelas sempre proveitosas e valiosas críticas durante as orientações.

Um agradecimento aos professores do Programa de Pós-graduação em Linguística na pessoa da professora Regina Celi, coordenadora do Proling. Fico também agradecido pela simpatia de Ronil, Valberto e Vera. Obrigado por sempre tentarem resolver minhas pendências a distância.

À professora Diana Luz Pessoa de Barros, na época, coordenadora da Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

À professora Fátima Melo, pelo carinho, respeito e amizade que construímos desde o mestrado quando aceitou ser minha orientadora.

Aos professores Iara Martins, Maria Cristina Assis e Edvaldo Bispo, agradeço a aceitação do convite para compor a banca de defesa da tese.

À CAPES pela bolsa durante 17 meses, ao CNPq, pela concessão e pelo financiamento da bolsa de doutorado-sanduíche no país e à FUNDARPE, pelo apoio financeiro ao projeto: *“Identidade e Memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos* que permitiu a conclusão das transcrições do

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta tese insere-se nos recentes estudos sobre a história do Português Brasileiro e tem por objetivo demonstrar que o fenômeno da ordenação verbo-sujeito no português é resultado, além da atuação de fatores formais, de estratégias textual-discursivas. Para esta investigação, selecionei seis fatores que permitissem analisar a cláusula VS em dois níveis complementares: o linguístico e o textual-discursivo. Esses fatores foram o tipo de verbo, a realização do sintagma nominal na função de sujeito, o *status* informacional do SN e a transitividade das cláusulas associadas ao plano de *figura e fundo*. As ocorrências analisadas são de amostras recolhidas de manuscritos e impressos pernambucanos, os quais foram organizados por critérios associados à tradição discursiva, selecionados junto com a equipe regional do projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB). No nível linguístico, resultados mostram que, ao longo de três diacronias, a ordem verbo-sujeito é definida basicamente em função do verbo-predicador e da representação do SN na função de sujeito. No nível discursivo, apontam que as cláusulas VS estão associadas às estratégias de *continuidade e descontinuidade* textual. A integração dos fatores linguístico-discursivos permitiu a caracterização de quatro tipos de cláusulas com sujeito posposto: VS *apresentativa*, VS *não-apresentativa*, VS *de comentário* e VS *de discurso reportado*. Essas construções, dependendo de sua escala de transitividade, podem configurar-se em “porções” centrais ou periféricas da organização dos textos e, pragmaticamente, cumprem a função de introduzir uma informação nova, de participar do fluxo informacional do texto e de apresentar comentários e discursos reportados.

Palavras-chave: Cláusula VS, Manuscritos e Impressos, Fatores linguístico-discursivos.

ABSTRACT

This thesis is inserted in the studies on the history of Brazilian Portuguese. It aims at demonstrating that the phenomenon according to which the order Verb-Subject (VS) in Portuguese is the result of discursive strategies, besides some formal factors. To carry out such investigation, I selected six factors that could analyze the VS clause in two complementary levels: the linguistic and the discursive. These factors comprised the type of verb, the realization of the Noun Phrase (NP) functionally as a subject, the informational status of the NP and the transitivity of clauses associated with the discursive level. The occurrences analyzed come from samples picked from manuscripts and papers which were organized by some criteria associated with the discursive tradition, selected by the regional team belonging to the project For the History of the Brazilian Portuguese (PHPB). Within the linguistic level, the results show that, along of two diachronies, the order VS is basically defined due to the verb-predicator and to the representation of the NP functioning as a subject. Within the discursive level, the results show the VS clauses are associated with the strategies comprised by the text *continuity* and *discontinuity*. The integration of linguistic-discursive factors made possible the characterization of four types of postponed subject: *presentative VS*, *non-presentative VS*, *VS of comment* and *VS of reported discourse*. Those constructions, depending on their scale of transitivity, may become central or peripheral ‘portions’ of the text organization and, pragmatically, they accomplish the following functions: to introduce a new piece of information, to take part in the informational flow of the text and to present comments and reported discourses.

Key-words: Clause VS. Manuscripts and Papers. Linguistic-discursive factors.

RESUMEN

Esta tesis se insiere en los recientes estudios sobre la historia del Portugués Brasileño y tiene por objetivo demostrar que el fenómeno de la ordenación verbo-sujeto en portugués es resultado, además de la actuación de factores formales, de estrategias discursivas. Para esta investigación, He seleccionado seis factores que permitiesen analizar la cláusula VS en dos niveles complementares: el lingüístico y el discursivo. Esos factores fueron el tipo de verbo, La realización del sintagma nominal con función de sujeto, el *status* informacional del SN y la transitividad de las cláusulas asociadas al plan discursivo. Las ocurrencias analizadas son de muestras recogidas de manuscritos y periódicos pernambucanos, los cuales fueron organizados por criterios asociados a la tradición discursiva, seleccionados junto al equipo regional del Proyecto Para Historia del Portugués Brasileño (PHPB). En el nivel lingüístico, resultados muestran que, a lo largo de tres diacronías, el orden verbo-sujeto es definido básicamente en función del verbo-predicador y de la representación del SN con función de sujeto. En el nivel discursivo, apuntan que las cláusulas VS están asociada a las estrategias de *continuidad* y *discontinuidad* textual. La integración de los factores lingüístico-discursivos ha permitido la caracterización de cuatro tipos de cláusulas con sujeto pospuesto: *VS representativa*, *VS no representativa*, *VS de comentario* y *VS de discurso reportado*. Esas construcciones, dependiendo de su escala de transitividad, pueden configurarse en ‘porciones’ central o periférica de la organización de los textos y, pragmáticamente, cumplen la función de introducir una información nueva, de participar del flujo informacional del texto y de presentar comentarios y discursos reportados.

Palabras Clave: Cláusula VS, Manuscritos e Impresos, Factores lingüístico-discursivos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação da competição entre motivações no sistema linguístico.....	50
Figura 2: Codificação dos referentes e possíveis termos funcionais.....	68
Figura 3: Escala de transitividade das orações.....	72
Figura 4: Escala de marcação das ordens SVO/VS.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das ordens SVO – VS no <i>corpus</i> analisado	112
Tabela 2: Frequência de V SN.....	113
Tabela 3: Frequência da ordem VS e função do gênero nos séculos XIX e XX.....	118
Tabela 4: Frequência da ordem VS e modalidades de frase no <i>corpus</i> analisado.....	122
Tabela 5: Frequência da ordem VS e a modalidade de frases em editoriais	125
Tabela 6: Frequência de VS e o tipo de verbo no <i>corpus</i> analisado.....	128
Tabela 7: Extensão do SN na função de sujeito na ordem VS no <i>corpus</i> analisado	131
Tabela 8: Frequência da representação do SN na ordem VS no <i>corpus</i> analisado.....	132
Tabela 9: Frequência de VS a partir do cruzamento da representação do SN na função de sujeito e seu <i>status</i> informacional no <i>corpus</i> analisado.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parâmetros sintático-semânticos da orações	71
Quadro 2: <i>Corpus</i> mínimo – manuscritos (PHPB/PE).....	78
Quadro 3: <i>Corpus</i> mínimo – impressos (PHPB/PE).....	78
Quadro 4: Notação para transcrição	78
Quadro 5: Manuscritos oficiais coletados em Pernambuco	80
Quadro 6: Manuscritos particulares coletados em Pernambuco	89
Quadro 7: Editoriais coletados em Pernambuco	92
Quadro 8: Cartas do leitor coletadas em Pernambuco	98
Quadro 9: Escala de importância do tipo de verbo na ordem VS	129
Quadro 10: Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>não-apresentativas</i>	149
Quadro 11: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS <i>não-apresentativas</i>	152
Quadro 12: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS <i>apresentativas</i>	161
Quadro 13: Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>apresentativas</i>	162
Quadro 14: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS <i>introdutoras de comentário</i>	169
Quadro 15: Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>introdutoras de comentários</i>	170
Quadro 16: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS <i>introdutoras de discurso reportado</i> ..	176
Quadro 17: Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>introdutoras de discurso reportado</i>	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do tipo de verbo no <i>corpus</i> e sua correlação com a ordem VS	126
Gráfico 2: Distribuição do número de casos de sujeitos pospostos de tipo dado textualmente, segundo a distância que os separa da menção anterior no <i>corpus</i> analisado.....	143
Gráfico 3: Distribuição das cláusulas VS <i>não-apresentativas</i> no <i>corpus</i>	153
Gráfico 4: Distribuição das cláusulas VS <i>apresentativas</i> no <i>corpus</i>	163
Gráfico 5: Distribuição da cláusula VS <i>introdutora de comentário</i> no <i>corpus</i>	171
Gráfico 6: Distribuição da cláusula VS <i>introdutora de discurso reportado</i> no <i>corpus</i>	179

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Adj - Adjetivo

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

COLUSO – Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

DC – Dinamismo Comunicativo

Det - Determinante

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

N - Nome

OVS – Objeto, Verbo e Sujeito

PFS – Perspectiva Funcional da Sentença

PB – Português Brasileiro

PHPB – Para História do Português Brasileiro

S – Sujeito

SN – Sintagma Nominal

SNp – Sintagma Nominal Pleno

SP – Sintagma Preposicionado

SV – Sujeito - Verbo

SVO – Verbo, Sujeito e Objeto

VS – Verbo-sujeito

VSO – Verbo, Sujeito e Objeto

MO – Manuscrito Oficial

MP – Manuscrito Particular

ED – Editorial

CL – Carta do leitor

SUMÁRIO

A ORDENAÇÃO DOS TERMOS: DESCRIÇÃO DA ORDEM VS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	20
1. A natureza do verbo nas construções VS	23
2. As propriedades do SN-sujeito nas construções VS.....	26
3. Uma hipótese, mas não tão nova	30
5. A organização da tese.....	31
EM BUSCA DE UM CAMINHO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	
1.1. Um Funcionalismo, vários modelos teóricos	33
1.2. Uma Linguística centrada no uso: cognição e gramática	37
1.2.1. Iconicidade e cognição: do léxico à sintaxe	41
1.3. O princípio de distribuição de informação	57
1.3.1. A categorização do sintagma nominal e o <i>status</i> informacional	63
1.4. Plano discursivo e a transitividade das cláusulas verbo-sujeito.....	69
HISTÓRIA, LÍNGUA E TEXTOS: A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE	
2.1. <i>Corpus</i> do projeto Para História do Português do Brasileiro.....	75
2.2. <i>Corpus</i> do PHPB em Pernambuco	77
2.2.1. Os manuscritos oficiais.....	79
2.2.1.1. Os produtores dos manuscritos oficiais	81
2.2.1.2. As sequências textuais e os propósitos comunicativos.....	82
2.2.1.3. Os aspectos formais	85
2.2.2. Os manuscritos particulares	88
2.2.2.1. Os produtores e as sequências textuais dos manuscritos particulares	91
2.2.3. Os editoriais	91
2.2.3.1. Os aspectos sócio-históricos.....	93
2.2.3.2. As sequências textuais e o propósito comunicativo	95
2.2.4. As cartas do leitor	97

2.1.4.1. O contexto sócio-histórico e o propósito comunicativo	99
--	----

À PROCURA DA ORDEM: ESTABELECENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. A seleção das cláusulas verbo-sujeito: os fatores de ordem gramatical	102
3.1.1. Modalidade de frases	103
3.1.2. Tipos de oração	103
3.1.3. Tipos de verbos.....	104
3.1.4. O sintagma nominal na função de sujeito.....	105
3.1.4.1. A representação do SN	105
3.1.4.2. A extensão do SN	106
3.1.4.3. O item periférico [x]VS[x]	107
3.2. À procura de outra ordem: os fatores discursivos	108
3.2.1. A transitividade associada ao plano discursivo	108
3.2.2. O <i>status</i> informacional.....	109
3.2.3. Os gêneros textuais.....	110

DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DESCRIÇÃO E USO DA ORDENAÇÃO VS

4.1. Uma visão geral dos dados.....	111
4.1.1. A distribuição da ordem SVO e VS no <i>corpus</i> do PHPB/PE.....	112
4.2. Fatores linguísticos da ordem VS.....	120
4.2.1. As frases declarativas e interrogativas	121
4.2.2. Tipos de verbo	125
4.2.3. A extensão e a representação do SN na função de sujeito	130
4.3. Propriedades discursivas da ordem VS.....	134
4.3.1. As cláusulas VS não-apresentativas	141
4.3.1.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS não-apresentativas.....	148
4.3.1.2. Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS não-apresentativas	150
4.3.1.3. A frequência das cláusulas VS não-apresentativas no <i>corpus</i> analisado.....	153
4.3.2. As cláusulas VS apresentativas	154
4.3.2.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS apresentativas	161

4.3.2.1. A frequência das cláusulas VS <i>apresentativas</i> no <i>corpus</i> analisado	163
4.3.3. As cláusulas VS <i>introdutoras de comentários</i>	164
4.3.3.1. Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS <i>introdutoras de comentários</i> .	166
4.3.3.2. Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>introdutoras de comentários</i>	169
4.3.3.3. A frequência de VS <i>introdutoras de comentários</i> no <i>corpus</i> analisado	171
4.3.4. As cláusulas VS <i>introdutoras de discurso reportado</i>	172
4.3.4.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS <i>introdutoras de discurso reportado</i>	176
4.3.4.2. A frequência das cláusulas VS <i>introdutoras de discurso reportado</i> no <i>corpus</i> analisado.	178
Conclusões	181
Referências	187

A ordenação dos termos: descrição da ordem VS no português brasileiro

Diz-se que o português do Brasil é uma língua em que os constituintes de uma sentença se dispõem preferencialmente na ordem sujeito – verbo – objeto. Assim, espera-se que o elemento que exerce a função de sujeito esteja expresso antes do verbo-predicador. Assim, uma sentença típica do português é *Carlos construiu a casa de Maria* porque a ação do agente (*Carlos*) antecede o afetuação do objeto (*a casa de Maria*). Em oposição à ordem básica SV, a sentença *Como sempre, apareceu um camarada que tinha ideias, e apareceram os que aproveitam as ideias alheias* é considerada uma ordem “inversa”, “anormal” ou “invertida” no português.

Apesar de se perceber que as duas ordens, sujeito-verbo e verbo-sujeito, sejam possíveis em português, uma parece ser mais restrita, mais comum do que a outra. No exemplo anterior, há de se notar uma determinada restrição que permite a inversão da cláusula. As orações com verbo do tipo transitivo parecem apresentar certas restrições quanto à posposição do sujeito, enquanto que os verbos intransitivos licenciam maior liberdade da ordenação dos constituintes na oração. Portanto, são possíveis construções como *chegaram as encomendas* e as *encomendas chegaram*. Além dos chamados intransitivos, a inversão do sujeito nas orações pode ocorrer com alguns tipos de verbos, especialmente, com aqueles que indicam existência, ausência, apresentação, surgimento, como no exemplo a seguir, retirado da canção intitulada “*Passe em casa*”¹, em que a posposição do sujeito é inteiramente possível por causa do verbo de movimento *passar*.

¹ Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown e Marisa Monte.

*Passam pássaros e aviões
E no chão os caminhões
Passa o tempo, as estações
Passam andorinhas e verões...*

*Passe em casa
Tô te esperando!
Tô te esperando!
Passe em casa
Tô te esperando!
Tô te esperando!*

*Estou esperando visita
Tão impaciente e aflita
Se você não passa no morro
Eu quase morro!
Eu quase morro!
Estou implorando socorro
Ou quase morro!
Ou quase morro!
Vida sem graça se
Você não passa no morro...*

*Já estou pedindo que
Passe um tempo, passe lá
Passe o mal com os meus lençóis
Passe agora, passe enfim
Um momento prá ficarmos sós...*

Com esses exemplos, é possível argumentar que, embora a ordem verbo-sujeito ocorra em contextos mais limitados no português, ela reflete, assim como a sequência sujeito-verbo-objeto, uma ordenação natural da língua. Essa conclusão estaria corroborando o que Greenberg (1963) assinala sobre a ordenação das palavras nas línguas. O autor diz que “as línguas do mundo tanto usam a ordem SVO, como VSO, SOV e outras, o que indica que não existe uma ordem natural para as palavras na frase”.

Normalmente, é atribuído à ordem VS o caráter marcado pelo fato de ela ser menos produtiva e limitada a determinados contextos. As explicações para a limitação desses

contextos encontram-se desde as gramáticas históricas da língua portuguesa. Uma das primeiras hipóteses lançadas sobre a inversão do sujeito refere-se a um **princípio de natureza estilística**. Nessa abordagem, a ocorrência da ordem VS é explicada pelo recurso da *eufonia* e da *ênfase*. Presume-se que a ordenação dos constituintes na sentença está associada à finalidade de realçar e enfatizar o sujeito ou qualquer elemento deslocado da sua posição mais convencional (CUNHA, 1976; THOMAS, 1969). Essa ideia é também compartilhada por Câmara Júnior (1976, p. 525) quando diz que “a anteposição do verbo tem valor estilístico muito nítido, que consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação”. Nesses estudos, a inversão do sujeito também está associada, particularmente, a alguns contextos específicos, como, por exemplo, a orações interrogativas, exclamativas, relativas, existenciais e reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de participio. Ainda se afirma que a posposição do sujeito é possível em orações declarativas, afirmativas, ativas e neutras, desde que se possa assegurar o sentido e a comunicação, (CUNHA, 1976; THOMAS, 1969).

A generalização dos gramáticos sobre ordem VS em orações consideradas mais “básicas” das línguas naturais possibilitou um grande número de investigações no português brasileiro. Vários estudos referentes ao tema, nas suas mais diferentes abordagens teóricas, tiveram como objetivo descrever as causas que asseguram a inversão do sujeito em orações declarativas. Vários também têm sido os fatores apontados como possíveis causas do fenômeno da inversão. Embora apresentem diferentes perspectivas de enfoque, porém, os estudos apontam para muitos resultados convergentes. Nessas pesquisas comumente é afirmado que as restrições formais do fenômeno da inversão do sujeito centram, principalmente, em duas categorias gramaticais: o verbo e o SN, as quais passo descrever na próxima seção desta tese.

1. A natureza do verbo nas construções VS

Sobre a natureza do verbo, o ponto maior de convergência entre as abordagens *gerativistas, variacionistas e funcionalistas* está na correlação que existe entre a ordem VS e a estrutura argumental do verbo. Os verbos de apenas um argumento tendem a licenciar mais fortemente a posposição do sujeito, enquanto que os pluriargumentais são mais avessos, isso porque existe a possibilidade de ambiguidade na atribuição dos papéis sintáticos do sintagma nominal. Um SN pós-verbal tanto pode ser interpretado sintaticamente como sujeito ou como objeto.

Numa abordagem na linha da gramática gerativo-transformacional, no estudo intitulado “*A posposição do sujeito no português do Brasil*”, Bittencourt (1979) discute a ordem VS como uma regra opcional, possível com **verbos intransitivos** e **copulativos**, mas totalmente bloqueada com **verbos transitivos**.

Diferente em perspectiva teórica, mas com resultados similares, Lira (1982), em “*Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese*”, numa análise variacionista, conclui que o fenômeno VS é praticamente nulo com verbos **transitivos** e, levemente, favorecido pelos **intransitivos**. Em relação aos **verbos copulativos**, seus resultados apontam para uma leve inibição.

Da mesma forma que Lira, Pedrosa (2004), na dissertação de mestrado – *A ordem sujeito verbo/verbo sujeito na fala pessoense*, chega à conclusão de que a transitividade do verbo é o fator que mais fortemente determina a ordem VS em dados de língua falada na cidade de João Pessoa. Esse resultado também está bem próximo daquele encontrado por Berlinck (1988). A autora, em “*A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*”, investiga um *corpora* correspondente a três séculos (XVIII, XIV e XX) e

mostra a diminuição da ordem VS nos estágios mais recentes do português brasileiro. Baseada no fator também da transitividade, ela busca comprovar a força da **monoargumentalidade dos verbos** para comprovar a fixação da ordem V SN nas sentenças declarativas. Essa tese também é defendida por Kato (1999), em “*A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil*”.

Sobre os **verbos transitivos**, tanto Lira (1982) como Berlinck (1988) e Pedrosa (2004) explicam o comportamento desses verbos por meio do argumento de que a posposição do sujeito com verbos de mais de uma valência pode gerar estruturas ambíguas quanto à identificação da função sintática do SN posposto. Assim, numa construção como *Beijou Maria Carlos*, a sentença se tornaria ambígua porque não se pode dizer se foi *Carlos* que beijou *Maria* ou se foi o contrário que aconteceu. Essa é a mesma afirmação de Pontes (1987) em “*A ordem VS em português: uma tentativa de explicação*”. A autora diz que “a primeira generalização a respeito da ordem VS é que ela pode ocorrer nos ambientes em que não seria necessário recorrer à ordem SVO para distinguir sujeito de objeto, [...]. Daí ela ser mais encontrada com **verbos intransitivos**”, (p. 149).

Numa abordagem gerativista, Em *Sur la postposition du sujet dans le portugais du Brésil*, Nascimento (1984) argumenta a favor da associação da VS com os **verbos intransitivos**, porém ressalta a relativização do fator da monoargumentalidade do verbo. O autor defende a ideia de que esse fato não pode ser considerado uniforme, nem tão pouco categórico para a posposição do sujeito no português brasileiro. O processo de inversão do sujeito, segundo autor, seria definido e explicado pelo objetivo específico subjacente à construção de uma sentença. Assim, se o objetivo for *predicar*, o sujeito virá anteposto ao verbo, caso o objetivo seja *apresentar*, o sujeito ocorrerá após o verbo. Para defender sua tese, Nascimento recorre ao princípio geral de que para o processo de inversão VS “é

possível relacionar todas as questões envolvidas com a inversão do sujeito em português com o processo responsável pela formação das frases que denominam geralmente existenciais ou apresentativas”. Esse processo pode se dar com qualquer verbo intransitivo e supõe a posposição do sujeito. Desse modo, a ordem VS só permite a interpretação apresentativa.

O aspecto da possível normalidade da ordem VS com os **verbos existenciais e apresentativos** também foi apontado por Bittencourt (1979). No seu *corpus*, a autora constata que a maior parte dos casos de VS com verbos intransitivos poderia ser considerada como construções com **verbos existenciais**. Tese também já descrita em Epiphanyo Dias (1917 *apud* Pontes, 1987). Este autor defende que a ordem VS acontece “com verbos existir, aparecer, ocorrer, e aos de significação semelhante” (p.53). Compartilham da mesma observação sobre esses verbos os autores Thomas (1969), em seu estudo “*The syntax of spoken portuguese*”, Contreras (1976), no trabalho analisando dados da língua espanhola, “*A theory of word order with special reference to spanish*”, e Givón (1977), em estudo intitulado “*The drift from VSO to SVO in Biblical Hebrew: the pragmatics of tense-aspect*” e Lira (1982). Inclusive, Givón postula que os **verbos classificados como existenciais têm o princípio universal de apresentar o sujeito posicionado**.

Outro fator ainda apontado pelos estudos listados até aqui está correlacionado ao **caráter aspectual do verbo-predicador** na definição da ordem dos constituintes sentenciais. Lira (1982) e Berlinck (1988), baseadas em Givón (1977), consideram os verbos segundo sejam de evento dinâmico, de estado ou de processo. A tese givoniana diz que os verbos de eventos têm “propriedades referenciais mais altas que os outros, e,

portanto competem mais vigorosamente com o sujeito pelo espaço de referência e topicalidade mais altas na sentença” (p. 183).

Sob uma perspectiva mais discursiva-funcional, Pezatti (1994) em sua tese de doutoramento, intitulada - *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais* - analisa as sentenças do português brasileiro e conclui que as sentenças existenciais e apresentativas são mais tendenciosas a ordem VS e estão ligadas ao fator de **baixa transitividade do predicador**. Baseado no modelo da Gramática Funcional, a autora postula que a ordem SV(O), que representa a relação tópico-comentário, implica transitividade relativamente alta. Em consequência, constitui geralmente a porção de figura do discurso, contribuindo, assim, para a progressão discursiva. Já a ordem VS, que apresenta apenas o comentário, implica baixa transitividade e, conseqüentemente, constitui a porção de fundo, contribuindo, assim, para a montagem do cenário discursivo. Tais resultados corroboram com os já apontados por Votre e Naro (1991) sobre o princípio de baixa tensão dos verbos e de polaridade dos SNs-sujeito em dados de língua falada do Rio de Janeiro.

Rastreados os principais estudos sobre a natureza dos verbos, na próxima seção, descrevo as propriedades dos SNs na ordenação VS.

2. As propriedades do SN-sujeito nas construções VS

É consensual, nos estudos de Bittencourt (1979), Lira (1982), Nascimento (1984), Berlinck (1988, 1995), Pontes (1987), Coelho (2000), Spano (2008), entre outros autores, admitir a importância dos traços associados ao SN com função-sujeito nas construções VS. A forma assumida pelo sujeito (pronomes, SN pleno ou oração) tem sido avaliada por

diversos estudos referentes à ordem VS, a fim de avaliar a hipótese de que os **pronomes** concentram-se mais nas posições pré-verbais e, portanto, inibem a ordem verbo-sujeito. Já os **SNs plenos e orações** estão mais associados à ordenação verbo-sujeito. A forma assumida pelo SN também está relacionada a um pressuposto, muito divulgado pelos psicolinguistas, o de que os **constituintes à esquerda são mais complexos** do que os ramificados à direita.

Votre e Naro (1991), em *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*, analisando um *corpus* de língua falada da cidade do Rio de Janeiro, confirmam a expectativa tradicional dos linguistas de que os sintagmas mais pesados seriam encontrados numa estrutura à direita. Entretanto, ressaltam os autores que é perfeitamente possível encontrar sintagmas mais leves em construções do tipo VS. Embora apresentem outras variantes e outras abordagens teóricas, Berlinck (1988) e Coelho (2000) encontraram resultados semelhantes sobre o tamanho do SN e a marcação da ordenação verbo-sujeito.

A relação entre sujeitos complexos e a ordem VS também é destacada no estudo de Castilho (1987), *A ordem do sujeito nominal no português culto falado em São Paulo*, em que o autor conclui que “o aumento da complexidade sintática do SN sujeito torna quase categórica a posposição” (p. 43). Para chegar a essa conclusão, Castilho distingue e analisa três grupos de SNs de acordo com sua associação com a ordem: N+Det e N+ 2Det, que aparecem posposto em apenas 25% dos casos, N+adj/SP/Relativa, com percentuais de 50%, e N+N que chega a mais de 70% dos contextos analisados.

Em estudos mais recentes, Spano (2008), em dados do português escrito do Brasil e de Portugal, verificou que a extensão do SN na função sintática de sujeito está associada à natureza sintático-semântica do verbo. Para medir a extensão do SN, a autora, pautada em Coelho (2000), utilizou o critério de quantidade de até três palavras para definir SN

[+pesado] ou [- pesado]. Os resultados apontam que os SNs mais pesados e longos aparecem frequentemente nas construções verbo-sujeito com verbos inacusativos prototípicos que indicam mudança de estado, de movimento concreto e nos verbos transitivos.

Além da representação do SN e de sua complexidade, o **grau de animacidade do referente do SN** é considerado um fator importante para a ordenação VS. Votre e Naro (1991) concluem que a ocorrência de VS estaria associada ao status [-intencional] do sujeito. Daí deduz-se que o traço [-animado] também estaria ligado particularmente à posposição. Esse resultado também é compartilhado por Lira (1982), Berlinck (1988), Spano (2008) e Pedrosa (2004).

Outro fator igualmente relevante para a explicação da ordenação verbo-sujeito é o que define o **status informacional do SN**. Marques (2008), na sua dissertação de mestrado, *Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no português arcaico*, chega à conclusão de que o grau de novidade do referente e seu posicionamento na sentença estão diretamente associados.

Na análise de Lira (1982) e Pezatti (1997) a *o status* informacional do SN indica um alto favorecimento de VS. Quando o sujeito apresenta informação nova, ele tende a ser posposto. Apesar de não chegarem a resultados convergentes quanto aos números obtidos devido à natureza do *corpus* e da abordagem teórica, o princípio de que o espaço pós-verbal é lugar propício à introdução de uma informação nova é partilhado por Berlinck (1988), Coelho (2000), Spano (2008).

Para Votre e Naro (1991) afirmam que apenas o conteúdo informacional não explica essencialmente a ocorrência da posposição do sujeito. A principal motivação para a posição ocupada pelos sintagmas nominais na função de sujeito em cláusulas VS não só reside na

sua extensão ou representação do SN, mas em seus **aspectos pragmático-discursivos**. Se o SN-sujeito estiver incluído num fluxo referencial do texto, tenderá a estar quase sempre na forma SV, porém, se quebrando o *fluxo referencial*, sua tendência será a forma VS. O que assegura a inversão do sujeito é, portanto, **o princípio da Polaridade**, o qual se define em razão do fluxo discursivo e acaba se refletindo na ordenação dos elementos ao redor do verbo. O SN que apresenta maior grau de *topicidade* ocupa a posição antes do verbo e aquele considerado menos tópico aparece depois.

Partindo da tese de que a simples oposição dado/novo não é suficiente, nem adequada para a avaliação do fenômeno da ordem verbo-sujeito, Berlinck (1995), no estudo intitulado *La position du sujet en portugais: etude dachoronique des varietés brésilienne et européene*, avalia essa correlação e propõe uma nova investigação da ordem VS a partir das **variações do tipo de informação** do sujeito pós-verbal e da **heterogeneidade da configuração** dessas sentenças. A autora distingue três tipos de posposição: o deslocamento à direita, em que o sujeito é interpretado como tópico, situando-se fora da frase; a configuração VXS, em que o sujeito é o foco da sentença; e a configuração VSX, estrutura na qual o sujeito pertence ao comentário. Com base nessas configurações, os resultados apontam que o sujeito deslocado à direita e o sujeito que segue o verbo sem nenhum material interveniente situam-se uma ou duas orações depois de sua menção anterior. Já os SN-sujeito posicionados no final da frase (VXS) encontram-se muito distante da sua menção precedente, o que o torna pouco acessível e outorga a maior carga informativa.

3. Uma hipótese, mas não tão nova

Qualquer que seja a natureza do princípio exploratório – *sintática*, *semântica*, *discursiva* ou *estilística* – os estudos já realizados por diversos autores e em diferentes perspectivas teóricas, todos eles têm o mesmo objetivo: caracterizar e explicar as motivações que determinam a ordenação VS. Minha proposta não se distancia das demais em essência. Pretendo, portanto, investigar a ordenação verbo-sujeito, a partir de um elenco de fatores associado à natureza do verbo e do SN na função de sujeito, tentando resgatar os resultados obtidos pelas pesquisas já realizadas. Porém, parto de uma abordagem mais textual em que analiso as cláusulas VS como estratégias discursivas, a fim de demonstrar como se pode correlacionar uma estrutura morfossintática da língua com a função que ela exerce na organização do texto. Faço isso a partir de um levantamento quantitativo e qualitativo das cláusulas VS em contextos da escrita do *corpus* composto de textos dos séculos XVIII, XIX e XX, para identificar quais as motivações linguístico-discursivas que atuam na frequência da ordem VS nos gêneros carta do leitor, editoriais, manuscritos particulares e manuscritos oficiais do Estado de Pernambuco. Esses textos compõem o *corpus* pernambucano do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB).

A hipótese aventada nesta tese parte da ideia de que a inversão do sujeito é resultado de estratégias de *continuidade* e *descontinuidade* discursivas. Associadas a essas estratégias, estão o princípio de *Baixa tensão comunicativa* e o princípio da *Polaridade*. De acordo com a *transitividade da oração*, a cláusula VS pode figurar na parte mais periférica ou central da organização textual.

4. A organização da Tese

Toda minha discussão sobre a ordenação VS está distribuída em quatro capítulos. No primeiro capítulo, essencialmente teórico, nomeado como *Em busca de um caminho: pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico*, apresento uma revisão dos pressupostos teóricos do Funcionalismo linguístico que norteiam a interpretação do fenômeno em questão. São discussões a respeito do *princípio da iconicidade*, da *marcação* e da *informatividade*, além da relação *transitividade da oração* com o *plano discursivo*.

No segundo capítulo, *História, Língua e Textos: a constituição de um corpus de análise*, reservo o espaço para apresentar a história dos textos que compõem o *corpus* analisado. Os textos selecionados reúnem amostras distintas de quatro tipologias de gêneros estabelecidos no âmbito do projeto PHPB: *manuscritos oficiais*² e *particulares*, *editoriais* e *cartas do leitor*. Selecionei 30 exemplares de cada gênero escrito, divididos por séculos para compor o banco de dados. Trabalhei com dados de 120 textos, o que totaliza 58.213 palavras, sendo 13.204 dos manuscritos oficiais, 15.051 dos manuscritos particulares, 16.675 dos editoriais e 13.283 das cartas do leitor.

No terceiro capítulo, *À procura da ordem: estabelecendo os procedimentos metodológicos*, apresento os aspectos teórico-metodológicos escolhidos para compor a base de análise das cláusulas VS na escrita pernambucana. Descrevo, em linhas gerais, os seis fatores que selecionei em dois níveis complementares: o linguístico e o discursivo. Esses

² A categoria “*manuscritos oficiais*” concentra um grupo de textos administrativos como declaração, atestado, certidão, ofício, requerimento *etc.* que, socialmente, atende a propósitos comunicativos diferentes.

fatores foram o tipo de verbo, a realização do sintagma nominal na função de sujeito, o *status* informacional do SN e a transitividade das cláusulas associadas ao plano discursivo.

Por fim, no último capítulo, *Da esquerda para a direita: descrição e uso da ordenação VS*, (1) descrevo quantitativamente os resultados obtidos dos fatores linguísticos no *corpus* diacrônico e sincrônico do PHPB/PE. Em seguida, (2) interpreto esses resultados, propondo uma classificação das cláusulas VS segundo as funções discursivas desempenhadas nos gêneros analisados. Na medida do possível, (3) estabeleço comparações dos meus resultados com de outras pesquisas que deles se aproximam ou se distanciam.

Em busca de um caminho: pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico

Nesta tese, apresento uma abordagem do fenômeno da ordenação verbo-sujeito a partir de uma interpretação funcionalista, partindo da hipótese de que a inversão do sujeito é também resultado de estratégias textual-discursivas. Para embasar teoricamente esta investigação, apresento, em linhas gerais, as discussões acerca do funcionalismo, campo teórico aqui concebido como *uma linguística baseada no uso*. Destaco, nas próximas páginas, os conceitos e os temas que considere mais relevantes para a discussão do fenômeno em questão e que serão recuperados adiante no capítulo de análise e resultados.

1.1. O funcionalismo linguístico

É consenso afirmar que a linguagem humana desempenha um papel central em nossas vidas, uma vez que permeia e organiza nossas atividades de comunicação do cotidiano social. Essa capacidade, exclusivamente humana, de se expressar verbal e articuladamente sempre despertou atenção e interesse dos homens ao longo da história da civilização. Há reflexões sobre a linguagem humana desde o século X, na Antiguidade Clássica, com os filósofos greco-latinos, até os dias atuais com os linguistas contemporâneos. Mas foi no século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, com base nas ideias de Ferdinand Saussure, que nasceu o estudo científico da linguagem no Ocidente.

No entanto, assim como qualquer outra área da ciência humana, a Linguística

comporta diferentes escolas teóricas que divergem em sua maneira de compreender os fenômenos da linguagem. De modo geral, pode-se afirmar que as abordagens linguísticas atuais podem ser divididas em dois grandes paradigmas³:

a – *o paradigma formalista* prioriza os aspectos estruturais das línguas sob a perspectiva formal. A língua(gem) é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de usos (DIK, 1987).

b – *o paradigma funcionalista* ressalta os aspectos integrativos das unidades linguísticas (forma e função). A linguagem é interpretada como uma rede de relações e as estruturas são a realização das relações.

Esses dois paradigmas da linguística estão associados a diferentes modos de conceber o fenômeno natural da linguagem humana. No geral, essas duas orientações divergem quanto aos objetivos da análise linguística, à metodologia aplicada e ao tipo de dados utilizados. Basicamente, a distinção entre o polo formalista e o polo funcionalista reflete a oposição entre o estudo da forma linguística, representado no nível da fonologia, da morfologia e da sintaxe, e o estudo das funções que essa forma desempenha na comunicação diária.

Em resumo, o aspecto mais importante que distingue o paradigma formalista do funcionalista é que os formalistas compreendem a língua como um sistema autônomo, ao passo que os funcionalistas a estudam em relação a sua função social. Nesse sentido, o

³Em Dik (1978, 1989) o termo *paradigma* é proposto para designar cada conjunto de crenças e hipóteses sobre o formalismo e o funcionalismo. Segundo Neves (1997), a obra de 1978 especifica oito tópicos de confronto, e a de 1989 transforma sete desses tópicos em sete questões.

funcionalismo se fundamenta em dois grandes pressupostos:

- (i) A língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico;
- (ii) Essas funções externas contribuem para moldar a organização interna do sistema linguístico.

Sendo assim, estudos funcionalistas estão interessados em explicar as regularidades no sistema linguístico, as quais advêm do uso interativo da língua e das condições pragmáticas. Isso quer dizer que os estudos funcionalistas ultrapassam o âmbito da estrutura gramatical e buscam, na situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo, a verdadeira motivação para os fatos da língua. Por isso, um dos pressupostos centrais do funcionalismo é que o contexto de uso motiva as diferentes construções sintáticas.

Na história da Linguística, dois grandes paradigmas surgiram para distinguir modelos de análises diferentes. O termo *funcionalismo* abarca diferentes modelos teóricos que compartilham entre si a concepção de língua como instrumento de interação que, como tal, deve ser analisada com base em situações reais de uso.

Sobre isso, Nichols (1984, *apud* NEVES 1997) classifica as pesquisas seguindo a proposta funcionalista da linguagem em três tipos:

- a) **O funcionalismo conservador** – aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura linguística. Enquadram-se aqui os trabalhos de Susumo Kuno (1987), segundo Van Valin (1990).

- b) **O funcionalismo extremado** – nega a autonomia da estrutura e das restrições sintáticas e considera que as regras se baseiam internamente na função. Os textos de Sandra Thompson (1987), *That-deletion from a discourse perspective*, de Paul Hopper (1987), *Emergent Grammar* e de Givón (1979), *On Understanding Grammar* são considerados “extremos” por Van Valin (1990) porque negam a estrutura e defendem que a gramática pode ser reduzida ao discurso.
- c) **O funcionalismo moderado** – aponta as inadequações do formalismo e propõe uma análise linguística funcionalista da estrutura. Essa corrente atribui maior ênfase à semântica e à pragmática para a análise linguística, mas admite que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais. São representantes desse modelo os autores Dik (1997), Halliday (1985) e Van Valin (1997) e Givón (1995).

Mesmo aceitando que existe um número grande e diversificado de propostas funcionalistas, fica evidente que o funcionalismo apresenta, no seu interior, pontos em comum que fazem dele uma teoria organizada e aceita (PEZATTI, 2004). Na verdade, o que vem sendo denominado de funcionalismo em linguística, apesar das peculiaridades dos diferentes modelos, são os fundamentos epistemológicos que caracterizam uma pesquisa funcionalista. São, portanto, conceitos gerais de uma proposta funcionalista considerar:

- a) *A língua como um fenômeno social*, isto é, um instrumento de interação social, cuja principal função é o estabelecimento dinâmico da comunicação entre os

seus interlocutores.

- b) *O discurso como um conjunto de estratégias criativas* empregadas pelo falante/escrevente para organizar seu texto com propósitos e objetivos para um determinado ouvinte/leitor.

- c) *A gramática como um sistema de convenções resultantes de motivações de natureza distinta*, em que sobressaem as pressões de uso. A gramática de qualquer língua exige padrões morfossintáticos estáveis ao lado de padrões também emergentes.

Esses três conceitos resultam na maneira como os funcionalistas concebem as análises linguísticas. Pezzati (2004, p. 168) diz que “o princípio de toda explicação linguística deve ser buscado na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso”. Assim, torna obrigatória a tarefa para o linguista explicar o fenômeno da linguagem mediante as relações que contraem falante, ouvinte e a informação pragmática de ambos. Nas palavras de Dik (1989), o compromisso fundamental da abordagem funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

1.2. Uma linguística centrada no uso: cognição e gramática

O funcionalismo privilegia o uso da língua e considera haver uma relação estreita entre as estruturas das línguas e o uso que os falantes fazem delas em diversos contextos de

comunicação. Isto é, caracteriza-se por ser um tipo de abordagem que incorpora em suas análises aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos.

Nessa perspectiva, são levados em conta na análise das línguas, aspectos da experiência humana em seu ambiente cultural associados a aspectos cognitivos como nossa capacidade de organizar, acessar, conectar, utilizar e transmitir adequadamente informações. Martelotta (2011, p. 56) postula que “é importante entender que esses aspectos de ordem cognitiva não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural”.

Neste caso, a habilidade linguística dos falantes de uma língua é vista como constituída das regularidades no processamento mental da linguagem em situações reais de uso. Em outras palavras, é possível dizer que os eventos de uso, naturalmente estabelecidos por condições pragmáticas, dirigem a formação e o funcionamento do sistema interno do falante, cuja estrutura não se separa do processamento mental que ocorre no uso que se faz da língua. Tais eventos de uso são cruciais para a continuidade da organização do sistema, já que não representam apenas o produto do sistema linguístico do falante, mas fornecem o estímulo (*input*) para os sistemas de outros falantes. Segundo Martelotta (2011), esses eventos de uso da língua desempenham um duplo papel no esquema comunicativo: constituem resultado da atuação do sistema linguístico e amoldam esses sistemas, através de reanálise, analogia e outros processos que implicam alterações e extensões no emprego das expressões do sistema linguístico de uma língua.

Os usos provenientes desses processos de inovações das estruturas linguísticas podem ter sua frequência aumentada, a ponto de transcender os limites do ambiente comunicativo em que são empregados e, conseqüentemente, serem incorporados ao sistema através de um processo de repetição ou ritualização. Isso é o que vai garantir, portanto, um

caráter eminentemente dinâmico, adaptativo (DU BOIS, 1985), maleável (BOLINGER, 1977) e emergente (HOPPER, 1987) do sistema das línguas naturais.

Segundo essa visão, a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios de um processo contínuo de variação e mudança que, de acordo com Langacker (1987), associam-se a rotinas cognitivas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso. Portanto, o sistema de uma língua deve ser entendido não apenas como um princípio inato, modular e, essencialmente, biológico como pensam os gerativistas. É preciso compreender que o processo de constituição e transformação de qualquer língua resulta da atuação de fatores de regularização e unificação ao lado de fatores de criação e inovação que só se concretizam pelo uso efetivo. A atuação localizada desses fatores gera a gramática da língua, que se compõe de possibilidades de combinação de unidades formais fixas, padronizadas e portadoras de significado. Isso quer dizer que a natureza das estruturas possíveis que compõem a gramática de uma língua está em sua motivação cognitiva (BOLINGER, 1977; GIVÓN, 1979).

Nessa perspectiva, as regras gramaticais existem, mas não têm natureza exclusivamente sintática, (TOMASELLO, 2003; GIVÓN, 1979; BOLINGER, 1977; VAN VALLI, 1990; THOMPSON, 1987; HOPPER, 1987). Elas emergem a partir de operações do sistema, ativadas em combinação com eventos específicos do ambiente cultural e da situação de interação verbal. Ou seja, formar uma frase não implica apenas juntar palavras de maneira lógica, mas estabelecer uma relação de adaptação entre as estruturas linguísticas e o contexto em que elas são usadas. Portanto, nossa capacidade criativa de formar categorias, de agregar essas categorias em diferentes domínios de conhecimento, assim como nossa habilidade de estabelecer relações de semelhança ou analogia entre esses domínios estão restritas pelo funcionamento natural de nossa mente e pelo ambiente

cultural em que estamos inseridos.

A ordenação do sujeito em construções do português pode exemplificar a ideia de que a gramática é um grupo de princípios de adaptação contextual. Em Português, têm-se as sentenças *sujeito-verbo* ou *verbo-sujeito*, quer dizer, pode-se colocar o sujeito antes do verbo ou depois. Ao formular frases, o indivíduo tem, inevitavelmente, de decidir, considerando o contexto discursivo, em que parte da frase o sujeito deve aparecer. Essa decisão acaba não sendo arbitrária no sentido de que há motivação para a colocação do sujeito. Dados de uso, inclusive de pesquisas com textos orais e escritos, como as pesquisas de Pontes (1987) e Votre e Naro (1991) fornecem fortes evidências de que não há tanta arbitrariedade nesse fenômeno, sendo o contexto de uso o fator motivador da escolha da colocação do sujeito no português brasileiro. Por exemplo, se o sujeito expressar um referente já mencionado, isto é, uma informação já compartilhada pelos interlocutores, tende fortemente a aparecer antes do verbo. Caso o sujeito indique um referente novo, ou seja, uma informação ainda não mencionada ou não compartilhada pelos interlocutores, a tendência é de que este ocorra depois do verbo. Portanto, temos uma construção sintática para a manutenção de um sujeito já mencionado e outra para a indicação de um sujeito novo.

Segundo Martelotta (2011, p. 62), esse exemplo ilustra o fato de que “cada evento de uso tem um aspecto individual e único, sugerindo que não se pode decidir sobre como utilizar as estruturas que o sistema fornece sem adaptá-las a esse contexto singular”. Dessa maneira, as regras gramaticais não são absolutas, mas contextualmente dependentes, porque refletem a atuação de um organismo biológico em um ambiente cultural.

Sendo assim, os eventos de uso são as formas culturais e contextuais de uso da língua dos falantes em que esses adaptam as regras do sistema e esse sistema pode, ao

longo do tempo, variar, modificar e estabelecer padrões da língua. Os eventos de uso da língua são, portanto, modelos cognitivos, de enunciados relativamente estáveis, que organizam as situações comunicativas do dia-a-dia. É neles que os falantes concentram suas habilidades cognitivas e através deles que conseguimos perceber, de maneira implícita, a capacidade que os indivíduos têm de dominar mecanismos de natureza sintática, pragmática e discursiva do sistema de uma língua.

Esse caráter adaptativo-funcional e motivado dos fenômenos da linguagem remete um princípio basilar do funcionalismo linguístico, o princípio da iconicidade nas gramáticas naturais, que passo a desenvolver na próxima seção do texto.

1.2.1. Iconicidade e cognição: do léxico à sintaxe

A história da humanidade sempre foi acompanhada pela curiosidade em saber qual a relação entre língua e mundo, entre palavras e seus referentes, entre código linguístico e seu *designatum*. Foi ainda na Antiguidade clássica que os filósofos Crátilo, Hemórgenes, Parmênides e Sócrates construíram reflexões acerca da relação entre o *nome*, a *ideia* e a *coisa*. A grande questão levantada pelos filósofos era se poderia haver algum tipo de motivação que justificasse a ligação entre a forma do signo linguístico e sua referência no mundo externo. A resposta a essa pergunta levou a uma discussão polêmica e antiga nos estudos da linguagem. A relação sobre a motivação e a arbitrariedade do signo linguístico dividiu os filósofos em *convencionalistas* e *naturalistas*. Os primeiros defendiam que tudo na língua era resultado do costume e da tradição, enquanto que os naturalistas acreditavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam.

No início do século XX, ao construir as bases da ciência Linguística contemporânea, Saussure retoma conceitos da tradição clássica e apresenta a versão mais moderna do princípio da arbitrariedade do signo linguístico. O autor reinterpreta a dimensão da arbitrariedade da língua, descolando-a para o interior do sistema das línguas. Na visão saussuriana, o signo linguístico é o resultado da associação arbitrária entre significante e significado. Para ele, a arbitrariedade é baseada no princípio da convenção da palavra à coisa que ela designa. Neves (1997) postula que essa é uma visão que se apoia exatamente na concepção de que o valor do signo não depende absolutamente do mundo exterior, mas, pelo contrário, se estabelece exclusivamente no interior do sistema. Se, por um lado, Saussure nos leva a crer na arbitrariedade das línguas naturais, por outro, vários teóricos, sobretudo Bolinger (1987), Croft (1990) e Givón (1984), opositores da visão de língua como um sistema autônomo, evidenciam motivações associadas aos níveis *pragmáticos*, *sintáticos* e *semânticos* para os fatos da língua.

Para esses autores, as situações reais de comunicação fornecem-nos condições constantes para adaptarmos as estruturas linguísticas para elas se tornarem mais expressivas nos contextos em que as empregamos. Isso ocorre porque as formas muito frequentes na língua acabam perdendo seu grau de expressividade em decorrência das inovações e alterações na língua que acontecem naturalmente. Se, por um lado, o homem e sua relação com o ambiente social que o cerca mudam, por outro lado, a língua evolui em decorrência dessa mudança, uma vez que os novos meios e expressões surgem para que os falantes interajam nessas novas relações sociais. Pensando assim, parece ser inevitável aceitar essa relação entre mudança na língua e a evolução das formas de interação social.

Entretanto, essa dinâmica das línguas não se dá aleatoriamente. A criatividade que caracteriza o ato comunicativo não é movida por meros artifícios arbitrários de que os

falantes lançam mão porque acidentalmente lhes vieram à cabeça. Ao contrário, parece que esse processo adaptativo é veiculado por determinados mecanismos básicos que refletem a natureza de nossa inteligência e o modo como ela regula nossa vida social. Isso sugere que há muito mais motivação nas línguas do que se poderia inicialmente imaginar.

O ponto de partida para aceitar a visão icônica sobre os fenômenos da linguagem é acreditar, ao contrário de Saussure, que a língua não é um mapeamento arbitrário de ideias para os enunciados, mas um sistema de representação pelo qual os seres representam eventos do mundo real ou de outros mundos possíveis, como o da ficção, por exemplo. Para Givón (1984), existem princípios motivadores que governam o sistema das línguas naturais, logo, “a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da percepção humana sobre a estrutura do mundo” (CROFT,1990, p. 164).

Para exemplificar que forças externas refletem no sistema e argumentar que na linguagem humana não há um universo pronto, esperando para ser nomeado, mas, sim, para ser construído e criado pela e para a comunicação linguística, é possível tomar como exemplo o processo de conceptualização feito pelos falantes em relação ao termo *casa de botão*. A motivação, ao nomear a abertura em que entram os botões da camisa, da calça, ou de outro tipo de vestimenta, é, principalmente, de ordem semântica e cognitiva.

A acepção que se faz sobre este item lexical está relacionada a processos analógicos que são feitos com a utilização do termo *casa*, originalmente associado ao ambiente físico de moradia, para designar um espaço vazio destinado a um botão da roupa. Há, neste exemplo, uma analogia que reflete a relação de semelhança entre moradia e espaço. Esse tipo de motivação constitui processos de transferências de domínios, espaços mentais, os quais refletem não só relações associativas feitas pelos usuários, mas também a utilização de aspectos cognitivos atualizados no uso e tendo, portanto, caráter sociocultural. Quando

se diz, por exemplo, que “João é o cabeça do grupo”, a palavra “cabeça” está sendo utilizada com valor correspondente ao de “líder” ou “chefe”, analogia que se sustenta pelo fato de ser a cabeça que comanda as outras partes do corpo. Esse processo de transferência também pode ser visto em *casa da Moeda*, *casa de câmbio*, *casa noturna*, *pé-de-mesa*, *cabeça de prego*, *pé-de-pato*, entre outros. Para a criação desses termos, o falante vale-se de outros pré-existentes, ligados a determinadas noções, estabelecendo uma ligação com conhecimentos anteriores.

Ainda no nível lexical, é possível tomar como motivados os processos morfológicos de *derivação* e *composição* por *aglutinação* na formação das palavras em português, *chuveiro* e *guarda-roupa*. No primeiro caso, tem-se o morfema *chuv-*, que certamente está associado à ideia de *chuva*, de *fazer chover* e o sufixo derivativo de substantivo, *-eiro*. Para nós, é fácil e motivado entender que *chuveiro* é um aparelho que “espalha uniformemente água sobre o corpo, associando-o à ideia de chuva”. Neste caso, vemos, portanto, em ação o metaprincípio da iconicidade, proposto por Givón (1995, p. 38), segundo o qual “uma experiência codificada é mais fácil de ser armazenada, recuperada e comunicada, se o código o for maximamente isomórfico a essa experiência”. Esse mesmo princípio pode ser aplicado às palavras que são formadas pelo processo de *composição por aglutinação* como *guarda-roupa*, formada por um verbo de atividade e um substantivo. Esse processo, o qual se mostra bastante produtivo em português, utiliza elementos já existentes para se criar uma nova palavra.

Guiraud (1972) definiu esse tipo de motivação como interna ao sistema, ao dar consequência ao pensamento de Saussure quando admitiu haver uma certa relatividade do signo, ao estabelecer a dicotomia entre arbitrário absoluto e arbitrário relativo. Em seu estudo, o autor admite a existência de dois tipos de motivação no processo de construção

das palavras na língua: a interna e a externa. A primeira se estabelece no nível morfológico, enquanto que a segunda no nível semântico.

Os exemplos anteriores atestam o princípio da motivação na língua. No entanto, esses mesmos exemplos também podem ser apontados como contra-argumentos se se compreende que as palavras primitivas que participaram da *derivação* e da *composição* são, em suas origens, arbitrárias. Pode-se admitir, então, uma certa relativização dos princípios icônicos e arbitrários da língua, o que já era, de forma subjacente, previsto em Saussure. Esses princípios não são exclusivos, ou seja, não constituem antônimos, mas, antes são visões diferentes de um mesmo fenômeno. A relativização entre forma e função na língua não nega a existência de relações arbitrárias, nem motivadas, mas admite que na língua, em maior ou menor grau de radicalização, “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual” (NEVES, 1997, p. 104).

Apesar de as línguas serem sistemas de representação convencionais e conterem certas “palavras arbitrárias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido” (ULLMANN, 1968, p.165), há outras palavras que, em maior ou menor grau, são iconicamente motivadas por aquilo que também se pode chamar de iconicidade diagramática⁴ que designa por ser “um arranjo sistemático de signos, dos quais nenhum necessariamente se assemelha ao seu referente, mas cujas relações entre cada um deles espelha a relação dos seus referentes” (HAIMAN, 1985, p. 515).

A visão icônica da língua é um pressuposto para se estudar o léxico de uma língua. Mas o princípio da iconicidade não se restringe apenas ao léxico. Na sintaxe também é

⁴No original: “An iconic DIAGRAM is a systematic arrangement of signs; none of which necessarily resembles its referent, but whose relationships to each other mirror the relationships of their referents. In: J. Haiman. *Iconicity in Syntax*, (1985, p. 515).

possível a atuação desse princípio. Se, no nível lexical, há várias evidências de motivação entre forma e significado, no nível da sintaxe, as evidências são ainda maiores. Enquanto as discussões anteriores tinham como foco a relação entre a forma sonora das palavras e o seu significado, a partir do estudo semiótico do signo, postulado por Peirce (1981), em que o autor discute a conexão entre forma e função refletida na estrutura da língua, a sintaxe das línguas naturais passa a ser também observada a partir do princípio icônico, diferentemente do pensamento formalista, que admite a autonomia do sistema (UNGERER e SCHMID, 1996, p. 250). A gramática é tida como um *fenômeno sociocultural*, uma vez que emerge do discurso e sua estrutura sintática é motivada, continuamente, dos usos criativos da linguagem (MARTELOTTA, 2011).

A iconicidade no nível sintático, ou seja, a motivação que abarca os conjuntos de elementos que constituem unidades significativas dentro dos enunciados e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem, pode ser exemplificada pelo esquema na ordenação temporal dos fatos correlacionada com a ordem das palavras em um período e/ou texto. O exemplo (1) ilustra a iconicidade da ordenação das ações:

(1): “**Acordo às seis da manhã**, tomo banho, faço a refeição e **vejo o sol às sete horas**.” (Naãmi Gallucci, *In: Meus longos dias*, 1998, p. 36).

Em (1), a personagem, em sua narrativa, obedece ao princípio temporal dos fatos: primeiro acorda às seis da manhã, em seguida toma banho, depois faz a refeições e vê o sol às sete da manhã. A ordenação sintática do enunciado não é estruturada de maneira aleatória, ela obedece à linearidade temporal dos acontecimentos. A melhor maneira de codificar isso, isomorficamente, é fazer ‘*acordo às seis da manhã*’ aparecer sintaticamente

antes de ‘*vejo o sol às sete horas*’. Assim, “orações devem preferencialmente ser ordenadas segundo as relações conceptivas ou temporais, decorrentes dos fatos ou estados de coisa que designam” (DIK, 1997, p.134). A organização sintática em (1) é, aparentemente, mais aceitável do que a do exemplo a seguir:

(2): **Subi** a porta e **fechei** a escada. **Tirei** minhas orações e **recitei** meus sapatos. **Desliguei** a cama e **deitei-me** na luz. Tudo porque ele me deu um beijo de boa noite. (autor desconhecido)

Em (2), apesar de aparentemente o texto se apresentar como incoerente, a ordenação dos períodos coordenados reflete a sequência das ações para dormir. Todos os períodos requerem acesso ao *frame*⁵ (preparação para dormir) para serem interpretados, embora a maneira como os verbos *subir* e *fechar*, *tirar* e *recitar*, *desligar* e *deitar* se relacionem com seus participantes (*porta*, *escada*, *oração*, *sapatos*, *cama* e *luz*) nos faça interpretar as orações como agramaticais. Cada verbo designa uma **configuração**⁶ particular do evento ‘*se preparar para dormir*’ e, neste caso, designa como eles podem ser combinados com outras palavras para produzir sentenças gramaticais na língua. Assim, é mais gramatical a seguinte combinação: *o sujeito sobe a escada e fecha a porta. Depois tira os sapatos e recita as orações para, em seguida, desligar a luz e deitar na cama*. Mas não é apenas o acesso ao *frame* e a configuração do verbo e seus participantes que desfazem a incoerência do texto, o último período de valor explicativo nos permite acessar outro domínio cognitivo, o *amoroso*. O aparecimento do item conjuntivo *porque* justifica e nos fornece

⁵ “O termo *frame* designa um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência” (FERRARI, 2011, p. 50).

⁶De acordo com Filmore (1982) *apud* Ferrari (2011), uma das consequências de um *frame* é a valência, que diz respeito aos modos pelos quais os verbos podem ser combinados com outras palavras. A valência de um verbo se relaciona ao número de participantes que o verbo requer.

pistas contextuais para entender a aparente desordenação dos constituintes na oração. Nesses exemplos, está a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência humana. Portanto, isso nos leva a admitir que a língua é sensível aos contextos de domínios culturais, sociais e cognitivos que penetram em todos os níveis da linguagem, uma vez que essa é sempre endereçada a um interlocutor e sempre projetada para facilitar o processo de comunicação, conforme entende Schriffrin (1987, *apud* NEVES, 1997). Nessa perspectiva, “tanto o contexto discursivo imediato quanto o contexto temático global controlam a escolha e o uso de muitos mecanismos gramaticais”, e, por isso, “a comunicação humana é multiproposicional”, como diz Givón (1984, p.10).

Vários são os exemplos da gramática do português brasileiro em que o princípio da iconicidade permite uma investigação das condições que governam o uso de seus recursos de codificação morfossintática. Seguem para exame orações com sujeito que contêm expressões quantificadoras:

(3) *A grande maioria* dos professores de biologia estadunidense não **defende** a teoria da evolução humana.

(4) Hoje em dia, *a maior parte* dos índios **vive** em reservas indígenas, que são áreas demarcadas e protegidas pelo governo.

Nas orações (3) e (4), a concordância, em geral, ocorre entre o verbo e as expressões *a grande maioria* e *a maior parte*. Há, portanto, o que se chama de concordância canônica. Contudo, esse tipo de concordância exige um esforço cognitivamente maior caracterizado pelo domínio explícito das convenções gramaticais. Embora os núcleos (*grande maioria* e *maior parte*) com os quais os verbos mantêm relações morfossintáticas sejam substantivos,

eles não fazem referência a seres do mundo real ou fictício ou do mundo psicológico e, por isso, não são sujeitos prototípicos, com traços de ser mais agentivo. Quem carrega essa referência são seus modificadores, *professores* e *índios*, tornando mais lógica e motivada a combinação *verbo* e *sujeito*. Esse raciocínio é plenamente aceito pela norma culta da língua e faz com que não só os falantes, mas, sobretudo, a gramática permitam construções como (5) e (6):

(5) A maioria dos *professores* não **entraram** em consenso sobre a teoria da evolução humana.

(6) A grande maioria dos *professores de biologia estadunidense* não **defendem** a teoria da evolução humana.

No momento de estabelecer a concordância em (5) e (6), procura-se fazer intuitivamente, com aquilo que se considera ser núcleos mais prototípicos. Se o núcleo principal (*a maioria e grande parte*) não tem essa característica, dirige-se, então, para o substantivo que modifica tal núcleo (*professores* e *professores de biologia*). Tal concordância obedece ao princípio de que as estruturas sintáticas não devem ser muito diferentes na forma e na organização das estruturas semântico-cognitivas, já que princípios cognitivamente motivados interagem com princípios mais cognitivamente arbitrários, que respondem pelas regras convencionais, (MARTELLOTA, 2003).

As evidências mostradas acerca da existência de iconicidade nas línguas tanto no nível do léxico como no sintático, apontam para o reconhecimento da competição entre motivações internas e externas, que, segundo Du Bois (1985), demonstra que a língua é um

sistema adaptável. A figura 1 (DU BOIS, 1985, p.361) representa essas motivações em competição.

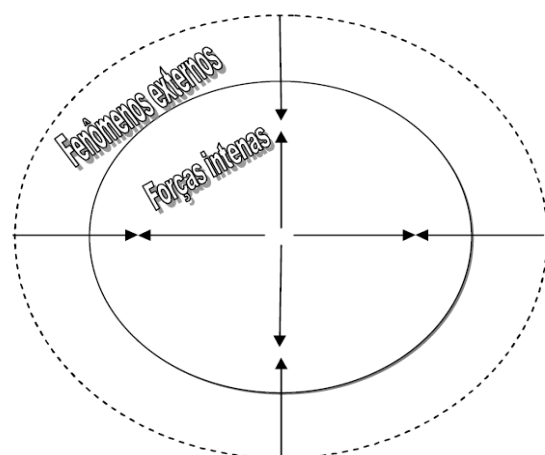


Figura 1 – representação da competição entre motivações no sistema linguístico

Por meio do princípio da iconicidade, a sistematicidade inerente às línguas passa a ser vista como subordinada ao discurso. Vista por esse ângulo, a gramática é um sistema que se renova através do discurso para dar conta de novas necessidades comunicativas que surgem em decorrência das relações sociais.

Sendo a forma modelada em atendimento a necessidades comunicativas, a sintaxe, enquanto nível estrutural, desenvolve-se, diacronicamente, por meio de conversões de estruturas discursivas e pragmáticas em estruturas sintáticas gramaticalizadas, (GIVÓN, 1979). Desse modo, pode-se, então, dizer que a estrutura da língua deriva de processos de gramaticalização de estruturas emergentes das mais diversas ações comunicativas. Tais estruturas que se apresentam irregulares podem, com o passar do tempo, tornar-se mais

regulares e sistemáticas, migrando para a gramática da língua. Desse modo, a gramática não é uma obra do acaso, mas resultado de processos discursivos, estando, assim, subordinada aos usos que da língua são feitos. Em consequência disso, em nível sintático, assim como no lexical, a gramática é vista como um sistema permeado por motivações icônicas, mesmo que, em muitos casos, apresente opacidade entre forma e função quanto à identificação de tais motivações.

Valin e LaPolla (1997, p.11) chamam esse ponto de vista de perspectiva da comunicação-e-cognição. Para os autores, “a língua é um sistema abstrato, mas firmemente assentado na comunicação e na cognição humanas”. É sob essa perspectiva que se dá a ampliação do foco do estudo para além dos limites da organização estrutural da língua. Assim, as regularidades do sistema passam a ser investigadas, não mais encerradas em si mesmas, mas, sobretudo, em relação à cognição e às funções discursivas que desempenham na comunicação humana.

O princípio da iconicidade, por ser um princípio geral, visto como um conjunto de fatores de pressão que atuam sobre a língua e ajudam a dar forma às expressões linguísticas e a sistematizá-las, se manifesta, segundo Givón (1990), em três subprincípios de motivações, que estão relacionados à *quantidade de informação*, ao *grau de integração dos constituintes* e à *ordenação linear*.

O primeiro princípio icônico da quantidade prevê que quanto “maior” a informação, maior é a estrutura utilizada para expressá-la, enquanto que aquilo que é esperado se expressa através de mecanismos menos complexos e se manifesta por pouca quantidade de material linguístico, visto que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980).

O trecho (7), a seguir, retirado de Marques (2008, p. 26), exemplifica esse subprincípio, uma vez que o referente sujeito, cuja primeira menção apresenta uma estrutura com maior material de codificação pelo sintagma nominal (SN), *o Senhor Deus*, é retomado por pronome (*elle*) e, em seguida, pelo apagamento na anáfora zero (ϕ).

(7) “Porque **o Senhor Deus** formou o home da terra, s. do limo della, que he mais uil que todolos elemetos, e **elle** fez as planetas e as strellas do elemeto do fogo e (ϕ) fez os uetos do aar e (ϕ) fez os pexes e as aues da agua e (ϕ) fez os homees e as bestas da terra.” (*Orto do Esposo* – cap. II – p. 94)

Ainda de acordo com este princípio, a quantidade, a imprevisibilidade, ou seja, o grau de novidade e a importância da informação na cadeia textual são proporcionais ao material de codificação, sendo a estrutura de uma construção o indicador da estrutura do conceito que ela expressa. Associado à proporção informacional, o princípio da quantidade está relacionado aos conceitos de tempo de processamento, de complexidade cognitiva e de esforço mental (GIVÓN, 1979).

Em (8), observa-se considerável a quantidade de material linguístico para caracterizar os referentes *milícia Taliban* e *sharia*. A imprevisibilidade das informações traz para o texto um alto grau de novidade e, por isso, há necessidade de se usarem construções apositivas para expressar o conteúdo informacional dos referentes.

(8) [...] Desde que tomou a capital, Cabul, menos de dois anos atrás, a **milícia Taliban** – uma força guerrilheira nascida nos seminários islâmicos e que controla dois terços do país – transformou em lei uma versão severa, tacaña e radical da **shaira**, o conjunto de leis e regras de comportamento prescritos para os muçulmanos. Impôs um rígido código de vestuário, proibiu raspar a barba, música, cinema, televisão, antenas parabólicas, jogos de cartas, criar pássaros e soltar pipa. (Veja, 5 de agosto de 1998).

O segundo subprincípio, a iconicidade de proximidade, prevê o grau de integração entre os elementos constituintes da forma e do conteúdo. Quanto mais próximo dois conteúdos estiverem, mais integradas, do ponto de vista cognitivo, estarão as formas que os representam, o que está mentalmente mais junto é colocado sintaticamente mais junto. O subprincípio de adjacência pode ser exemplificado em (9):

(9) [...] *as expressões selecionadas* que ocupam a posição de sujeito não têm nenhuma significação para os enunciados em estudo e não **revela** nenhuma manifestação pragmática. (dissertação de mestrado)

Observa-se na organização espacial que o sujeito (*as expressões selecionadas*) e o verbo (*revela*) encontram-se distanciados. A interrupção da sequência por uma oração adjetiva entre o sujeito e o verbo dificulta e enfraquece a integração dos termos e, provavelmente, por isso, a codificação do morfema de plural não se estabelece no verbo. O distanciamento do sujeito com o verbo pressiona para a não-concordância canônica.

O subprincípio da proximidade refere-se, entre outras coisas, a uma tendência geral de manter os modificadores restritivos perto do seu núcleo nominal. Martelotta (2004) postula que os advérbios qualitativos, os quais Castilho (1988-1999) caracteriza como quase-argumentais, são mais integrados e tendem a aparecer próximos aos verbos ou adjetivos, uma vez que semanticamente são seus modificadores como, por exemplo⁷, “*estou falando tudo depressa*” ou “*se a gente for parar de fazer as coisas calmamente, não dá*”. Os advérbios temporais e de lugar, os quais apenas indicam uma circunstância que envolve

⁷Exemplos extraídos do capítulo “Considerações sobre a posição dos advérbios”, publicado por ILARI, Rodolfo *et. al.* In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (1996). (Org.) **Gramática do Português falado**: a ordem. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp.

a ação, não interferindo, portanto, em seu modo de ocorrência, tendem a ocorrer mais livremente nos enunciados, como em “*mas a cadeia de supermercados aqui é do Recife*” e “*aqui tem brisa marinha*”.

O paralelismo entre estrutura linguística e ordenação dos fatos no mundo real está também associado ao subprincípio icônico da ordenação ou sequencialidade. Tal princípio, chamado primeiramente pela Psicolinguística, de “ordem de menção”, tem como pressuposto básico a ordem dos elementos da língua e sua relação com os acontecimentos decorrentes da experiência humana (DIK, 1997). Assim, “orações devem preferencialmente ser ordenadas segundo as relações conceptivas ou temporais decorrentes dos fatos ou estados de coisa que designam” (*op. cit.*, p. 134). Na sua manifestação mais elementar, este subprincípio determina a ordem temporal de dois ou vários acontecimentos como em “*acordo às seis da manhã, tomo banho, faço a refeição e vejo o sol às sete horas*” ou na ordenação lógica de antepor uma oração de causa precedendo a oração codificadora do efeito, como em “*Jovem morreu em Afogados porque usava drogas*”⁸. A inversão das expressões temporais e das orações acarretaria falta de sentido. Contudo, em determinados contextos, a inversão de expressões pode ser utilizada para obter algum efeito comunicativo particular, por exemplo, de chamar a atenção.

A importância do princípio de organização sequencial verifica-se também no interior da frase, mais precisamente na organização do *sujeito*, *verbo* e *objeto*. Na maioria das línguas românicas, o sujeito vem antes do objeto. Em português, a combinação mais previsível é a ordem SVO. No geral, a precedência do sujeito antes do objeto corresponde à forma como o ser humano codifica a estrutura linguística de um acontecimento. A respeito disso, Delbecque (2006, p. 29) afirma que

⁸ Título de notícia publicado no Diário de Pernambuco, na página 10, em 05 de novembro de 2012.

Um acontecimento está ligado a acções em que uma pessoa age sobre a outra. O agente aparece como sujeito da frase e a sua acção é prévia a qualquer efeito; por seu lado, o efeito produzido está estreitamente associado ao objeto, como aliás se encontra refletido na expressão objecto directo.

Assim como o princípio da quantidade, a ordenação linear também está associada à proporção informacional. Isso quer dizer que o princípio que compreende a informação mais importante ou mais acessível tende a configurar o lugar de destaque, seja no nível oracional, seja no nível da organização textual, de modo que a ordem dos elementos no enunciado tem a ver com a relação entre a importância ou acessibilidade da informação veiculada pelo elemento linguístico e sua colocação na oração e no texto.

No entanto, Neves (1997, p.110-111), a partir de Haiman (1985), postula que os princípios icônicos que regem a colocação dos termos no enunciado podem gerar um certo conflito, porque

se é a informação nova que geralmente tem maior importância na mente do falante, então; ela deve vir depois, no encadeamento do enunciado, mas pelo terceiro princípio ela deve vir antes. Isso significa que as duas motivações entram em competição na ordenação dos termos. Do mesmo modo, podem entrar em competição o segundo princípio e o terceiro, já que constituintes que tendem a ser colocados juntos por um dos princípios tendem a ser separados pelo outro.

Com isso, fica evidente que a iconicidade prevê que a conexão forma e conteúdo é motivada, embora nem sempre seja possível identificar os traços dessa correspondência. Nos estudos de Naro e Votre (1991), a importância dos princípios da iconicidade é destacada para argumentar a favor das motivações da ordenação VS no português brasileiro. Em consonância com esses autores, compartilho da hipótese de que os princípios

da quantidade e, principalmente, de ordenação são, da mesma forma, relevantes para a distribuição, no texto, da estrutura VS, a qual também está associada à transitividade e ao plano discursivo. Acredito que, ao selecionar a posição pós-verbal, **o falante ordena os elementos sentenciais e os organiza discursivamente segundo seus objetivos comunicativos.**

Além dos princípios icônicos, é importante, para esta pesquisa, o princípio da marcação. Para Givón (1990), iconicidade e marcação estão estreitamente correlacionados, já que tanto as questões de complexidade estrutural e cognitiva, quanto questões de distribuição de frequência estão ligadas a fatores socioculturais, cognitivos e, portanto, motivados.

A noção de marcação é descrita por Givón (1990, p. 106) da seguinte forma: “categorias que são cognitivamente marcadas, isto é, complexas, tendem a ser também estruturalmente marcadas”.

O princípio da marcação está associado ao grau de novidade e de complexidade de uma determinada estrutura linguística e esse, por sua vez, está relacionado à intenção do falante de dar a uma determinada forma um contorno expressivo maior ou não. As formas mais inovadoras, que não são tão previsíveis e requerem mais esforço cognitivo por parte dos interlocutores, são as categorias mais marcadas. Já as formas mais usuais e previsíveis, as quais tendem a ser menos expressivas e mais automatizadas pelos usuários da língua, são identificadas como categorias menos marcadas.

Givón (1990, p. 947; 1995 p. 28) utiliza três critérios básicos para diferenciar categorias marcadas de categorias não-marcadas. Os critérios são:

- a) **complexidade estrutural:** a estrutura marcada tende a ser mais complexa ou maior, mais elaborada que a correspondente não-marcada;
- b) **distribuição de frequência:** a categoria marcada tende a ser menos frequente que a correspondente não-marcada;
- c) **complexidade cognitiva:** a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa que a não-marcada, já que demanda maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento em relação à não-marcada.

O princípio da marcação é importante para a ordenação verbo-sujeito no português porque se pressupõe que a inversão do sujeito é resultado de estratégias de *continuidade* e *descontinuidade* discursivas. Esse resultado, por sua vez, pode estar relacionado à natureza do gênero textual. A esse respeito, Votre (1992, p. 49) entende que os domínios em que mais se evidencia a atuação do princípio da marcação se referem aos tipos de discurso, aos tipos de cláusula, às modalidades nominais e às modalidades verbais. Em relação aos tipos de discurso, o autor conclui que “a morfossintaxe do discurso escrito é mais marcada do que a do discurso oral em termos de controle de traços de concordância e de regência, de subordinação e recursos de ordenação vocabular e frasal”.

Apresentados os princípios de iconicidade e o de marcação, a seguir, exponho um outro princípio igualmente relevante para nossa investigação, o da **informatividade**.

1.3. O princípio de distribuição de informação

Admitir que a comunicação humana é multiproposicional, como postula Givón (1984), contribui para a crença de que os falantes planejam e organizam seus textos sempre

pensando que a mensagem é endereçada a um interlocutor e sempre projetada para facilitar o processo de comunicação. Ao construírem enunciados para transmitir uma mensagem e atingir propósitos comunicativos, os interlocutores codificam e distribuem, no nível do texto, informações de natureza semântica, sintática e, sobretudo, discursiva.

Diferentemente de outro tipo de abordagem, no funcionalismo, a *cláusula* é concebida, principalmente, na sua função de organização da informação. É, portanto, o lugar onde os interlocutores distribuem informações sobre alguma coisa, que pode ser algo do mundo externo e/ou do seu mundo interior.

A importância do princípio de distribuição de informação surgiu no interior da Escola Linguística de Praga. A avaliação da cláusula com determinação da sua função no ato de comunicação deve-se primeiramente ao trabalho pioneiro de Henri Weil (1844, *apud* Pezatti 2004), intitulado *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*. Em sua tese, Henri definiu a frase como o lugar de distribuição da informação que contém o *ponto de partida* e o *objetivo do discurso*. O primeiro corresponde ao ponto de encontro entre os interlocutores, enquanto que o segundo é o lugar onde está a informação compartilhada com o ouvinte. Em termos cognitivos, isso significa que a estrutura da sentença reflete o comportamento humano para estabelecer comunicação (DIRVEN & FRIED, 1987).

A tese de Henri Weil (1844) inspirou um princípio comunicativo mais geral, denominado Perspectiva Funcional da Sentença (PFS) de Vilém Mathesius (1923). Referindo-se às línguas eslavas, Mathesius pressupôs que “a aparente liberdade de ordenação das palavras se explicaria em termos do princípio da PFS, o que prevê um relativo isomorfismo entre a organização do conteúdo oracional e os objetivos de

transmissão de informação”. Logo, os meios lexicais e gramaticais servem a um propósito especial no ato comunicativo, os quais, de acordo com o contexto, adquirem significados específicos e a sentença que, gramaticalmente consiste de sujeito e predicado, divide-se em tema e rema. Segundo essa perspectiva, a distribuição de informação e a ordenação das palavras estão associadas aos objetivos e à transmissão de informação. Para o autor, as sequências *tema-transição-rema* e *rema-transição-tema* indicam, respectivamente a ordem não-marcada e a ordem marcada.

Assim como Mathesius, Firbas (1974) compreende a sentença sob o mesmo ponto de vista da PFS, tomam a como unidade de análise da estrutura comunicativa do discurso. Firbas, fundamentado no princípio de que as unidades linguísticas se distribuem em uma escala de Dinamismo Comunicativo⁹ (DC), propõe uma divisão da sentença em três partes: *tema-transição-núcleo*. Baseada no paralelismo entre a organização da frase e as características da apreensão humana sobre os eventos extralinguísticos, a divisão tripartida de Firbas procura dar conta do fato de que o grau de informatividade está na sua função com relação aos outros elementos do discurso. Sendo assim, uma oração se inicia com elementos de mais baixo grau de informatividade, passando, gradualmente, para elementos de grau mais alto, representados, respectivamente, no âmbito sintático e pragmático, por sujeito-objeto e tema-rema. O objeto contextualmente independente veicula um grau mais alto de DC do que o verbo e este, por sua vez, carrega um grau mais alto do que o sujeito, porque o agente, conhecido ou não, parece ser comunicativamente menos importante que a ação, um efeito ou resultados conhecidos.

⁹Firbas (1964) define o Dinamismo Comunicativo (DC) como a extensão com que determinado elemento linguístico contribui para o desenvolvimento da comunicação.

Nas palavras de Pezatti (2004, p. 179), “a linearidade da sentença é um mecanismo que, por ser muito primitivo”, tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos da realidade externa ao sistema da língua: o ator preexiste ao início de uma ação; e só depois de realizada, a ação atinge um objeto. A comunicação se desenvolve da mesma forma: o grau de informatividade (DC) aumenta gradativamente e o centro de atenção recai sobre o objeto, que, por sua vez, expressa a meta da ação. Espera-se, desse modo, que a ordem mais natural seja a ordenação S-V-O, porque esta estaria em total interdependência contextual e em plena harmonia com a distribuição básica de DC.

Na defesa de sua perspectiva, Daněš (1957, *apud* FIRBAS 1974) considera que a transmissão de informação determina a organização dos enunciados em três níveis distintos de abordagem: o nível semântico, o gramatical e o da organização contextual. Numa sentença como *Pedro construiu a casa do cachorro*, o padrão semântico é estabelecido através dos componentes *agente*, *ação* e *meta*; o padrão sintático é codificado através do *sujeito*, *verbo* e *objeto*, e por último, o padrão comunicacional que é constituído de *tema*, *transição* e *rema*. É, portanto, na organização textual, através da articulação tema/rema, que o desenvolvimento da informação se situa

A oração comporta graus de informatividade no processo de interação verbal. Tradicionalmente, a parte da cláusula que apresenta a informação velha é denominada tema, enquanto a parte que apresenta a informação nova é denominada rema. No trecho a seguir, retirado do *corpus* *Discurso & Gramática da cidade de Natal* (1998, p. 84) identificamos o *tema* e o *rema* de uma narrativa recontada:

(10) [...] **Jorge** é um senhor amigo meu que, vez por outra vem à minha casa para batermos um bom papo. **Ele** é um contador de estórias por natureza.

No exemplo (9), o tema é *Jorge e ele*; o rema é *um senhor amigo meu e um contador de histórias por natureza*. Nesse segmento, verifica-se que a informação velha está contida no sujeito (tema) e a nova no predicado ou parte do predicado (rema). Ao contrário do rema, o tema, por ser o assunto central da narrativa e estar disponível para o interlocutor, tem a propriedade referencial e pode ser facilmente recuperado por uma anáfora zero e, depois, por um pronome pessoal (ele) como acontece no exemplo (9). Nas palavras de Neves (1997, p. 18), “o tema tem baixa informatividade porque tem sua referência já estabelecida ou facilmente recuperável, e o rema, nas condições opostas, tem maior informatividade”. No *tema*, é codificada uma informação compartilhada pelos interlocutores, que tende fortemente a aparecer antes do verbo e, no *rema*, uma informação ainda não mencionada ou não compartilhada pelos interlocutores, a qual tende a ocorrer depois do verbo.

Enquanto Daněš faz a distinção das categorias novo e velho e superpõe a oposição entre as informações como contextualmente dependente e contextualmente independente, na medida em que as informações constituem componentes do dinamismo do texto, Halliday (1985) analisa o sistema da língua em função do processo de comunicação total, o que coloca a cláusula dentro das *macrofunções*¹⁰ do sistema como componente de criação do texto (*text-creating*) que opera na função que habilita os falantes a construir e a distribuir informações. No ato de discurso, o falante decide apresentar uma informação como não-recuperável/nova ou como recuperável anafórica ou situacionalmente.

¹⁰Para Halliday (1985), o sistema linguístico está organizado mediante um conjunto de componentes funcionais altamente codificados em três macrofunções: 1) a *função ideacional* que diz respeito à interpretação e à expressão de nossa experiência acerca dos processos do mundo exterior e interior do falante, desse ponto de vista sentença é entendida como um processo; 2) a *função textual* habilita a criação de textos e sentenças como uma mensagem; 3) a *função interpessoal* que habilita a participação na situação de fala, de expressão de um julgamento pessoal e o estabelecimento de relações com os interlocutores.

Nas exposições apresentadas até aqui, ressaltam-se ora a equivalência das noções tema/rema, velho/novo, ora a divergência dessas noções. Mas é consensual admitir duas conclusões: a primeira a de que a base epistemológica da cláusula como estrutura de distribuição de informação e dos componentes *tema* e *rema* está, antes mesmo do Estruturalismo linguístico de Saussure, com a noção de “movimento de ideias” expresso pela ordem de palavras e “movimento sintático” expresso pela desinência (HENRI, 1844, *apud* PEZATTI, 2004); e a segunda, a de que os critérios de definição de informação não se definem com relação ao falante ou ao ouvinte isoladamente, mas, à ligação entre os dois interlocutores numa dada situação comunicativa, Danës (1957 *apud* PAIVA, 1997, p. 130).

Chafe (1976), ao acentuar importância das intenções do falante na definição de *status* informacional da sentença, postula que informação nova/velha são conceitos aplicáveis às unidades linguísticas relacionados a dois conceitos psicológicos: *ponto de vista* e *fluxo de atenção*. Tais noções estão ligadas ao fato de as pessoas serem capazes de imaginar-se e de construir enunciados por meio de sua própria perspectiva e pelas perspectivas dos outros. Essas noções são fundamentais e contribuem para determinar a importância e a ordenação dos eventos e dos mecanismos linguísticos no discurso. Desse modo, há um *fluxo de atenção* e um *ponto de vista* de ordem natural que se referem a estratégias perceptuais do falante, já que a ordenação dos constituintes é apresentada na sequência desejada pelo falante para que o ouvinte controle o fluxo de atenção. Há também um fluxo de atenção e um ponto de vista que se referem a mecanismos linguísticos como marcação de caso e concordância verbal.

Esses mecanismos seguem, geralmente, numa sentença transitiva, a ordem natural do agente para o paciente; do doador para o beneficiário; do experienciador para o elemento percebido. Esse movimento, considerado não-arbitrário, de *Origem* para *Meta* (GRUBER,

1976), caracteriza a sequência sujeito-objeto, a ordem mais prototípica das línguas humanas.

A percepção cognitiva de Chafe (1976) sobre o *status* informacional é determinada pelo *princípio de compartilhamento* entre os interlocutores. A distinção entre novo e evocado (ou velho) é determinada pelo falante e está relacionada ao conhecimento que ele presume que o ouvinte tenha. Numa frase como *Conheci sua namorada ontem*, o referente *sua namorada* é novo, porque o ouvinte provavelmente não estava pensando na namorada no momento. Na produção discursiva, inicialmente, o falante tem em mente apenas uma ideia geral acerca do evento e, à medida que vai produzindo o discurso, ele organiza e detalha o conteúdo ao mesmo tempo em que reveste a mensagem (*empacotamento*), situa os referentes no evento e assinala os papéis que estes desempenham através de uma categorização adequada na organização do texto. Chafe postula a ideia de empacotamento dos nomes e inclui, neste processo, a relação de *dado/novo* e os fenômenos a ele vinculados como contrastividade, definitude, função de sujeito, tópico e ponto de vista.

Chafe (*idem*) considera a informatividade como uma propriedade associada às ideias que podem ser acessadas na produção discursiva em consonância com a expectativa do ouvinte acerca das representações mentais. Assim, as informações são categorizadas como já *ativadas*, *semi-ativadas* e *não-ativadas*. Essa classificação, baseada na expectativa do falante, está relacionada à informação já transmitida, acessível e não-mencionada.

1.3.1. A categorização do sintagma nominal e o *status* informacional

Baseado nos critérios cognitivos e textuais, Prince (1981) formula uma taxonomia determinada por fatores de ordem semântico-pragmática para descrever a forma como um

referente é apresentado no discurso. A informatividade¹¹ é tratada a partir da classificação semântica e da codificação de referentes no discurso, considerando que tanto o texto quanto o contexto situacional constituem caminhos de acesso à identificação dos referentes.

Embora a noção de referência seja um conceito de difícil formulação, por envolver questões de denominação de ordem psicológica e social, muitos linguistas têm-se utilizado para classificar a informatividade dos sintagmas nominais na produção discursiva. A noção de referência é apresentada na condição de estabelecer uma relação entre expressão linguística e o que ela representa no mundo ou no universo discursivo. A referência é “a relação existente entre uma expressão e aquilo que esta designa ou representa em ocasiões particulares de sua enunciação”, (LYONS, 1981, p.147). A referência tem a propriedade de ser uma relação dependente do enunciado – uma propriedade historicamente situada, não aplicada, portanto, a palavras isoladas. A categorização dos objetos ou dos eventos não depende apenas da percepção, mas também da interpretação e do desenvolvimento cognitivo dos envolvidos no ato de interação.

O modelo¹² de Prince, formulado em torno da informação que o falante supõe ser “familiar”, conhecida ou que pode ser inferida pelo ouvinte na interação, prevê além da tipologia de informação *nova, evocada e inferível*, diferentes graus de acesso à informação, a qual é codificada pelos referentes, representados pelos sintagmas nominais (SN).

¹¹ A noção informação dada/nova recebe diferentes rótulos (velho-novo, conhecido-novo, pressuposição-foco) e tem sido utilizada para explicar fenômenos tanto no nível da sentença como Dativo, Pronominalização, Deslocamento à direita e à esquerda, Inversão, Sujeitos sentenciais; quanto no nível do discurso, como Topicalização e Foco.

¹² A tipologia de *status* informacional é proposta como refinamento da dicotomia clássica entre informação velha e informação nova e se concentra exclusivamente nos nomes.

Para Prince (1981), um referente ou uma entidade será informação nova (*brand new*) quando um referente é introduzido pela primeira vez no discurso (como no exemplo¹³ 11). Referentes novos podem ser de dois tipos: quando o referente é completamente novo é chamado novo-em-folha (*brand news*) porque aparece pela primeira vez e não estava implicado, nem implícito no contexto discursivo. Se já está na mente do ouvinte que pode presumir uma entidade correspondente, é chamado disponível (*unused*). Geralmente, representado por ser um referente único, o SN denota uma entidade única ou perfeitamente identificável num dado contexto. São exemplos de referentes disponíveis termos como *a lua, o sol, sábado* ou *o paisagista Burle Marx* (como no exemplo 12).

(11) A cada dia que passa a televi-|são se torna mais poderosa como instrumento de comunicação de | massa. (*Corpus PHPB/PE*).

(12) Em entrevista concedida à im-|prensa de Porto Alegre, | Burle Marx chamou atenção para | a necessidade que há de ser con- | servada a flora brasileira [...](*Corpus PHPB/PE*).

Os referentes novos podem vir ancorados através de uma conexão explícita com outras entidades já mencionadas, como é mostrado no exemplo (13), em que o referente democracia racial é novo, mas é ancorado num referente conhecido, que é *o Brasil*.

(13) Numa democracia racial como | o Brasil, somente maculada por | ocorrências marginais que não in- | fluem no todo, a sensibilidade na- | cional encontra-se ferida com um | fato ocorrido no navio liberiano | “Sea Treacer”, um barco mercan- | te, em Fortaleza, Ceará. (*Corpus PHPB/PE*).

¹³ As amostras dos exemplos (11-16) foram extraídos do *corpus* pernambucano do projeto Para História do Português Brasileiro.

Um referente pode ser ainda evocado textualmente, se já tiver ocorrido no texto, percebido no exemplo (13) ou situacionalmente evocado se estiver disponível na situação de fala como os próprios participantes do discurso, conforme o trecho (14):

(13) A cada dia que passa **a televi-| são** se torna mais poderosa como instrumento de comunicação de | massa. Foi a partir dela que o pro- | fessor Marshall Meluhan, um ca- | nadense que se converteu no papa | da nova ciência, chegou à conclu-| são de que **as comunicações moder- | nas** propiciam o estabelecimento de | uma aldeia global. (*Corpus PHPB/PE*).

(14) “Estive aí, nesta pobrissi- | ma semana de bom cinema. Vi, | em Afogados o “Corresponden- | te Estrangeiro de Hitchcock e | o “Adorável Vagabundo” de Ca- | pra que, francamente, não achei | tão adorável... Infelizmente, | não pude esperar pela doce “Te- | resa”: senti muito por isso... | Olhei o DIARIO e lembrei-me | | **de você**: não me foi possível, en- | tretanto, tentar encontra-lo.” (*Corpus PHPB/PE*).

Um referente denomina-se **inferível** quando o SN contém uma informação deduzida, possível, verossímil e presumida via processo de inferência a partir de outras informações mencionadas no contexto discursivo imediato. As entidades inferíveis podem ser evocadas, como nos exemplos (15 e 16). Os referentes inferíveis geralmente são codificados com um artigo definido:

(15) Se George Stephenson | não houvesse inventado | o trem de ferro; se não | existisse a locomotiva para | tracionar o comboio ferro- | viário, quem transportaria | as safras até o consumi- | dor? **Os sistemas ferro-aé- | reo- hidroviarios** não tra-| riam solução completa | em termos de transporte | e escoamento de safras | se cada um não estivesse | em conexão com os ou- | tros. (*Corpus PHPB/PE*).

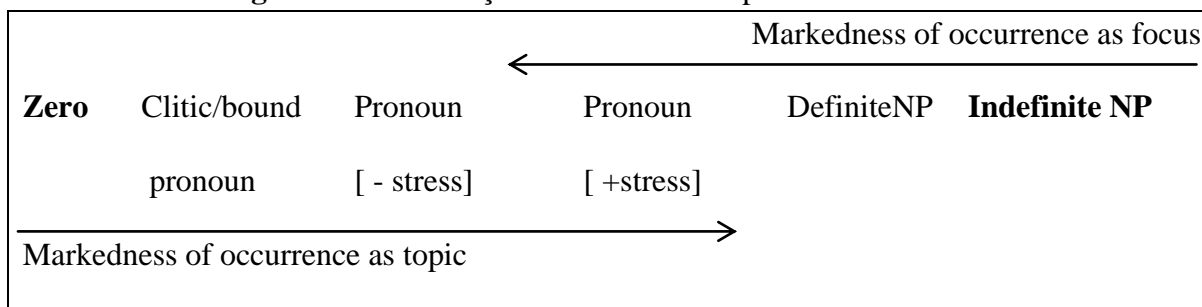
(16) Com um atendimento diário que os- | cila entre 350 e 360 *pacientes*, o **Hospital | da Restauração** está assegurando um re- | corde como unidade hospitalar de emer- | gência no Recife. (*Corpus PHPB/PE*).

O referente codificado como *os sistemas ferro-aéreo-hidroviarios* é inferível porque foram mencionados os referentes *o trem e locomotiva*, os quais fazem parte do sistema de transporte de cargas. No exemplo (16), o informante toma como um consenso que pacientes estão localizados no hospital e apresenta o referente como inferível.

A forma de uma expressão de referência está associada ao princípio da marcação e à sua função como tópico ou foco na organização textual (VAN VALIN e LAPOLLA, 1997). Quando um referente adquire o *status* de tema ou tópico central, na produção discursiva, dependendo do grau de previsibilidade, pode ser apresentado de forma escalar¹⁴ por uma anáfora zero, um pronome, um SN definido ou um SN indefinido. Segundo Givón (1979), essas formas contribuem como estratégias para manter a continuidade do tópico no discurso. Assim, a alta frequência de sujeito elíptico em textos configura o caso mais alto numa escala de estratégias para manutenção do tópico no discurso, enquanto que SNs indefinidos são formas menos ocorrentes para manter o tópico discursivo. A figura 2, baseada nos trabalhos de Givón (1984), Levinson (1987), Gundel, Hedburg e Zacharski (1993), Ariel (1990) e Lambrecht (1994), sumariza os vários recursos disponíveis nas línguas para codificar a informatividade de um referente nominal a partir do conhecimento compartilhado entre os interlocutores bem como a escala de estratégias para manutenção do tópico no discurso.

¹⁴ Givón (1990) explica a codificação dos referentes em termos do subprincípio da quantidade. No que diz respeito à referência, esse princípio funciona da seguinte forma: “Quanto mais previsível/acessível for uma informação para o interlocutor, menor quantidade de forma será utilizada”.

Figura 2 – Codificação dos referentes e possíveis termos funcionais



Fonte: Van Valin e LaPolla (1997, p. 205)

A importância do *status* informacional do SN e sua maneira de codificação (anáfora, pronomes, sintagmas nominais definidos e indefinidos) para esta pesquisa, está, sobretudo, na confirmação da hipótese de que, dependendo do grau de informatividade, os SNs na função de sujeito influenciam a frequência de uso da ordem VS. Acredito, portanto, que a ordem VS não define um ponto de partida linguístico que coincide com o ponto de vista, ou seja, não dispõe de um sujeito que é ao mesmo tempo o tópico. Pelo contrário, a inversão configura, no plano discursivo, o tema periférico do texto. As estruturas VS, as quais Givón (1979) reconhece como estratégias de descontinuidade, são, na verdade, uma frase-comentário que possibilita mudança de tópico. Elas introduzem, geralmente, alguma informação nova que dificilmente será anafórica.

Sendo a ordenação VS, *a priori*, considerada em sua função de introduzir informação nova e de figurar cenário secundário, não central na construção dos textos, é relevante, portanto, discutir, na próxima seção deste capítulo, a noção de plano discursivo: *figura e fundo* e sua relação com o sistema de transitividade.

1.4. Plano discursivo e a transitividade

Na concepção tradicional, a transitividade é concebida a partir dos componentes sintáticos e semânticos. É, portanto, definida como uma transferência de uma atividade de um agente para um paciente, sendo, desse modo, uma propriedade dos verbos, que são classificados como transitivos, quando acompanhado de objeto direto ou indireto, ou intransitivos, quando não há complementos.

Considerando a integração entre os domínios da sintaxe, semântica e pragmática, a transitividade é uma propriedade da oração e não apenas do verbo, (HOPPER e THOMPSON, 1980). Uma cláusula transitiva descreve um evento que, potencialmente, envolve pelo menos dois participantes, um que é responsável pelo controle da ação verbal, e outro que é afetado por essa ação, codificados, sintaticamente, como sujeito e objeto. Do ponto de vista do paralelismo entre o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico, o evento transitivo será prototípico quando envolver as propriedades da *agentividade*, *afetação* e *perfectividade* dos componentes na oração (GIVÓN, 2001). Ou seja, o evento transitivo protótipo é definido pela propriedade do afetamento do paciente, sendo, em princípio, uma questão de grau. Nesse caso, a análise da transitividade se dá de acordo com a possibilidade de o objeto ser criado ou totalmente destruído, de mudar fisicamente o lugar do paciente, de ter uma mudança superficial ou interna, de poder haver na mudança um instrumento implicado ou um modo implicado. Mas, para que isso aconteça, o agente deve ser ativo; o paciente deve ser concreto e afetado e o evento tem de ser concluído, pontual. Sendo assim, os verbos cujo significado não implica qualquer uma dessas propriedades de mudança de estado ou localização do objeto se afastam do padrão de prototipicidade, refletindo, desse modo, menor grau de transitividade.

Diferentemente da análise de Givón (2001), Hopper e Thompson (1980) concebem a transitividade como uma propriedade escalar ou gradiente da oração que envolve não necessariamente *sujeito*, *verbo* e *objeto*. Segundo esses autores, a transitividade de uma cláusula se estabelece a partir de diferentes ângulos de intensidade com que uma ação é transferida de um participante para outro. Esse processo de referência está relacionado a um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes. Segundo os autores, uma oração será mais transitiva de acordo com os seguintes componentes:

- a) o número de participantes envolvidos na ação verbal;
- b) a cinesia, isto é, a transferência da ação de um participante para o outro
- c) o aspecto da ação verbal, ou seja, se a ação tem um fim ou não
- d) a pontualidade, se a ação é pontual ou durativa;
- e) a volição ou a intencionalidade ou não do agente;
- f) a afirmação ou a negação
- g) o modo *realis* ou *irrealis*
- h) a agentividade do sujeito
- i) o afetamento do objeto
- j) a individuação do objeto

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações numa escala de transitividade. Assim, a oração será mais transitiva, dependendo do contexto discursivo, quando marcar positivamente a maior quantidade dos traços sintático-semânticos. A título de ilustração, seguem trechos do exemplo (17 a-d), extraídos de uma entrevista do projeto NURC/Recife (2001, p. 51):

(17)

- a) ...quase ninguém lê o Jornal do Comércio
- b)pra surpresa minha o correio estava fechado
- c)faz um mês... que eu mandei carta
- d) ...eu achei... o filme interessante engraçado divertido

Quadro 1 – Parâmetros sintático-semânticos das orações

Traços de transitividade	Orações			
	<i>quase ninguém leu o Jornal do Comércio</i>	<i>pra surpresa minha o correio estava fechado</i>	<i>[...] eu enviei a carta</i>	<i>eu achei... o filme interessante engraçado divertido</i>
Participantes (+ 2)	+	-	+	+
Cinese	-	-	+	-
Télico	+	+	+	+
Pontualidade	+	-	+	+
Intencionalidade	-	-	+	-
Afirmação	+	+	+	+
Modo realis	+	+	+	+
Agentividade do sujeito	+	-	+	-
Afetamento do objeto	+	-	+	-
Individuação do objeto	-	-	-	-

Nos exemplos (a-d), pela classificação da Gramática Tradicional, as orações a, c e d são sentenças transitivas, pois apresentam um objeto como complemento do verbo. Segundo a formulação de Hopper & Thompson, [...] *eu enviei a carta* é a que ocupa lugar mais alto na escala de transitividade, porque contém todos os dez traços: dois participantes (eu e carta); verbo de ação (*mandar*); aspecto perfectivo (verbo no pretérito); verbo punctual (ação instantânea); sujeito intencional; oração afirmativa; oração *realis*; sujeito agente expresso pelo pronome (eu). Ocupando o segundo lugar na escala de transitividade, temos *quase ninguém leu o Jornal do Comércio*. Em grau mais baixo do que a oração

anterior está *eu achei... o filme interessante engraçado divertido*. Por último, a oração com menor grau de transitividade é *pra surpresa minha o correio estava fechado*. A seguir, encontra-se a distribuição do nível de transitividade das sentenças em análise:

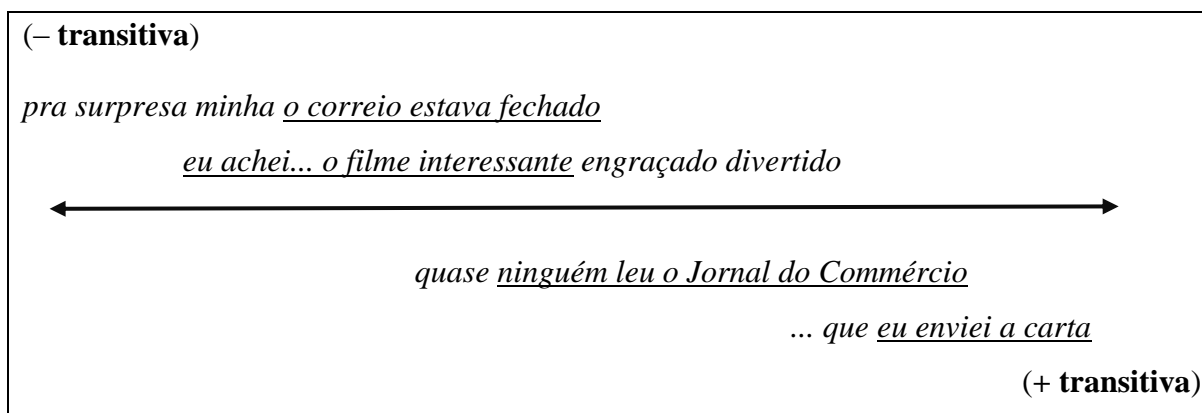


Figura 3 – Escala de transitividades das orações

Hopper e Thompson¹⁵ (1980) associam a noção de transitividade a uma função discursivo-comunicativa: o maior ou menor grau de transitividade de uma sentença reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos. Para eles, a universalidade do complexo de transitividade parece residir no fato de que os parâmetros que o compõem estão relacionados à distinção entre o que é central e periférico no texto. Os parâmetros da transitividade parecem refletir elementos cognitivamente mais salientes no discurso, os quais estão ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida.

O modo como o falante organiza seu texto é determinado, em parte, pelos seus objetivos comunicativos e, em parte, pela sua percepção das necessidades do seu interlocutor.

¹⁵ As análises elaboradas pelos autores foram resultados de textos narrativos.

Nesse sentido, o texto apresenta uma distinção entre o que é central e o que é periférico. Para que a comunicação se processe satisfatoriamente, ou seja, para que os interlocutores possam partilhar a mesma perspectiva, o emissor orienta o receptor a respeito do grau de centralidade e de perifericidade dos enunciados que constituem seu discurso. Em termos da estrutura do texto, a divisão entre central e periférico corresponde à distinção entre *figura* e *fundo*. Segundo esta noção, o grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva, de modo que orações com alta transitividade dão sustentação aos textos e configuram-se nas porções centrais do texto, enquanto que orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao *fundo*. Há, portanto, uma correlação forte entre a marcação gramatical dos parâmetros da transitividade e a distinção *figura* e *fundo*.

No plano discursivo, por *figura*, entende-se aquela porção do texto que apresenta, numa narrativa, por exemplo, sequência temporal de eventos concluídos, *punctuais*, afirmativos, *realis*, sob a responsabilidade de um agente, que constitui a comunicação central. O conceito de *fundo*, por outro lado, corresponde à descrição de ações e eventos simultâneos à cadeia da figura, além da descrição de estados, da localização dos participantes da narrativa e dos comentários avaliativos.

O fundamento cognitivo para plano discursivo, com suas dimensões originais de figura e fundo, provém da psicologia *gestaltista*: identifica-se mais prontamente as entidades que se apresentam em primeiro plano, como figuras bem recortadas e focalizadas, em oposição a tudo o mais, que passa a ser percebido contrastivamente como em plano de fundo. Do ponto de vista da ordenação dos constituintes na sentença, as cláusulas SVO, por serem mais transitivas, figuraram as porções mais centrais dos discursos. Já as construções oracionais em que o sujeito é posposto, ocupando posição posterior ao verbo,

correspondem, normalmente, às circunstâncias que estão fora da sequência narrativa propriamente dita (*fundo*), ou seja, não centrais.

Apresentados os pressupostos teóricos que fundamentarão as análises das cláusulas VS, nos próximos capítulos, descrevo como o *corpus* desta investigação foi constituído.

Neste capítulo, apresento numa abordagem sócio-histórica do texto, as características gerais dos gêneros escritos *carta oficial*, *carta particular*, *carta do leitor* e *editorial*, os quais compõem o banco de dados para a análise e constituem amostras de Pernambuco do *corpora* mínimo de manuscritos e impressos dos séculos XVIII, XIX e XX que selecionei, junto com a equipe regional do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB).

2.1. Constituição do *corpora* do projeto Para a História do Português Brasileiro

Um dos objetivos básicos do projeto Para a História do Português Brasileiro é constituir um *corpora* diacrônico do português brasileiro com documentos recolhidos de várias épocas dos séculos XVIII, XIX e XX, em diferentes Estados do país. Esse conjunto de textos antigos vem permitindo aos pesquisadores brasileiros envolvidos no Projeto o mapeamento da história da língua portuguesa no Brasil. A recolha e a constituição desse material tem sido realizada pelas equipes regionais de onze estados brasileiros, dos quais fazem parte Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Os textos coletados pelas equipes regionais são editados a partir de um investimento especial tanto no tratamento filológico de fontes não literárias e literárias, quanto na busca de materiais que possam refletir a linguagem de diferentes segmentos sociais dentro e fora da esfera do poder oficial de cada fase da história brasileira.

A partir dos levantamentos feitos por Afrânio Barbosa no volume *História do Português Brasileiro* (CASTILHO & HORA, 2010, p. 35-49) do *Corpora* Geral do Projeto Nacional PHPB (versão junho 2009) e da proposta de SIMÕES & KEWITZ (comunicação oral no VIII Seminário do PHPB, João Pessoa), a organização do material coletado ficou constituída por três conjuntos de textos divididos pelo eixo diacrônico (séculos XVIII, XIX e XX), os quais compõem o *corpora* mínimo de análise dos integrantes do projeto. O *corpora*, portanto, ficou organizado da seguinte maneira:

- a. *Corpus* comum mínimo – manuscritos (cartas oficiais e particulares)
- b. *Corpus* comum mínimo – impressos (editoriais, cartas do leitor e anúncios)
- c. *Corpus* comum diferencial – atas, notícias, testamentos, peças de teatro e outros.

O controle tipológico-textual¹⁶ em que os textos foram submetidos na composição e organização do *corpus* geral foi baseado na noção de sintonia com o contexto de produção. Castilho (2003) acredita que esse tipo de variante interfere, por exemplo, na diferente pressão sobre os produtores textuais criada pelo fato de os textos terem sido escritos para serem lidos por um único receptor próximo – como no caso das cartas pessoais – ou por um receptor simbólico, inatingível – como no caso dos documentos destinados aos governadores coloniais ou ao próprio Imperador do Brasil, como é o caso dos manuscritos oficiais. Apesar de representado por um funcionário-leitor de inferior hierarquia, como um

¹⁶ Termo utilizado pela equipe de Linguística de *Corpus* do projeto PHPB para se referir ao agrupamento de textos coletados.

oficial da burocracia palaciana, escrever a um governador exige cerimônias e modelos específicos dos textos a ele encaminhados.

2.2. *Corpus* do PHPB em Pernambuco

Para compor as amostras¹⁷ de Pernambuco, foram selecionados textos (manuscritos e impressos) dos séculos XVIII, XIX, XX da esfera pública e privada do Estado. O *corpus* pernambucano compreende, assim como no caso do projeto PHPB nacional, os gêneros de língua escrita recortados por séculos e pertencentes aos dados do *corpus* mínimo comum do Projeto. Todo o acervo coletado de manuscritos oficiais e particulares, de edições de jornais, contendo artigos, crônicas, anúncios e demais matérias publicadas, encontra-se arquivado no setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, da Fundação Gilberto Freyre, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, no Arquivo Público do Estado da Paraíba e no Arquivo da Ordem do Mosteiro de São Bento, em Olinda e no Arquivo Ultramarino, em Lisboa.

O volume de dados armazenado totaliza 172.848,00 palavras, segundo último levantamento da equipe regional, conforme os quadros abaixo:

¹⁷ Participaram da equipe de coleta e transcrição dos textos os seguintes colaboradores: Andréa de Souza e Silva, Ana Paula Macena, Carolina Cavalcanti, Cláudia Silva, Cleber Ataíde, Daniela Forcioni, Danielly Vieira, Jemima Vitória Leite de Souza, Jéssica Pereira da Silva, Manoel Pedro Vieira Filho, Mari Noeli Kiehl Iapechino, Maurício Vieira da Silva, Patrícia Siqueira C. Ferreira, Priscilla Elizabeth da Silva Costa Ferreira, Pedro Henrique Corrêa Silva, Rose Mary Fraga, Samara Falcão, Tarcísia Travassos, Thiago Nunes Soares e Valéria Severina Gomes.

Quadro 2 – Corpus mínimo (PE) - manuscritos

Tipologia textual	Séc. XVIII 1701-1750	Séc. XVIII 1751-1800	Séc. XIX 1801-1850	Séc. XIX 1851-1900	Séc. XX 1901-1950	Séc. XX 1951-2000
Cartas particulares	-----	-----	147	19.508	5.461	7.339
Cartas oficiais	7.142	5.339	4.010	1.539	1.030	729

Quadro 3 – Corpus mínimo (PE) - impressos

Tipologia textual	Séc. XVIII 1701-1750	Séc. XVIII 1751-1800	Séc. XIX 1801-1850	Séc. XIX 1851-1900	Séc. XX 1901-1950	Séc. XX 1951-2000
Cartas de leitores	-----	-----	10.491	14.568	10.190	9.793
Cartas de redatores/ Editoriais	-----	-----	22.284	48.104	7.103	7.906
Anúncios	-----	-----	3.740	6.168	7.115	5.597

A organização do *corpus* pela equipe pernambucana seguiu os seguintes passos: a) seleção de textos, considerando o período inicial do século XVIII e o período final do XX; b) organização dos textos coletados em acervo fotográfico; c) transcrição, digitação e revisão da transcrição conforme as orientações filológicas para documentos manuscritos e impressos – edição semidiplomática, seguindo as notações para a transcrição organizadas por Guedes & Berlinck (2000, p. 12):

Quadro 4 – Notações para transcrição

[]	Indica a ausência de uma letra/sílaba na palavra ou de uma palavra dentro de um enunciado. Ex.: a[c]eita-se pedidos; para poder continuar [] vender; para o verão e arti[]s de modas.
-----	---

[[]]	Indica que a letra/sílaba/palavra estão repetidas. Ex.: drigi[[gi]]ram; dinheiro [[a dinheiro]].
[ilegível], [furo] [corroído], [espaço]	Indica que uma dessas situações aconteceu no texto transcrito. Ex.: assim ao modo de [ilegível] que há tempos; faz [furo] sciente ao Público; vende-se huma propriedade [corroído] de tres andares; de profiçãõ agrônomo. [espaço] com boas referências.
	na maioria dos casos, a barra simples indica mudança de linha.
	indica mudança de parágrafo.
<i>Itálico</i>	Indica desenvolvimento de abreviaturas. Ex.: <i>Senhor, réis, número, Excelentíssimo, Nossa Senhora, ReVerendíssima.</i>

2.2.1. Os manuscritos oficiais

O acervo dos manuscritos compreende um amplo e diversificado conjunto de textos da administração pública de Pernambuco, disponível no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, no Arquivo Público do Estado da Paraíba¹⁸ e no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e no Arquivo Ultramarino de Lisboa.

A maior parte dos manuscritos dos séculos XVIII e XIX coletados e editados para esta pesquisa faz parte do projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Criado em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). O Projeto Resgate nasceu com o objetivo principal

¹⁸Algumas cartas administrativas referentes a Pernambuco foram coletadas, editadas e publicadas em *cd-room* em FONSECA, Maria Cristina de Assis (Org.). (2004). **Cartas oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: Idéia.

de disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), há mais de 200 mil cópias de documentos guardados referentes às diversas capitanias no período colonial do Brasil. Sobre a Capitania de Pernambuco, constam mais de 32 mil cópias de documentos disponíveis em microfilme de 35 mm ou em *cd-room*.

Dos 63 manuscritos pertencentes ao *corpus* pernambucano, selecionei apenas 30 textos para compor o banco de dados desta investigação. Os critérios utilizados para a escolha foram: a) datação e b) ocorrência da ordem VS. No quadro abaixo, encontram-se informações dos documentos selecionados: interlocutores, assunto e cronologia na qual se enquadra cada texto editado.

Quadro 5: Manuscritos oficiais

Remetente/ Destinatário	Século	
	XVIII	XIX
Carta de Sebastião Castro e Caldas [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V		
Carta de José da Costa [Prepósito da Congregação do Oratório de Recife] ao rei D. João V		
Carta dos oficiais da Câmara de Recife a D. João V.		
Carta do engenheiro Diogo da Silveira Veloso ao rei de Portugal [D. João V]		
Carta de Félix José Machado [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V		
Carta de João de Macedo Costa Real e Diogo da Silveira Veloso para João do Rego Barros [Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco]		
Segunda via de Provisão do rei D. João V, concedendo a Antonio Tavares de Azevedo [Mestre de Capela em Olinda]		
Carta de Duarte Sodré Pereira Tibão [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V.		
Aviso de Diogo de Mendonça Corte Real [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] ao Marquês Penalva [Presidente do Conselho Ultramarino]		
Aviso de Diogo Mendonça Corte Real [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] a D. Estevão de Meneses, Marquês de Penalva		
Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva [Governador da Capitania de Pernambuco] a Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar]		
Ofício de Manoel da Cunha Meneses [Governador da Capitania de Pernambuco] a Martinho de Melo e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar]		

Ofício de José Sexas de Menezes [Governador da Capitania de Pernambuco] a Martinho de Melo e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar]		
Requerimento de José Pinheiro Salgado [Capitão de Infantaria das Ordenanças de Sirinhaem] à rainha D. Maria I.		
Requerimento de Antonio Marciano Rodrigues Cucharra à rainha D. Maria I.		
Requerimento do tenente da sexta Companhia do Regimento de Cavalaria de Olinda, Timóteo José de Matos, ao príncipe regente D. João.		
Documento (declaração) do secretário da Real Junta do comércio, agricultura, fábricas e Navegação, Francisco Soares de Araújo Silva.		
Alvará do Príncipe regente D. João ordenado a imposição do direito de oitenta réis por tonelada em cada navio de cobertura, nacional e estrangeiro, que entra no porto do Recife, para ser aplicado às obras do mesmo porto.		
Relato do requerimento do mestre do bergantim Senhor dos passos e especulador, Reinaldo José Gonçalves, ao rei [D. João VI].		
Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luis do Rego Barreto, ao secretário da marinha e ultramar, conde da feira, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho.		
Requerimento do cirurgião-mor do segundo Batalhão de caçadores da província de Pernambuco, Manoel Campelo da Cunha, ao rei D. João VI.		
Auto dos papéis de serviço do capitão do Regimento montado do Cabo, Luís José Lins Caldas, feito pelo ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, José Joaquim Nabuco de Araújo.		
Carta (2ª via) da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João]		
Carta do Senado da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. João], contestando a nomeação de José de Matos Girão para o posto de capitão-mor das Ordenanças de Olinda.		
Carta (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao príncipe regente [D. João].		
Carta (ofício) do diretor do Ginásio Pernambucano Dom Joaquim Francisco de Faria ao governador da província de Pernambuco.		
Informação sobre o pedido de admissão de Joaquim José, filho do senhor Cabral Pereira de Amaral.		
Resposta do diretor do Ginásio Pernambucano Dom Joaquim Francisco de Faria ao pedido de admissão de Antonio Pusciano Phernado Lessa como aluno interno gratuito.		
Pedido para o desembargador José Manuel de Freitas ordenar ao Diretor de obras públicas urgência na restauração do prédio do Ginásio.		
Carta pedindo informação sobre o pedido de admissão de Joaquim José, filho do senhor Cabral Pereira Amaral.		
Atestado do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Francisco Soares Araújo Silva		

2.2.1.1. Os produtores dos manuscritos oficiais

Os produtores dos textos dos manuscritos selecionados pertencem às mais variadas classes sociais e estão diretamente relacionadas à administração pública tanto no período imperial quanto no período republicano. Entre os autores dos textos, há pessoas de grau de

instrução e letramento variados. Encontram-se como autores dos manuscritos, pessoas influentes que exerceram cargos públicos de destaque, ligados à política nacional ou portadores de títulos da nobreza como: governador, ministro e marquês. Há também outros que desempenharam funções ligadas à vida militar ou civil como sargento, tenente, capitão, capitão-mor, ouvidor, delegado e diretor de escola.

Nos manuscritos datados do século XIX e XX, a autoria dos textos é facilmente identificada. Ao contrário dos textos escritos no início do século XVIII, em alguns exemplares, as cartas eram autógrafas, ou seja, eram escritas e assinadas por pessoas diferentes. Em outras, o nome era assinado de forma abreviada ou rubricada, dificultando, portanto, a identificação do autor.

2.2.1.2. As sequências textuais e os propósitos comunicativos

Os documentos selecionados são típicos da administração pública. Esses textos são classificados como ofício, ata, aviso de secretários, requerimento, carta de lei e tratam de assuntos diversos referentes à administração das Capitâneas¹⁹ das vilas e de seus habitantes, no século XVIII, e de reclamações, solicitações de serviços, pedido de esclarecimentos sobre obras públicas, entre outros, nos séculos XIX e XX.

Os manuscritos analisados se prestam aos mais variados propósitos comunicativos. De modo geral, os textos servem para expor informações sobre conteúdos de outros documentos; responder pedidos; solicitar esclarecimento e encaminhamentos; advertir

¹⁹ Pela importância econômica e política, a Capitania de Pernambuco, que originalmente se estendia do Rio Igarauá ao Rio São Francisco, era responsável pela administração das capitâneas de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte da Bahia. Naquela época, toda a documentação e solicitação à Coroa Portuguesa era dirigida, primeiramente, ao governador de Pernambuco (ATAÍDE & NUNES, p.17-8, 2012).

práticas inadequadas da administração pública; solicitar encaminhamentos e esclarecimentos; ordenar demissões, certificar decisões, entre outros.

Nos documentos analisados, o grau de hierarquia entre o emissor e o receptor determina os propósitos comunicativos. Por exemplo, as cartas escritas do século XVIII, em que os interlocutores são geralmente o governador da capitania e o Rei de Portugal, apresentam geralmente ordens e decisões. No tocante aos documentos dos séculos XIX e XX, nos quais os interlocutores são, respectivamente, o governador da capitania de Pernambuco, militares como sargento, tenente e diretor de escola, os propósitos comunicativos são diversos.

Do ponto de vista linguístico, esses propósitos são, muitas vezes, explicitados através de verbos performativos, indicativos de atos de fala diretos. Os trechos dos textos abaixo são exemplos dos verbos que indicam o propósito comunicativo do gênero:

(18) **Certifico** que conheço a Manuel Curado Garro Dêca, sendo Cabo do forte de Nossa Senhora da Encarnação da barra do Pitimbú. (*Corpus PHPB/PE*).

(19) **Atesto** que o ofício de Escrivão da Correição da Comarca de Pernambuco se acha vago na Coroa. (*Corpus PHPB/PE*).

(20) Com esta **remeto** a Vossa Majestade a relação dos officiais pagos que Servem nesta capitania. (*Corpus PHPB/PE*).

Em relação à tipologia textual, nas cartas oficiais pernambucanas, há uma grande heterogeneidade de sequências textuais que se definem pela sua função na elaboração textual. Há, por exemplo, *sequências narrativas* constituídas linguisticamente para relacionar temporalmente eventos e fatos; *sequências descritivas* para indicar características de elementos ou fatos em determinados momentos; *sequências expositivas*

e/ou *dissertativas* para conhecer, mediante representação de ideias, reflexões, avaliações e explicações; e *sequências injuntivas* para ordenar ou orientar alguma ação ou reação do destinatário.

Nas cartas oficiais, assim como em qualquer outro gênero, as sequências textuais licenciam determinadas funções discursivas. Por exemplo, a sequência predominantemente narrativa, muito comum nos documentos do período colonial, serve para ilustrar uma decisão e exemplificar um ato negativo ou até mesmo fazer uma solicitação, um pedido ou cobrança. No trecho a seguir, da carta em que o governador da Capitania de Pernambuco solicita a revisão do pagamento à capitania do Rio Grande do Norte das despesas com a celebração, a mando do rei, do casamento dos príncipes do Brasil e da Astúrias, o trecho descritivo-narrativo serve de argumentação para justificar o pedido de revisão do valor do pagamento.

(21) [...] estarem celebrados os despozo-|rios dos *Ilustríssimos* Príncipes do Brazil e Asturias, se| festejasse tão plauzível noticia, oque ele fizera em| nove dias successivos com Comedias, **evarias fes-|tas deCavallo, e outras celebridades, illuminandose| [inint.] noutes todas as cazas da[?]Cidade; festejandose| as ruas poiz acendiraõ nellas outenta luzes cada| noite**, sendo toda [inint.] despeza' a sua Custa; o que| procurandose, se havia algu'a ordem para se darem| propinas de Cera, só se descobrira que na Paraíba| sederaõ ao Capitaõ mor quatro arrobas de Cera da| fazenda Real; a cujo exemplo as pedira o Pro-|vedor daquella Capitania: segurando oseu valor,| no cazo emque [inint.] lhe naõ permita ad[?] propina.|| Eordenandose ao mesmo Governador de Per-|nambuco em carta de 13 de agosto de 1730 infor-|masse com seuparecer, satisfez: dizendo: Que| este Capitaõ mor festejou os despozorios dos *Ilustríssimos* | Senhores Príncipes do Brazil e Asturias co'maiz| aplauzo, que pedia a terra; E que aos Governadores| daquellas capitancias manda *Vossa* Majestade darlhes propina nestas, Eoutras festas semelhantes [inint.] arrobas de Cera por cada vez, Eao Providencia fa-|enda [inint.] arroba: [inint.] que| **sendo Vossa Majestade Servido lhemande dar duas arrobas e meya de cera de propina, deque o [inint.] Emerecedor porque alem das Referidas despesas| servio aVossa Majestade com bomprocedimento neste l [fol.2r] Lugar, que temsido no tempodo seugoverno.**| Edandosevista ao Procurador da fazenda, Respondo, que lhe pareciadomesmoque ao Provedor informante.|| Ao Concelho parecedomesmoque ao Procurador | de Pernambuco Duarte

Sodré Pereyra informante. | Pernambuco Em doze de julho de mil sette
Centos trinta e dois.
(Carta oficial, séc. XVIII, *Corpus PHPB/PE*).

Do mesmo modo como as sequências narrativo-descritivas, as expositivas/dissertativas se prestam discursivamente, geralmente em documentos do tipo requerimento e carta-resposta, para argumentar, justificar ou fazer uma solicitação, assim como no exemplo a seguir:

(22) João Antonio de Miranda, **Ne|gociente matricullado que chegou de| Pernambuco, á um mês como** consta | dalicença junta do Governador da-|quella Cappitania|| E porque os **seos ne|gócios pedem naquella cidade aprezença do supplicante** pertende com asua familia | que consta de sua mulher, duas filhas, | um filho, mennores; duas criadas, e | um preto escravo, passar novamente | para a ditta Cidade de Pernambuco, e mos|tra pelo documento junto, nada dever|á Real Fazenda.

ATAÍDE, Cleber; MACENA, Ana Paula. *Cartas oficiais do século XVIII – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

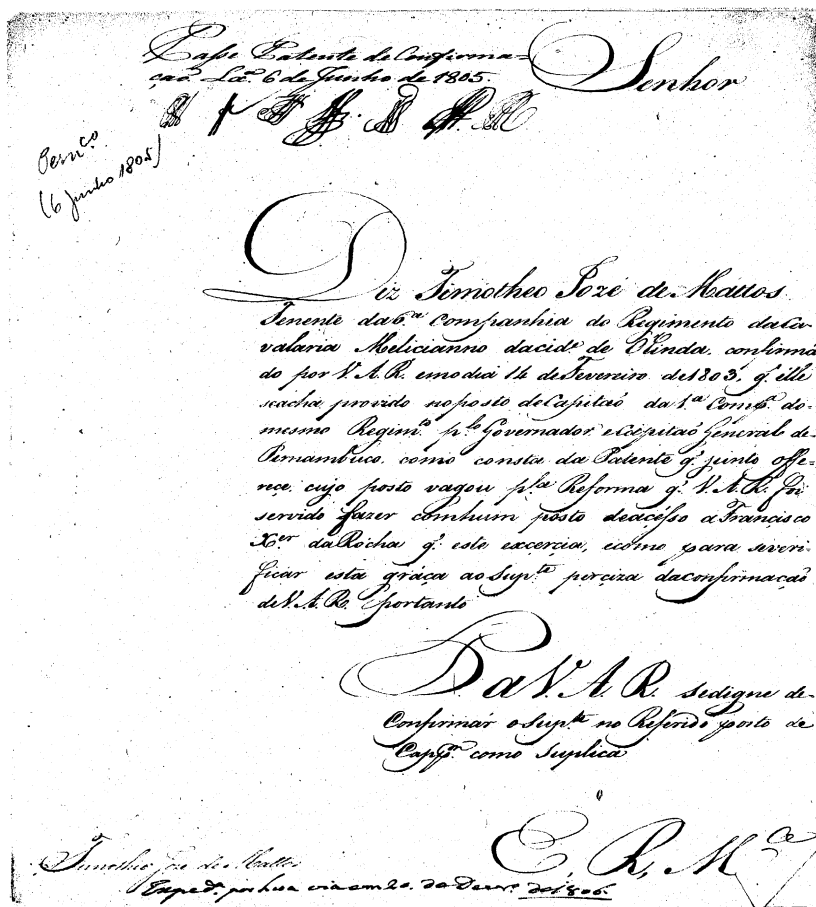
Nesta carta, um comerciante português solicita visto de viagem de sua família para a capitania de Pernambuco. No trecho, João Antônio de Miranda se utiliza de dois argumentos (a sua recém chegada a Portugal e seus negócios mantidos na Capitania de Pernambuco) para justificar sua solicitação.

2.2.1.3. Os aspectos formais

Os manuscritos coletados e editados do século XVIII e até a primeira metade do século XIX seguem, do ponto de vista formal, a tradição ibérica com relação à tinta, caligrafia e material da escrita.

Assim como os documentos paraibanos coletados por Fonseca (2004), os textos são escritos quase sempre em único parágrafo, mesmo quando é grande sua extensão, em colunas à esquerda do papel. Normalmente, as cartas são escritas em apenas um lado das folhas. A primeira linha de algumas cartas apresenta letra maior que as demais. Na carta abaixo, extraída do Arquivo Ultramarino, em Lisboa pode conferir a formatação do documento no século XIX. A carta oficial é um requerimento do tenete da Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria de Olinda, Timóteo José de Matos, ao príncipe regente D. João, pedindo confirmação de carta patente naquele posto, por promoção de Francisco Xavier da Rocha.

(23):



Fonte: ATAÍDE, Cleber; FERREIRA, Patricia Siqueira C. Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB/PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

As cartas do século XIX e XX são textos curtos, escritos no máximo em dois ou três parágrafos no papel timbrado com brasão da bandeira do Estado de Pernambuco. Os textos são geralmente centralizados na folha e na margem inferior encontram-se vários despachos datados e assinados.

Com relação a sua composição, os documentos oficiais seguem, no geral, a estrutura tradicional das cartas, com cabeçalhos, saudação inicial (1), corpo do texto (2), fecho (3), assinatura (4), cargo (5), local e data (6), endereçamento (7). A seguir, segue exemplo de uma carta administrativa do século XIX.

(24)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr (1)

(2) Com o Regio Aviso N. 71. de 5 de Agosto deste anno recebemos os trez Conselhos de Guerra, do Porta | Bandeira, Jose Ignacio Borges e dos soldados Damião| Joaquim Leitão, João Gonsalves da Fonseca, Manoel| Lopes de Oliveira, pelo qual he Sua Alteza Real servido que se executem as sentenças que neles se profere|rirão em Supremo Conselho de Justiça.|| Em cumprimento deste Real Aviso, imedia|tamente que o recebemos lhe fisemos dar a Sua devida| execução na forma que Sua Alteza Real determina.

(3) *Nosso Senhor Guarde* a V. Ex^a. muitos annos. (6) Recife de Pernambuco 22 de Outubro de 1801.

(7) *Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Visconde de Anadea.*

(4) *Dom Jose Bispo de [inint.]*

[inint. + 1 linha]

Jose Joaquim Nabuco de Araujo

Fonte: ATAÍDE, Cleber; MACENA, Ana Paula. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

Há cartas do século XVIII e XIX em que aparece apenas a assinatura ou o sobrenome, às vezes de modo rubricado, de quem assina o documento.

Ainda no tocante à formalidade, existe, nos documentos oficiais da administração pública, uma estrutura mais ou menos fixa de fecho. Esse cumprimento se configura como uma Tradição Discursiva, isto é, regularidades discursivas ou formas textuais que os textos comportam, já que esses são frutos das tradições culturais produzidas pela sociedade, em momentos anteriores, que permaneceram ou se modificaram ao longo de sua existência (OESTERREICHER, 1997, 2001; KABATEK, 2001, 2002). Os fechos mais frequentes nas cartas do século XVIII e XIX são: *é Areal pessoa de Vossa Majestade guarde Deos muitos annos, Deos Vosso Senhor prospere e augmente avida e saúde a Vossa/Majestade para beneficio do seu Reino Consolação dos Seus vassallos, Deus/ guarde a Vossa Excelência, Nosso Senhor Guarde ASua Excelência muytos annos*. Essas formas textuais, no século XX até os dias de hoje, dão lugar à expressão de cumprimento final, *atenciosamente*.

2.2.2. Manuscritos particulares

O acervo dos manuscritos de cunho privado foi selecionado pela equipe pernambucana do PHPB a partir de um conjunto de cartas disponível no Setor de Documentação e Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, da Fundação Gilberto Freyre e em acervos particulares doados por familiares da região metropolitana de Recife.

As cartas particulares versam sobre vários temas e assumem finalidades comunicativas diversas. De modo geral, as cartas configuram-se pela presença de componentes fixos que ancoram o texto, assim como as cartas do tipo administrativas, como o local, a data, o vocativo, o corpo do texto, o fecho e a assinatura e de um componente alternativo que corresponde ao PS: *Post scriptum*. No exemplo a seguir, pode-

se conferir a organização de gênero numa carta escrita por Joaquim Nabuco ao amigo Paranhos, com o objetivo de apresentar o dezembargador Domingos Alves Ribeiro.

(25):



Fonte: ATAÍDE, Cleber; FORCIONI, Daniela. *Cartas Particulares do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Particular. Carta 6.

No total, 92 textos foram coletados e editados. Para compor o banco de dados, selecionei 30 textos, divididos pelos séculos XIX e XX. O quadro a seguir apresenta informações como o remetente, o assunto e o período ao qual se refere cada documento.

Quadro 6: Manuscritos particulares coletados em Pernambuco

Remetente/ Destinatário	Séculos	
	XIX	XX
Carta de José Roberto Pereira da Silva a sua irmã convidando-a para ir para a capitania de Pernambuco.		
Carta de Joaquim Nabuco a um amigo tratando de assuntos diversos.		
Carta de Joaquim Nabuco a um amigo informando-o sobre viagens e notícias do família.		
Carta de Joaquim Nabuco a o amigo Dr. Jaguaribe pedindo desculpas por não assinar o		

prefácio de um livro.		
Carta de Joaquim Nabuco em agradecimento por um exemplar de livro, comentário a respeito da obra, envio de página lida à princesa em 13 de maio e notícia da chegada de um filho, ao qual foi dado o nome Maurício.		
Carta enviada por Joaquim Nabuco ao Barros informando sobre amigos e comentários políticos.		
Carta de Joaquim Nabuco denunciando infrações às leis que regulamentavam as condições dos escravos.		
Carta de Joaquim Nabuco a amigo falando sobre o projeto abolicionista.		
Carta de Tobias Barreto ao amigo Sylvio solicitando um pedido de remendação para Martins Junior, classificado em 2º lugar no concurso para professor substituto da Faculdade de Direito.		
Carta de Joaquim Nabuco enviada ao amigo Sylvio comentando a respeito das personagens envolvidos no enredo da história.		
Correspondência enviada por Joaquim Nabuco ao Barão de Benedito desejando-lhe um feliz 1889.		
Carta enviada por Joaquim Nabuco ao amigo Barros.		
Carta de Joaquim Nabuco dando informações sobre o cenário político do Brasil, agradecimentos e notícias sobre sua família.		
Carta de Joaquim Nabuco, pedindo informações sobre seu pai para composição de um livro de Memórias e informações sobre amigos em comum.		
Carta de Joaquim Nabuco, agradecendo a colaboração do amigo Barão pela colaboração no livro de Memórias do Pai.		
Carta de Joaquim Nabuco, informando sobre algumas decisões tomadas em relação ao governo.		
Carta de Joaquim Nabuco sobre recebimento da carta do Sr. Lima e sobre a discussão Anglo-venezuelana.		
Carta de José Américo de Almeida manifestando a alegria pelo trabalho de Gilberto Freire a respeito do livro.		
Carta de José Lins do Rego, lamentando que escreve no Diário de Pernambuco gente tão estúpida e que seus artigos saíssem na mesma página em que Samuel Campelo assina o nome.		
Carta de Jarbas Pernambucano dando notícias de seu pai Ulisses Pernambucano de Melo.		
Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto, acusando recebimento dos três exemplares do livro <i>Guia Prático, Histórico e sentimental do Recife</i> . Pede informações sobre alguns livros e seus autores.		
Carta de agradecimento de Manuel Bandeira pelas felicitações recebidas por conta da candidatura do emissor a Academia.		
Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto, falando sobre a viagem à Paraíba.		
Carta de Jarbas Pernambucano justificando a presença em almoço oferecido a Josué de Castro.		
Carta de José Lins do Rego informando que João Condé não encontrou a fotografia e o poema de Monte Oliveira.		
Carta de Jordão Emerenciano agradecendo pelo recebimento dos dois primeiros volumes da coleção “Gilbertiana”.		
Carta de Jordão Emerenciano enviando dois exemplares do “Livro da razão”.		
Carta de Jordão Emerenciano solicitando o prefácio do livro de Guilherme Martinez Auler, “A companhia de operários 1839 – 1843 subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil”.		
Carta parabenizando Nelson Ferreira pelo recebimento do título de cidadão do Recife.		
Carta de Jordão Emerenciano felicitando pela passagem do aniversário e justificativa pela ausência no jantar de comemoração do aniversário.		

2.2.2.1. Os produtores e as sequências textuais dos manuscritos particulares

As correspondências selecionadas são de pessoas públicas do Estado e versam sobre assuntos comuns da vida cotidiana, como a dos políticos Joaquim Nabuco e Tobias Barreto e dos poetas José Lins do Rego e Manuel Bandeira. O grau de cumplicidade, de afetividade e de expressividade nestes documentos é denunciador do grau de intimidade presente na relação dos interlocutores (BRANDÃO *et. all*, 2009).

Nas cartas, há uma incidência maior da sequência narrativa e descritiva na elaboração textual. Essas sequências são constituídas linguisticamente para relacionar temporalmente eventos e fatos e para indicar características de elementos ou fatos em determinados momentos.

2.2.3. Os editoriais²⁰

Dois gêneros fazem parte do conjunto de textos coletados para compor o *corpus* pernambucano de impressos, os editoriais e as cartas do leitor. A escolha por gêneros do domínio jornalístico deve-se à contribuição desses textos à formação do português brasileiro. Durante muito tempo, os textos literários eram tidos como exemplares do conhecimento da língua. Foi com a chegada da Família Real ao Brasil e, em seguida, seu retorno a Portugal, que os textos impressos começaram a circular com mais frequência, o que propiciou um maior acesso a informações e a textos escritos por parte da sociedade brasileira. Isso, provavelmente, impulsionou a variação/estabilização da língua comum.

²⁰ Um estudo detalhado sobre a historicidade dos editoriais e da língua encontra-se em GOMES (2010).

Além disso, os impressos contribuíram significativamente para a formação de uma opinião pública, que, até os fins do século XVIII, não era constituída no Brasil. Pessoa (2003, p. 176) afirma que “ao final do século XVIII, [...] não havia uma opinião pública brasileira”, os elementos dinamizadores da vida social e que possibilitam a formação de uma opinião pública não existiam. Segundo Armitage (1991 *apud* PESSOA, 2003, p. 176), “a educação era ainda muito deficitária, os padres conheciam apenas um mau latim. A ciência política era quase que desconhecida pela totalidade da população brasileira. Não havia imprensa nem Universidade”.

Os textos impressos coletados pela equipe do PHPB/PE compreendem um conjunto de 99 editoriais e 87 cartas do leitor, publicados em jornais diversos que fizeram parte da história da imprensa pernambucana, tais como *Diario de Pernambuco* (1825), *Cruzeiro* (1829), *Diario Novo* (1842), *O Commercial* (1850), *A Provincia*, *A Voz do Brasil*, *O Praieiro* e o *Carapuceiro*, *Jornal do Commercio* (1919), entre outros. O quadro geral abaixo sintetiza as informações sobre os 30 editoriais analisados para compor o banco de dados desta pesquisa.

Quadro 7: Editoriais coletados em Pernambuco

Periódico	Assunto	XIX	XX
Diario de Pernambuco	Editorial de apresentação que trata do lançamento do primeiro número do jornal.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata de um possível boato de revolução popular.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata da soberania constitucional		
Diario de Pernambuco	Editorial dividido em duas partes: a primeira uma introdução sobre a nova feição do jornal e a segunda sobre questões econômicas e sociais de Pernambuco.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata da decisão do Governo Federal Central de substituir na Presidencia da província de Pernambuco.		
Diário de Pernambuco	Editorial sobre o papel do poder legislativo na fiscalização da administração pública.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata dos acontecimentos durante as folias do entrudo.		

O Liberal Pernambucana	Editorial que trata de insultos e censuras sofridos pelo partido liberal da província.		
O Liberal Pernambucana	Editorial que trata de uma análise sobre a situação em que se acha o Brasil.		
O Paiz	Editorial que trata dos embates políticos pela imprensa		
A Província	Editorial que trata do estado a que as assembleias e administrações conversadoras levaram as finanças da província.		
A Província	Editorial que trata da monarquia representativa do governo.		
Jornal do Recife	Editorial que trata da mudança repentina dos programas ministeriais dentro do mesmo partido.		
Jornal do Recife	Editorial que trata da lei de abolição.		
A Província	Editorial que trata da dificuldade de organizar chapa de candidatos sérios para o novo partido republicano.		
Diario de Pernambuco	Editorial sobre a situação em que se encontra a política americana.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata do desenrolar da política nacional.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata da questão da agricultura.		
Jornal do Recife	Editorial que trata das providências a serem tomadas pelos órgãos responsáveis dos portos do Recife para evitar contágio e proliferação da febre bubônica.		
Diario de Pernambuco	Editorial sobre metas e objetivos.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata do dissídio dos plantadores de cana.		
Jornal do Commercio	Editorial que trata sobre a indústria de brinquedos no Brasil.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata sobre os ruídos na cidade do Recife.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata sobre a criminalidade no Estado de Pernambuco.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata sobre o crescimento de serviços e abastecimento de água e saneamento no Estado.		
Jornal do Commercio	Editorial que trata sobre o patriotismo brasileiro.		
Jornal do Commercio	Editorial que trata sobre as expectativas para o futuro.		
Jornal do Commercio	Editorial que trata sobre a democracia racial brasileira.		
Jornal do Commercio	Editorial que trata sobre o desenvolvimento das tecnologias de comunicação.		
Diario de Pernambuco	Editorial que trata da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso.		

2.2.3.1. Aspectos sócio-históricos

O século XIX representou para o Brasil um período de mudança no cenário político e econômico. Em Pernambuco, esse período foi marcado pelas lutas ideológico-partidárias e o início da urbanização. Foi nesse período que a capital pernambucana começou a receber melhoramentos urbanos que alteraram os hábitos sociais e culturais da população. Destacam-se nesses acontecimentos a inauguração do Teatro de Santa Isabel (1850), do

Gabinete Português de Leitura (1851), a transferência da Faculdade de Direito de Olinda para Recife (1853), a iluminação das ruas centrais a gás carbônico (1859), a construção da ferrovia (1854); o domínio das técnicas de comunicação, como o telégrafo (1857) e o telefone (1876).

Com o surgimento da imprensa, as temáticas político-ideológicas começam a ser intensificadas e divulgadas nas páginas dos jornais brasileiros. Temas como o abolicionismo, os posicionamentos antiescravistas e republicanos predominaram nos editoriais. Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa começa a servir como instrumento de comunicação também para a classe trabalhadora. Dentre os fatores que contribuíram para isso estão um comércio mais dinâmico, a indústria em progressão, o expansionismo urbano, o crescimento das escolas públicas, entre outros. A partir de 1930, houve uma modernização das empresas jornalísticas. A imprensa torna-se menos politizante e mais comercializada e, conseqüentemente, ocorrem alterações nas relações com os leitores, os textos de opinião vão cedendo mais espaço aos textos de propaganda.

Segundo Rudiger (1993 *apud* GOMES, 2012), a história da imprensa no Brasil passa por três fases distintas. A primeira fase é conhecida como Político-panfletária. Essa fase é marcada pelo contexto inicial da imprensa, com elevadíssimo índice de analfabetismo; pela função essencialmente opinativa; pelo discurso pomposo e veemente; pela fase de polêmicas pessoais e violência física e verbal e pela linguagem marcada por vocativos, imperativos, repetições, interjeições, subjetivismo, adjetivação e pontuação enfáticas. A segunda fase Literário-independente tem como características o contexto de organização intelectual e aumento do nível de alfabetização; as temáticas culturais e científicas; a conjugação entre os homens das letras e a imprensa; a propagação de acontecimentos sociais e a linguagem composta de detalhes, figuras e poeticidade. A

terceira e última fase, a Telegráfico-informativa, é constituída pelo contexto de modernização tecnológica; pela superação da opinião pela informação objetiva; pela passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica; pela substituição do estilo detalhista literário pelo estilo simplista *telegrafês* e pela linguagem direta, com mais afirmações que demonstrações e com repetições reguladas.

2.2.3.2. As sequências textuais e o propósito comunicativo

Entende-se por editoriais jornalísticos textos que se caracterizam pelo propósito discursivo de apresentar um ponto de vista assumido pelo jornal sobre variados assuntos e que “reúnem características condizentes com o tipo argumentativo e [...] por orientarem-se para a formação da opinião pública, embora cumpram, de certa maneira, também uma função informativa” (ANTUNES, 1996, p. 119-120). Por essa característica, nos editoriais, há predominância das *sequências* textuais dos tipos *expositivas* e/ou *dissertativas*. Tais sequências licenciam determinadas funções discursivas para conhecer, mediante representação de ideias, reflexões, avaliações e explicações de temas do cotidiano da sociedade pernambucana.

No início do século XIX, os editoriais não eram facilmente identificados. Os textos publicados nessa época e que tinham características de editoriais, segundo Gomes (2005, p.101), “não tinham uma página ou uma coluna estabelecida e muito menos uma denominação definida para uma tradição discursiva que já tinha intensa circulação”. Esses textos recebiam diferentes termos para nomeá-los: artigo, artigo editorial e editorial. Gomes (2005), em sua pesquisa sobre os editoriais, constatou que os textos opinativos, a partir de 1830, vinham abaixo da repetição do nome do jornal. A localização meio que incerta dos

editoriais no jornal durou até o século XX. Atualmente, os editoriais estão localizados numa página específica, geralmente denominada de *Opinião*.

Outro aspecto importante a destacar, nessa pequena triagem dos dados coletados, é que os editoriais, além de apresentarem o teor opinativo, também eram e ainda são utilizados para apresentarem os conteúdos de um jornal ou até mesmo para introduzirem um periódico no mercado impresso, como ocorreu na primeira publicação que inaugura o *Diário de Pernambuco*, em 07 de novembro de 1825. No texto de abertura, os redatores fazem uma apresentação do jornal, a exemplo do texto transcrito e editado por Gomes (2010):



Fonte: Diário de Pernambuco, 1ª edição, 1825.

INTRODUÇÃO

Faltando nesta cidade assaz | populosa um Diário de Annun-|cios, por meio do qual se faci-|litassem as transacções, e se | communicassem ao publico no-|ticias, que a cada um em parti-|cular podem interessar, o ad-|ministrador da Typographia de | Miranda e Companhia se pro-|poz a publicar todos os dias da | semana excepto os Domingos | somente o presente Diário, no | qual debaixo dos títulos de |Compras-|Vendas-Leilões-Alu- | gueis-Arendamentos-Afora-|mento-Roubos-Perdas-Acha-|dos-Fugidas e Apprehensões de | escravos - Viagens-Afrentamen-|tos-Amas de leite etc, tudo | quanto disser respeito a taes | artigos; para o que tem convi-|dado a todas as pessoas, que | houverem de fazer estes ou ou-|tros quaesquer annuncios, aos | levarem a mesma Typographia | quelhe serão impressos grátis, | devendo ir assignados. || Também se publicarão todos | os dias as entradas e sahidas | das embarcações do dia antece-|dente, portos de onde vierão, | dias de viagem, passageiros, | cargas, e noticias, que trouxe-|rão. Além disto todas as sema-|nas se darão os preços corren-|tes dos gêneros de importação | e exportação com um attestado | de dois negociantes desta praça. || E porque para muitas pessoas | seria incommudo dirigir-se a | Typographia, para entregarem | os seus annuncios, se tem pré-|venido este inconveniente rece-|bendo se no Recife no Bote-|quim da Praça em *Santo Antonio* | na Loja da Gazeta rua de Rosa-|rio, e na Boa Vista na Banca de | João Ferreira da Cunha Do | largo da Matriz taes annuncios, | em cujas casas se recebam | igualmente assignaturas e se | vende este Diário pelo preço de | 10 rs. cada folha.

Esse texto, apesar de ter o propósito de apresentar o Diário de Pernambuco no início do século, não perde a essência argumentativa ao exaltar as vantagens do jornal ser publicado na capital do Estado.

2.2.4. Carta do leitor

Assim como os editoriais, as cartas do leitor foram selecionadas pelos pesquisadores do PHPB nos periódicos pernambucanos. Trata-se de cartas de leitores publicadas na primeira metade do século XIX até segunda metade do século XX.

A identificação desse gênero também, no início do século XIX, é incerta, igualmente à dos editoriais. Os jornais, nessa época, possuíam uma área específica do jornal para a *publicação a pedido*. Esse espaço era utilizado para correspondência entre duas pessoas com abertura do conteúdo discursivo para todas as que adquirissem o jornal. Eram textos também de correspondência particular. Obviamente que esse tipo de gênero, mesmo sendo destinado a um único interlocutor determinado, cumpria a função de informar, prestar contas à sociedade, fazer queixas, entre outros vários propósitos comunicativos, como até hoje se tem conhecimento.

Como em alguns periódicos não havia, pelos menos até a segunda metade do século XIX, a seção *CORRESPONDÊNCIA* nem a presença de cartas do leitor, considere, para selecionar as cartas, uma característica comum dos textos: a presença de um interlocutor linguisticamente identificado, o “que se configura como um terceiro participante para quem o discurso é direcionado e constituído. Assim, por cartas de leitores entendo que é um “tipo de correspondência de caráter público que aborda os mais variados assuntos” (PESSOA, 2003, p. 83).

O quadro, a seguir, apresenta informações quanto ao assunto, ao período de seleção e ao jornal responsável pela publicação das 30 cartas do leitor selecionadas e pertencentes ao meu banco de dados.

Quadro 8: Cartas do leitor coletadas em Pernambuco

Periódico	Assunto	XIX	XX
Diario de Pernambuco	Carta do Sr. Judas Ranhoso acusando o redator do jornal de afirmações caluniosas e blasfematórias.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo, inicialmente, reivindicações expostas pelo autor do texto contra o abuso de poder e a excessiva autoridade dos governantes.		
Diario Novo	O texto relata duras críticas ao “theatro publico” por meio dos seus administradores.		
Diario Novo	Carta retratando algumas das peculiaridades que antecederam e deram ascensão à Revolução Praieira.		
Diario de Pernambuco	Texto que expõe explicitamente uma intertextualidade com outra publicação anterior de autoria do “Sr. Commendador Lopes Gama”.		
Diario Novo	Texto introduzido pelo entusiástico momento de empolgação popular em que vivia a província de Pernambuco com a visita da Majestade Imperial.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo um texto assinado pelo Sr. Henry Law esclarecendo sobre o projeto de melhoria do “Porto de Pernambuco”.		
Diario de Pernambuco	Texto publicado, sem autoria explícita, através de constantes implicaturas, relatando o panorama político e a relação com o patriotismo .		
Diario de Pernambuco	Carta contendo defesas de acusações sendo o autor do texto o Sr. Decio de Aquino Fonseca e o suposto caluniador de codinome “Um Liberal”.		
Diari de Pernambuco	Carta não assinada destinada ao presidente da província pernambucana suplicando postergação das datas de vencimento dos impostos públicos.		
O Capibaribe	Texto publicado em defesa do vigário que sofre acusações de outro padre.		
Diario Novo	Carta assinada por um padre se defendendo de acusações na participação de revoltas armadas.		
Diario de Pernambuco	Carta em que o autor expõe o teatro com características que vão além da arte educativa e alcançam o lazer e o recreio.		
Diario de Pernambuco	Carta destinada a evidenciar as qualidades do “gymnasio Pernambucano”.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo a explicação de uma proposta que foi publicada de forma controversa.		
A Província	Carta explicativa sobre esclarecimentos de uma ocorrência policial.		
Diario de Pernambuco	Texto contendo uma declaração do Sr. Joaquim Lima Amorim sobre questões de legitimidade de posse de terreno.		
A Província	Carta versando sobre os maus hábitos da população.		

Diario Pernambuco	de	Carta versando sobre os rumores carnavalescos no período pós natalino em contradição ao sensível momento da segunda grande guerra.		
Diario Pernambuco	de	Carta alertando as autoridades competentes sobre a proximidade do período de chuvas.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre problemas de saneamento básico refletidos sobre a dificuldade de dormir devido às muriçocas.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre o comércio de pássaros nos mercados públicos da cidade do Recife.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre o abandono do “jardim do Largo da Faculdade de Direito” do Recife.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre questões de efeitos de sentido entre palavras, com foco nas relações de paz e amor que são estabelecidas no período de Natal e tão complexas nas cenas da realidade humana.		
Jornal Commercio	do	Carta expondo injustiças oriundas dos poderosos do poder público.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre as várias ruas que constam administrativamente asfaltadas.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre o material Dormente de aço e suas especificidades técnicas na substituição da malha férrea.		
Jornal Commercio	do	Carta repleta de saudosismo na qual o autor do texto descreve os vários momentos de conversas que teve com algumas personalidades.		
Jornal Commercio	do	Carta fazendo duras críticas ao governo do prefeito Jarbas Vasconcelos.		
Jornal Commercio	do	Carta versando sobre a lei nº 662, de 06 de abril de 1949.		

2.2.4.1. O contexto sócio-histórico e o propósito comunicativo

Foi ainda na primeira metade do século XIX que a sociedade recifense começou a experimentar profundas alterações na esfera política ocasionadas pelos movimentos sociais como a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador, de 1824, e a Revolução Praeira, de 1848, (FRAGA, 2012). Conhecida como a cidade das revoluções libertárias, por ser palco de grandes batalhas, a cidade, até hoje, imprimiu na sua história uma identidade heroica e revolucionária.

No final do século XIX, assim como no restante do país, Recife deixava para trás o passado monárquico e escravista e começava a vivenciar as primeiras décadas republicanas. Com a instauração de uma nova organização política, Pernambuco começava a conviver com experiências de modernização importantes, as quais anunciavam um tempo de novas perspectivas e mudanças na esfera social e política do Estado.

Esse cenário fez com que o ato de escrever para o jornal fosse o principal recurso para a formação da opinião pública. As intensas discussões políticas sobre a nova ordem política se faziam presentes no principal meio de acesso à informação da época. Com isso, os textos publicados nos jornais da cidade revelavam os conflitos através da linguagem e a escrita, neste período, era marcada por intensas polêmicas pessoais e violência verbal com o elevado emprego de adjetivos.

Era através dos editoriais e das cartas do leitor, gêneros predominantemente argumentativos que são constituídos de sequências textuais do tipo *expositivo* e *dissertativo*, que os recifenses manifestavam seu ponto de vista sobre os acontecimentos da sociedade e podiam divulgar sua opinião sobre temas, principalmente, políticos e sociais que surgiam numa cidade cada vez mais modernizada e transformada pelo desenvolvimento econômico.

Os textos produzidos nesta época eram marcados pela correspondência entre escrita e oralidade. As marcas de oralidade presentes nos editoriais e nas cartas do leitor corresponderiam a uma característica da produção textual da época. Esses gêneros, tipicamente marcados pelo caráter interativo da comunicação, eram produzidos, como até hoje são, para um destinatário específico. No século XIX, o leitor era, muitas vezes, linguisticamente identificado e o discurso direcionado.

Atualmente, mesmo com as intervenções que sofre do editor dos jornais e pelo encurtamento do espaço destinado à voz dos sujeitos-autores, a carta do leitor ainda se faz presente nos periódicos pernambucanos e conserva o seu principal propósito comunicativo de querer tornar públicas questões de interesse comum do homem que vive constantes mudanças sociopolíticas e culturais do seu tempo, apesar de dispor de novas maneiras de se relacionar com a sociedade, como, por exemplo, *e-mails*, *blogs* e redes sociais.

Descrito o *corpus*, no próximo capítulo apresento o moteivo de algumas escolhas que fiz para proceder às análises das cláusulas VS na escrita pernambucana.

À procura da ordem: estabelecendo os procedimentos metodológicos

Neste capítulo, apresento os aspectos teórico-metodológicos sobre a ordenação VS no português brasileiro. Descrevo, em linhas gerais, os fatores que utilizei para tratamento e discussão do fenômeno ora investigado. Os fatores observados compõem dois grupos de variáveis: 1) de natureza gramatical e 2) de natureza discursiva.

3.1. A seleção das construções verbo-sujeito: os fatores de ordem gramatical

A partir de informações recolhidas de uma vasta bibliografia produzida sobre a ordenação VS no português brasileiro (BERLINCK, 1987; COELHO, 2000; LIRA, 1982; PEDROSA, 2004; SPANO, 2008 e PEZZATI, 1997), selecionei, para observação dos meus dados, sete fatores de natureza gramatical, os quais se apresentaram como relevantes nas construções verbo-sujeito.

A descrição dos fatores no contexto linguístico está dividida pela organização do sintagma verbal (SV), do sintagma nominal (SN) e dos elementos periféricos das cláusulas VS. Os fatores que selecionei referem-se: 1) às *modalidades de frase*: declarativa, interrogativa; 2) à *voz verbal*: ativa, passiva; 3) ao *verbo*: tipo de predador e sua transitividade; 4) à *realização do sujeito*: quanto à estrutura e extensão do SN na função sintática de sujeito; e 5) à presença de *itens linguísticos* na periferia da cláusula: presença de advérbios ou outro item gramatical.

3.1.1. Modalidades de frases

São considerados aqui para análise dois tipos de **modalidades de frase** correspondentes a diferentes atos de fala que estão correlacionadas à ordenação VS: as declarativas e as interrogativas. As **frases declarativas** são aquelas que asseveram algo afirmativamente, como em *O ladrão entrou na casa do velho miserável*; ou negativamente, como em *Não admira que a sua casa seja tão miserável, se você é tão vagabundo e preguiçoso*. As **frases interrogativas**, caracterizadas pela presença de elementos interrogativos, demandam diretamente uma resposta, como em *quanto pesa essa melancia?*. Há frases interrogativas, as chamadas **perguntas retóricas**, às quais estão vinculados a fatores discursivos, como em *Minha unica esperança de descança / e' perder um dia o fogo sagrado, e / acha que já fiz bastante. Quando / virá esse dia?*

Essas duas modalidades de frase, consideradas mais básicas da língua (SPANNO, 2008), são mais propícias à ordenação verbo-sujeito quando relacionadas a outros fatores linguísticos.

3.1.2. Tipos de oração

Estabeleço, ancorado no estudo de Spanno *et. al.* (2008), a influência do tipo de cláusula na ordem verbo-sujeito. Considero, para esta pesquisa, que as cláusulas do tipo²¹ *simples* (absolutas) e *complexas* (subordinadas adverbiais e integrantes) apresentam maior frequência nas construções VS. São exemplos de cláusulas *simples*:

²¹ Givón (2001) postula que as cláusulas absolutas tendem a ser menos gramaticalizadas em oposição às subordinadas.

- Actualmente não existe vaga no respectivo quadro. (MO-26²²)

e complexas:

- Senhor Redator: Custa-me crer que ainda exista tanta gente nesta cidade do Recife.
(CL-30)
- Creio que se assim acontece o melhor será que se entregue a Policia o parque abandonado da Faculdade de Direito pois como está não pode nem deve continuar.
(CL-23)
- [...] e que continuasse adita obra que á Camara da Cidade de Olinda por opposição, que tem ao Recife tinha mandado suspender sem que nós valessem contra a sua determinação.

3.1.3. Tipos de verbos

Os contextos considerados para a análise dos dados foram as construções verbo-sujeito compostas por verbos monoargumentais e pluriargumentais²³ que selecionam um argumento do verbo com a função sintática de sujeito plenamente realizado através de sintagma nominal (SN) lexicalizado, pronominalizado ou oracionalizado.

Incluem-se, desse modo, as *construções ativas*, compostas por verbos monoargumentais que selecionam um SN, por verbos copulativos, conhecidos como de

²² Utilizo as abreviação MO, MP, CL e ED para identificar os exemplos retirados dos gêneros manuscrito oficial, particular, carta do leitor e editorial.

²³ A classificação do verbo, segundo Haegeman (1994), está relacionada ao número e à natureza dos argumentos, bem como às suas relações temáticas.

ligação, que selecionam uma minioração (*small clause*), por verbos existenciais e não-existenciais por verbos pluriargumentais, compostas pelos verbos transitivos.

3.1.4. O sintagma nominal na função sintática de sujeito

Na realização do sujeito das cláusulas investigadas, considere os seguintes subfatores: representação do sintagma nominal e sua extensão.

3.1.4.1. A representação do Sintagma Nominal

Considere a esse respeito o modo de realização do sujeito para verificar a frequência de ocorrências da ordenação verbo-sujeito. Portanto, utilizo duas categorias de SNs na função de sujeito: 1) SNs pronominalizados²⁴ [*José Américo irá lhe mandar o artigo sobre Augusto dos Anjos. Elle pede-lhe alguns condescendentes para elle.* MP-19] e 2) SNs plenos que podem ser representados por nomes próprios ou comuns [*Faltam-me expressões para agradecer-lhe as generosas palavras que disse a meo respeito ba Câmara.* MP-08].

Utilizo tais categorias no intuito de confirmar a tendência de que as representações de pronome, exercendo a função de sujeito, concentram-se mais nas posições pré-verbais, portanto inibem a ordem verbo-sujeito, ao contrário dos SNs plenos onde estão mais ligados à ordenação verbo-sujeito (MARQUES e SPANO, 2008).

Além de tal pressuposto, a verificação desse fator também está associada ao estatuto informacional do sujeito. Goski (1985) aponta que, em textos geralmente narrativos, os

²⁴ Os SNs são representados por pronomes pessoais, demonstrativos e indefinidos.

sujeitos que veiculam informação evocada são representados anaforicamente por referência zero, por pronome, por advérbio ou por sintagma nominal definido.

Marques (2008), entre outros fatores, em dados do português arcaico, verificou que os SNs plenos evocam informação nova e os pronominais apresentam informação já mencionada no texto. Os resultados de Marques, sobretudo os resultados quanto ao uso de pronomes para a transmissão de informação evocada, nos remetem para a atuação desse fator no *subprincípio icônico da quantidade*. Tal princípio prevê que quanto maior a informação, maior é a estrutura da construção gramatical utilizada para expressá-la. Assim, a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980): aquilo que é mais simples e esperado se expressa por mecanismos gramaticais menos complexos, ou seja, exprime-se por pequena quantidade de material linguístico.

3.1.4.2. A extensão do SN

Os estudos de Berlinck (1988), Coelho (2006) e Spano (2008) identificaram que o tamanho do SN se mostrou relevante na marcação da ordenação verbo-sujeito. Spano (2008), em dados de fala culta do português brasileiro da década de 90 e em dados no português escrito do Brasil e de Portugal, verificou que a extensão do SN na função sintática de sujeito estava associada à categoria sintático-semântica do verbo. Segundo a autora, os SNs mais pesados e longos aparecem frequentemente nas construções verbo-sujeito com verbos inacusativos prototípicos que indicam mudança de estado, nas construções de movimento concreto e nos verbos transitivos.

Percebendo a relevância desse aspecto estrutural, passo a considerar a extensão do SN como um dos fatores da ordenação verbo-sujeito. O critério para classificação é o

mesmo definido por Coelho (2006) e Spano (2008): será considerado SN [+ pesado] aquele constituído por mais de três palavras, em oposição, os [-pesados].

3.1.4.3. O item periférico [x]VS[x]

Para esse fator, fundamento-me nos Princípios de Preservação e de Polaridade postulados por Votre e Naro (1991) quando sustentam que a presença de um advérbio circunstancial, de um complemento ou de um outro item lexical no início da oração pode acarretar o deslocamento do sujeito para depois do verbo.

Segundo Votre & Naro (1991), o *Princípio da Preservação* está associado a uma compensação sintagmática da oração. Caso um objeto, um advérbio ou qualquer outro elemento pós-verbal apareça na posição inicial, à esquerda do verbo, o sujeito se desloca à sua direita, a fim de preservar a organização sintagmática.

A preservação sintagmática, segundo os autores, condiciona outro princípio, o da *Polaridade*, segundo o qual a ordem de um elemento da frase depende do quanto esse elemento é central ou periférico em termos comunicativos. Esse fenômeno, definido em razão do fluxo discursivo, reside na distribuição diferenciada de *topicidade* no discurso, que acaba refletindo na ordenação dos elementos ao redor do verbo. Portanto, para os autores, o SN que apresenta maior grau de *topicidade* ocupa a posição antes do verbo, e o que seria classificado como menos tópico, aparece depois.

3.2. À procura de outra ordem: os fatores discursivos

Para a observação dos aspectos discursivos, escolhi duas variáveis: os parâmetros sintático-semânticos da transitividade e o estatuto informacional dos SN na função de sujeito.

3.2.1. Transitividade associada ao plano discursivo

Como discutido no capítulo 2 desta tese, a noção de transitividade é concebida a partir da integração entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. É, portanto, uma propriedade da oração e não apenas do verbo (HOPPER E THOMPSON, 1980).

A transitividade das cláusulas será analisada a partir do complexo de dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes que focalizam diferentes ângulos de intensidade com que uma ação é transferida de um participante para outro na porção da sentença. Assim, ordenação de orações está associada à função discursivo-comunicativa: o maior ou menor grau de transitividade de uma sentença reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos. O modo como o falante organiza seu texto é determinado, em parte, pelos seus objetivos comunicativos e, em parte, pela sua percepção das necessidades do seu interlocutor.

Nesse sentido, o texto apresenta uma distinção entre o que é central e o que é periférico. Na organização textual, o emissor orienta o receptor a respeito do grau de centralidade e de perifericidade dos enunciados que constituem seu discurso. Em termos da estrutura do texto, ou de planos discursivos, a divisão entre central e periférico corresponde

à distinção entre *figura* e *fundo*. O grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto, correspondentes à *figura*, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao *fundo*. Há, portanto, uma correlação forte entre a marcação gramatical dos parâmetros da transitividade e a distinção *figura* e *fundo*.

Sendo assim, parto da hipótese de Naro e Votre (1991), para quem a ordem VS é de baixa transitividade pelas seguintes causas: 1) por ser composta por uma estrutura monoargumental, impossibilitando a transferência de ação entre os participantes; 2) por apresentar argumento externo (sujeito) que tende a ser (-) volitivo, (-) individuado e indefinido, não possuindo papel central no fluxo de informação; 3) por expressar um SN (sujeito) que tende a ser mais extenso nas cláusulas, provavelmente devido à necessidade discursiva de compensar a baixa proeminência no fluxo informacional.

3.2.2. O *status* informacional

Apesar de não ser uniforme a tipologia empregada para categorizar o status informacional de um SN, nesta pesquisa, utilizo a noção compartilhada na literatura sobre o SN em construções do tipo VS: o SN exerce a função apresentativa da cláusula, quando não é previamente mencionado, indicando, portanto, uma informação nova no discurso.

Levando em conta tal evidência, baseado em Prince (1981), escolho quatro categorias, a partir da noção de familiaridade presumida, o que supõe que as informações podem ser inferidas pelo ouvinte numa interação. Assim, considero para análise os SNs classificados em referentes *novo*, *parcialmente novo*, *disponível* e *evocado/dado*.

3.2.3. Os gêneros textuais

Outro fator escolhido para observar os usos da ordenação verbo-sujeito foi a variável gênero textual. Pressuponho, em consonância com Martelotta (2011) e Tomasello (2003), que as regras gramaticais existem, mas não têm natureza exclusivamente sintática. Elas implicam informações referentes à situação de interação verbal. Ou seja, formar uma frase não implica apenas juntar palavras de maneira lógica, mas estabelecer uma relação de adaptação entre essa estrutura e o contexto em que elas são usadas. As regras mais gerais que emergem a partir de operações do sistema são ativadas em combinação com eventos específicos de uso, que estão relacionadas ao gênero de texto.

Segundo Martelotta (2011, p. 62), cada evento de uso tem um aspecto individual e único, sugerindo que não podemos decidir sobre como utilizar as estruturas que o sistema nos fornece sem adaptá-las a esse contexto singular. Assim, as regras são concebidas não como absolutas, mas como contextualmente dependentes, refletindo a atuação de um organismo biológico em um ambiente cultural. Estou considerando, portanto, os eventos de uso como modelos cognitivos, de enunciados relativamente estáveis que organizam as situações comunicativas do dia a dia. É neles que os falantes concentram suas habilidades cognitivas e é através deles que conseguem perceber, de maneira implícita, a capacidade que têm de dominar mecanismos de natureza sintática do sistema e também de natureza pragmática.

Depois de ter selecionado os fatores da ordenação VS, selecionei aqueles que efetivamente serão alvo da análise e das discussões dos resultados obtidos. No próximo capítulo, apresento os resultados quantitativos das restrições estruturais que se correlacionam aos fatores discursivos selecionados.

Apresento, neste capítulo, a descrição e a análise das cláusulas VS no *corpus* do PHPB/PE. Os resultados atestam a influência de seis fatores gramaticais favorecedores da ordem VS na escrita pernambucana. A avaliação desses contextos com os aspectos textual-discursivos revelou que, ao longo de três séculos, as cláusulas com sujeito posposto têm cumprido outras funções discursivas além da *apresentativa*. Este capítulo está dividido em duas seções: na primeira, apresento uma visão geral da distribuição de frequência da ordem VS; na segunda, discuto os resultados obtidos a partir do cruzamento dos fatores gramaticais e discursivos.

4.1. Uma visão geral dos dados

Os textos selecionados do nosso *corpus* reúnem amostras distintas de quatro tipologias de gêneros de textos estabelecidos no âmbito do projeto PHPB: *manuscritos oficiais*²⁵ e *particulares, editoriais e cartas do leitor*. Selecionei 30 exemplares de cada gênero escrito, divididos por séculos para compor o banco de dados. Desse modo, trabalhei com dados de 120 textos, o que totaliza 58.213 palavras, sendo 13.204 dos manuscritos

²⁵A categoria “*manuscritos oficiais*” concentra um grupo de textos administrativos como declaração, atestado, certidão, ofício, requerimento *etc.* que, socialmente, atende a propósitos comunicativos diferentes. Entendo que este aspecto pode alterar, de algum modo, os resultados aqui obtidos. Porém, assumo o risco de analisar os contextos da ordenação nestes gêneros.

oficiais, 15.051 dos manuscritos particulares, 16.675 dos editoriais e 13.283 das cartas do leitor.

Para o tratamento do *corpus*, primeiramente, foi realizado um levantamento das ocorrências das sentenças de estrutura SVO e VS. Em seguida, as ocorrências foram submetidas a uma análise estatística, rodada pelo programa Varbrul, para a observação do comportamento do fenômeno em relação às restrições do contexto linguístico e discursivo.

4.1.1. A distribuição da ordem SVO e VS no *corpus* do PHPB/PE

No geral, no *corpus* pernambucano, 1.671 ocorrências de sentenças declarativas e interrogativas de estrutura SVO e VS foram computadas. Desse total, 535 construções de sentenças verbo-sujeito serviram para análise e interpretação do fenômeno. Esse número representou 32% de todos os dados computados. A tabela 1 apresenta a distribuição das ordenações SVO e VS em três sincronias.

Tabela 1: Distribuição das ordens SVO – VS no *corpus* analisado

<i>Tipo de ordenação</i>	<i>Séc. XVIII</i> %	<i>Séc. XIX</i> %	<i>Séc. XX</i> %	<i>Oco. Geral</i> %
Construções SVO	59% (210)	68% (463)	73% (463)	68% (1.136)
Construções VS	41% (146)	32% (217)	27% (172)	32% (535)
TOTAL	356	680	635	1.671

Conforme a tabela 1, a ordem SVO apresentou frequência de 59%, 68% e 73%, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente, enquanto que a ordenação VS registrou

percentuais de 41%, 32% e 27%. Pelos resultados, nota-se que à medida que se passa de um século a outro, a ordem VS torna-se gradualmente menor.

Berlinck (1988), em sua pesquisa intitulada “*A Ordem V SN no Português do Brasil: Sincronia e Diacronia*”, já havia comprovado a diminuição da frequência da ordem VS investigando dados de um *corpus* sincrônico, formado a partir de conversações gravadas entre um documentador e um informante e outro diacrônico, constituído por cartas pessoais dos séculos XVIII e XIX. A Tabela 2 atesta a progressiva diminuição da frequência de VS, que passa de 42%, no século XVIII a 21% no século XX, confirmando a hipótese de que o português fixou-se como uma língua de ordem mais rígida.

Tabela 2: Frequência de V SN

<i>Corpus</i>	%	<i>N</i>
Século XVIII (1750)	42%	203/486
Século XIX (1850)	31%	144/469
Século XX (1987)	21%	263/1262

Fonte: Berlinck, 1989, p.97

A comparação dos resultados encontrados nas Tabelas 1 e 2 possibilita duas conclusões. A primeira refere-se à distribuição da frequência da ordenação VS e SV, o que faz uma ordem tornar-se mais marcada do que a outra. Os dados sugerem que, no século XVIII, as ordens SV e VS eram equivalentemente comuns, visto que o número de ocorrência das duas ordenações chega a quase 50% das sentenças analisadas. Isso corrobora a afirmação de Soares Barbosa, no texto de 1803 (*apud* BERLINCK, 1989, p. 95), sobre o fenômeno da ordem no português brasileiro, em que o autor afirma que “as construções

direta e invertida são ambas naturais, quando lhes é possível, se conformam à ordem com que nosso espírito concebe as coisas”.

Embora Soares Barbosa não estivesse se referindo exatamente à frequência de ocorrências de uma ou de outra ordem, o autor sugere igualmente o uso das duas construções. Para ele, a opção entre as duas ordenações se define por um critério cognitivo e não apenas gramatical, já que a ordem é um dos recursos disponíveis que o falante tem para expressar os acontecimentos decorrentes da experiência humana.

Da mesma opinião em relação à diversidade de ordenações encontradas no português brasileiro, Bueno (1958), em *A Formação histórica da língua portuguesa*, no capítulo em que se dedica à “ordem das palavras na frase”, já atestava tal variação quando afirmava que:

Pelo uso de colocar o verbo no final da frase são numerosas as inversões, os deslocamentos do sujeito e do objeto direto. Não bastando isso, temos também *verbo, sujeito, complemento*, quando não *verbo, complemento, sujeito*. Nas narrativas da “Vida de São Nicolau”, do século XIV, ou na “Vida de Santa Pelágia”, da mesma época, são frequentes frases como estas: “foron-se os monges aa cidade de Mirra (verbo, sujeito, complemento), “quando lhi a ventura contraron” (complemento, indireto, direto, predicado)”, (p. 225)

A proposição de Bueno (1958), quando postula que “*a prosa arcaica, porque mais próxima dos modelos latinos, apresenta muitas inversões, preferindo a ordem indireta. Não só o verbo termina a frase, como também os adjetivos, na sua maioria, precedem ao substantivo*” (p.223), e de Soares Barbosa, ao afirmar que a ordem VS já era comumente utilizada em outros períodos da formação do português, levam a crer, assim como Givón (1979), que a ordem VS é a mais antiga nas línguas românicas e da qual derivou a estrutura SVO.

Givón²⁶ (1979), ao tentar explicar o fenômeno VS a partir da associação entre sintaxe e discurso, afirma que as línguas românicas como o espanhol, o português, o italiano e o romeno guardam vestígios do estágio VS. Na sua hipótese de que o sujeito se origina do tópico, a passagem de VS para SV é consequência do efeito discursivo da topicalidade do sujeito. Ou seja, quando o sujeito é menos tópico no discurso do que qualquer outro elemento, ele tende a ser codificado no fim da frase, caso contrário, estará na posição inicial.

A tese de Givón pode ser confirmada nas seguintes construções do português brasileiro: “*o relógio estragou o ponteiro*” ou “*essa casa bate bastante sol*”. Segundo Pontes (1987), essas construções seriam aparentemente interpretadas como estruturas do tipo SVO porque os SNs *relógio* e *essa casa* são reavaliados pelo falante como se fossem sujeito e o último (*o ponteiro* e *sol*) como objetos. No entanto, a autora argumenta que essas orações correspondem à ordem VS porque “os adjuntos adverbiais e o adjunto adnominal foram ‘alçados’ para a posição de tópico e daí passaram a ser considerados como sujeitos”, (p.157). Essas orações em VS são: “*bate bastante sol nessa casa*” e “*estragou o ponteiro do relógio*”.

A segunda conclusão dos resultados das Tabelas 1 e 2 diz respeito ao aumento, principalmente no século XX, da ocorrência SV em oposição à ordem VS. Se os percentuais das duas pesquisas indicam a diminuição da ordenação VS, esses dados também podem revelar um processo evolutivo do enrijecimento da ordem VS, o qual estaria relacionado a fatores de natureza estritamente gramatical. Isso teria, segundo Pontes

²⁶ No original: “I think there is a excellent possibility that Romance has gone through a stage of...VS... syntax, the strong mark of which remains to this day in spanish, portuguese, italian and romanian, (p. 249).

(1987), limitado o espaço de atuação de VS a contextos bem marcados, como, por exemplo, nas orações com verbos monoargumentais e inacusativos.

O processo de enrijecimento da ordem VS deu-se, segundo Berlinck (1989) e Pontes (1987), pela atuação de fatores discursivos, no primeiro século, e, nas demais diacronias, por fatores sintático-semânticos. No primeiro momento, o *status* informacional do SN na função de sujeito mostrava-se relevante para as construções em VS: quanto maior o grau de novidade do sujeito, maior era a probabilidade de que ele ocorresse posteriormente ao verbo. Nos dois séculos seguintes, fatores gramaticais – como o tipo de verbo – passou a assumir o papel central da definição da ordem, fazendo com que esta só ocorresse em contextos bem específicos, como, por exemplo, sentenças com verbos monoargumentais do tipo inacusativo. A caracterização desses fatores será considerada *a posteriori* na discussão dos resultados para a explicação da VS em nosso *corpus* de análise.

A pouca produtividade, atualmente, da ordem VS deve-se à atuação do critério de distribuição de frequência do princípio da marcação proposto por Givón (1979). As restrições de uso, decorrentes naturalmente pela dinâmica da língua, ao longo do tempo, acabaram tornando a ordem VS menos frequente, logo, mais marcada, do que a ordem SVO, a qual se fixou como uma estrutura padrão do português. No *corpus* que analisei, em números, foram 1.136 sentenças em SVO e 535 em VS, o equivalente a 68% e 32%, respectivamente, do volume de dados. A figura 4 mostra a escala de marcação das duas ordenações.

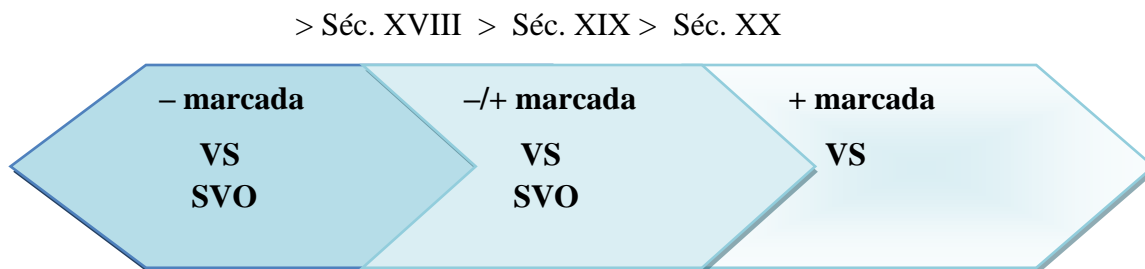


Figura 4: Escala de marcação das ordens SVO/VS

A comparação das Tabelas 1 e 2 comprova o princípio de que a ordenação verbo-sujeito tornou-se mais marcada ao longo dos três séculos. Segundo mostrado na figura 4, a ordem VS passou a ser uma construção menos recorrente do que a ordem de base SVO a partir do início do século XIX. A inversão do sujeito tornou-se menos frequente e, portanto, não tão previsível em correspondência à ordenação SVO. Em termos percentuais, no *corpus* em que analisei, as construções VS passaram de 41% para 27%, enquanto as orações de base SVO se apresentam em escala crescente de 59% para 73% dos dados dos três séculos.

Ao considerar a distribuição da ordem VS pelo tipo de gênero textual, conforme a Tabela 3, verifiquei uma outra distribuição de frequência, pelo menos no que diz respeito aos resultados obtidos nos séculos XIX e XX nos gêneros carta do leitor e manuscritos particulares. A tabela 3 apresenta a distribuição VS em função do gênero textual.

Tabela 3: Frequência da ordem VS em *função do gênero* nos séculos XIX e XX

<i>Gênero de texto</i>	<i>Ocorrência da ordem VS</i>			
	Séc. XIX		Séc. XX	
	%	N	%	N
Manuscrito oficial	89%	146/164	11%	18/164
Manuscrito particular	44%	36/82	56%	46/82
Editoriais	68%	92/135	32%	43/135
Carta do leitor	46%	71/154	54%	83/154

Nas amostras por gênero, a ordem VS apresentou a seguinte distribuição: 164 nos manuscritos oficiais, 82 nos manuscritos particulares, 154 nas cartas do leitor e 135 nos editoriais. Na tabela 3, é possível verificar uma sensível mudança quanto à evolução da frequência do fenômeno da ordenação VS, principalmente nos manuscritos particulares e carta do leitor. Nesses gêneros, a frequência de uso da ordem VS passa de 44%, no século XIX para 56% no século XX, e de 46% para 54% respectivamente.

Enquanto nos resultados gerais houve uma tendência de diminuição da ordem VS a partir do século XIX, na avaliação da atuação em função dos gêneros, essa ordenação torna-se mais produtiva. A mudança da frequência da ordem VS atestada na tabela 3 parece evidenciar a hipótese de que a ordenação verbo-sujeito aloca-se preferencialmente em determinados tipos de textos, representativos de determinados gêneros.

Levando em consideração a evolução dos gêneros rotulados no âmbito do *corpus* do PHPB, como os manuscritos oficiais, será possível ver uma sensível alteração nas formas e na sua composição textual. No início do século XVIII, as cartas oficiais eram mais extensas do que as correspondências administrativas encontradas hoje. Há cartas deste período que,

para justificar uma solicitação, expõem inicialmente a situação, utilizando sequências textuais do tipo narrativas e descritivas e, por isso, os textos se tornavam mais extensos devido à contextualização que se fazia nesses documentos. Esses textos se prestavam às mais diversas finalidades pragmáticas e, na maioria das vezes, estavam atendendo alguma solicitação ou ordem, isto é, eram textos responsivos de correspondências anteriores. Essas características, de certa forma, podem ter inibido a produtividade da ordem VS nesses gêneros, justificando, portanto, a baixa frequência em comparação com as *cartas particulares* e a *carta do leitor*, por exemplo, que são textos menos ritualizados do que uma correspondência pública.

Na transição dos séculos, os documentos oficiais começaram a ganhar formas mais fixas, firmando-se, assim, em convenções sociais recorrentes, constantemente reproduzidas e ritualizadas. Essas formas ritualizadas nos gêneros garantem o emprego e a transmissão de determinados modelos discursivos ao longo do tempo. Ou seja, esses traços expressam a concepção de que gêneros são recorrentes mediante produções textuais históricas (BAZERMAN, 2005). E esse conjunto de traços, que são transmitidos pelas sucessivas gerações de usuários, define a unidade e a especificidade dos gêneros discursivos, mediante a utilização de conteúdos temáticos e de esquemas textuais na esfera das superestruturas e da organização linguístico-discursivas conforme entende Gomes (2005).

Nessa perspectiva, é de se pensar que o fenômeno da ordem VS, apesar dos fatores linguísticos atuantes na determinação da ordenação, é também influenciado pelo fator sócio-pragmático da língua. Assim, os resultados colocam em discussão a relevância de se considerar além dos aspectos linguísticos, a atuação do gênero como contexto discursivo para a verificação do processo de mudança da ordenação VS para SVO no português atual. Os resultados da Tabela 3 mostram que, pelo menos, nos gêneros *carta do leitor* e

correspondência particular, a frequência da ordenação VS parece ser mais produtiva no século XX. Neste caso, pode-se perguntar o que estaria em jogo na escrita desses gêneros? Teria sido alguma natureza pragmática dos gêneros que propiciou a alteração da frequência de VS, já que os eventos de uso da língua, por seu aspecto individual e único, nos fornecem um sistema adaptável a contextos singulares de atuação verbal? Será que existe alguma diferença qualitativa quando comparados os dados de cada gênero? Na seção seguinte, apresento as restrições gramaticais atuantes na ordenação VS para verificar se, de fato, existe um estreito diálogo entre esse fenômeno e os gêneros textuais.

4.2. Fatores linguísticos da cláusula VS

Apresentei, até agora, dados de frequência que sinalizam a tendência de fixação da ordem VS depois do século XIX. Nesta parte da tese, objetivo descrever e avaliar o papel dos fatores gramaticais favorecedores da ordem na escrita pernambucana. Os fatores que se mostraram mais relevantes e significativos para a discussão que proponho foram: *modalidades de frase, representação do sintagma nominal e sua extensão, tipo de predicador e sua transitividade*. Passo, agora, a descrever tais fatores. Começo por apresentar a frequência da modalidade de frases. Escolhi as construções do tipo declarativa e interrogativa para verificar a distribuição da VS no *corpus*. Apesar do pouco volume de construções interrogativas quando comparadas às declarativas, optei por considerar os seus resultados de frequência, a fim de capturar dados importantes, principalmente, na sua relevância discursiva em alguns gêneros pesquisados.

4.2.1. As frases declarativas e interrogativas

Há um consenso entre os gramáticos tradicionais, como Cunha (1976) e Thomas (1969) e os gerativistas, como Spano (2008) e Bittencourt (1979) de que orações declarativas são mais básicas no português. Logo, são orações mais frequentes no discurso e menos marcadas do que *interrogativas*, uma vez que as interrogativas, segundo a escala de pressuposicionalidade de Givón (1979), exibem “maior complexidade sintática, têm maiores restrições distribucionais, são gramaticalizadas mais tarde pelas crianças e tendem a exibir conservadorismo sintático, mais comumente na área da ordem das palavras”, (p. 49). Assim, as orações mais marcadas são as orações interrogativas com pronome interrogativo, seguida das orações interrogativas com pronome, as truncadas, as pseudo-truncadas, as relativas e as interrogativas simples.

Givón considera a oração declarativa-afirmativa-ativa-neutra a cláusula canônica das línguas naturais porque é a que apresenta “menor grau de dificuldade que o falante pensa que o ouvinte terá para atribuir referência única a um argumento no discurso” (p. 49). Em outras palavras, as frases declarativas são mais básicas porque são aquelas que contam quem fez o que para quem, quando, onde, como ou por quê e para quê; comunica a ideia básica dos eventos/ações/estados e carrega a maior parte da informação nova no discurso.

A partir da já citada escala de pressuposicionalidade proposta por Givón (1979), é possível depreender a seguinte generalização: as cláusulas VS são frequentes em orações declarativas afirmativas, ativas, neutras, apesar de se apresentarem, atualmente, pela sua função discursiva, como uma construção mais marcada²⁷. A Tabela 4 sumariza o total de ocorrências em que se confirma a alta frequência de VS em orações declarativas se

²⁷ Ver escala de marcação das ordenações SVO/VS ao longo de três séculos na figura 4.

comparada às frases interrogativas. Foram 481 frases declarativas VS de um total de 535, cerca de 90% do volume de sentenças analisadas.

Tabela 4: Frequência da ordem VS e modalidades de frase no *corpus* analisado

<i>Modalidade de frases</i>	<i>Séc. XVIII</i>		<i>Séc. XIX</i>		<i>Séc. XX</i>	
	%	N	%	N	%	N
declarativa	94%	137/146	84%	182/217	94%	162/172
interrogativa	6%	9/146	16%	35/217	6%	10/172
Total de ocorrências	100%	146	100%	217	100%	172

Embora as interrogativas do português brasileiro tenham o padrão SVO, em que o sujeito não é deslocado para depois do verbo, diferentemente de outras línguas românicas como o francês, o espanhol e o italiano em que a posposição do sujeito é comum, no *corpus*, houve vários casos de VS em diferentes estruturas de interrogativas. Das construções encontradas, 18 frases são diretas com algum pronome interrogativo e 36 interrogativas globais. Os dados²⁸ (1) a (3) ilustram os padrões distintos encontrados nessas construções:

- (1) Nesse edital são <î>anunciados ~~postos a venda~~ os seguintes| escravos: Marcellina, crioula, 10 annos filha de eme-| renciana, quero dizer, Emiliana, avaliada por 80000;| Manoel, crioulo, 10 annos, filho de Rozinha, avaliados| por 700(símbolo de moeda)00” <î>(e mais dois outros): **pode haver em 1882 escravos de dez annos no Brazil?**|| MP-05

²⁸ Para apresentar as análises, preferi reiniciar a numeração dos exemplos.

(2) |Minha unica esperança de descança | e' perder um dia o fogo sagrado, e | acha que já fiz bastante. **Quando | virá esse dia?** || Muitas saudades a' Baroneza | e Carlotinha a quem desejo um [fol. 7r] | bom 89 cheio de tudo que ellas | mais desejam - a' Baroneza a sorte | grande de [ilegivel] , a' Carlotinha | uma feliz collocação depois da | formatura para o Arthur. MP-08

(3) Caro Gilberto, **como vão você e todos os seus?** MP-22

Apesar do baixo grau de frequência, constatei que dos 120 textos analisados, 54 construções interrogativas aparecem em 12 textos e concentram-se em editoriais (39), manuscritos particulares (9) e cartas do leitor (6). Do total das interrogativas, 72% estão nos editoriais e são perguntas de caráter retórico, a qual se define como interrogação que tem o objetivo de provocar um efeito discursivo. Esse tipo de pergunta, que parece remeter a um traço de permanência da Tradição Discursiva, principalmente nos editoriais do início século XIX, apresenta uma função persuasiva e consiste em um dos recursos argumentativos utilizados para levar o leitor à reflexão sobre determinado tema ou situação vivenciada. Em muitos casos, esse tipo de construção apresenta um tom de ironia, sátira e sarcasmo que reforça o tom crítico dos textos, principalmente no início do século XIX, como mostra o exemplo (4):

(4) ||**Mas serão estes males irremediáveis? Te-|rá o Brasil de viver sempre, como Tantolo, | sequioso pela liberdade lega?** De certo que | não, pois o Senhor Dom Pedro II é o garante des- | ta liberdade. ED-01

Nos editoriais, as perguntas retóricas foram encontradas como estratégias que visam envolver e estreitar o contato com os leitores, buscando diluir o tom hermético do texto. O

uso dessas perguntas nos textos mescla a formalidade da época com marcas da oralidade, uma característica muito comum do início da imprensa brasileira. Neste período, a escrita era de cunho oral, uma marca da produção textual da época, conforme defendem Pessoa (2003) e Gomes (2005). Em (5) e (6), os quais são fragmentos de dois editoriais do século XIX, há muito claramente as interrogativas retóricas utilizadas como estratégias de estreitar o contato com os leitores:

- (5) **Podem ser vendidos os serviços de ingenuos?** Os| ingenuos menores de 12 annos, diz a lei, acompanharão| a mãe, no caso de ser esta vendida. **É isso venda dos| serviços dos ingenuos?**: Em que caso alem d'esse, tranfere-se os direitos conferidos aos senhores? Nos casos de successão|necessaria. Não há outra exepção na lei de 28 de setem-|bro de 1881. MO - 03
- (6) **Mas teraõ os republicanos em sua re-|tirada a coragem de invocar a Pátria que | elles apunharão?** Invocação a Constitui-|ção, que elles prescreveraõ? Esperaraõ | graças do Imperador que elles odeiaõ de | morte! Os perjuros não tem vergonha | nem honra. || A vista destas conciderações que temos | traçado mui ligeiramente, huma questão | essencialmente Pernambucana se apre-|senta como em collarario. **Terá Pernam-|buco de passar pelos sustos, incommo-|dos, horrores e vilipendio por que tem | passado a Bahia, o Rio Grande do Sul, | e o Pará?** ED-35/ 36

A alta frequência de perguntas retóricas nos editoriais do século XIX analisados é resultado de estratégias de proximidade comunicativa que, ao longo do tempo, permaneceram foram substituídas ou desapareceram nesse gênero. A Tabela 5, abaixo, ilustra uma escala de redução das interrogativas VS no gênero editorial, onde esse tipo de construção tornou-se menos freqüente no século XX. Houve uma redução significativa de

37% para 7% nos séculos XIX e XX. Nos demais gêneros não houve ocorrências significativas de frases VS configuradas em interrogativas.

Tabela 5: Frequência da ordem VS e a *modalidade de frases* em editoriais

<i>Modalidade de frases</i>	<i>Séc. XIX</i>		<i>Séc. XX</i>	
	%	N	%	N
declarativa	63%	58/92	93%	39/43
interrogativa	37%	34/92	7%	4/43
Total de ocorrências	100%	92/92	100%	43/43

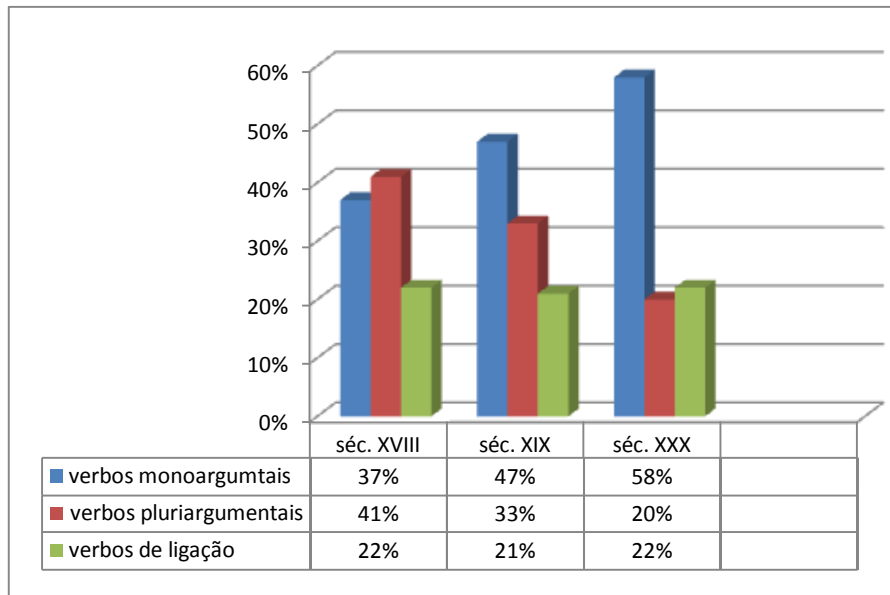
As interrogativas parecem constituir um elemento de composição do editorial do século XIX. No percurso do gênero, esse recurso argumentativo sofreu reduções e não é mais encontrado nos editoriais de hoje com a mesma intensidade. Consequentemente, os textos são mais enxutos e objetivos.

A seguir, apresento os resultados obtidos em relação ao tipo de verbo nas cláusulas VS.

4.2.2. Tipos de verbo

Como previsto, os resultados expostos no Gráfico 1 reforçam a hipótese da correlação entre a ordem VS e a estrutura argumental do verbo já apresentada em vários estudos sob diferentes abordagens teóricas: Pontes (1987), Kato (1999), Berlinck (1989), Coelho (2000), Spano (2008). O gráfico 1 exhibe os percentuais obtidos quanto ao fator tipo de predicador.

Gráfico 1: Distribuição do tipo de predicador no *corpus* e sua correlação com a ordem VS



A expectativa de que os verbos *monoargumentais* são mais favorecedores da ordem VS se confirmou. Os verbos de apenas um argumento, classificados tradicionalmente como intransitivos, tendem a licenciar mais fortemente a ordenação VS, enquanto que os pluriargumentais a inibi-la. Os verbos com dois argumentos ou mais, classificados tradicionalmente como transitivos, são mais avessos à ordenação VS, porque existe a possibilidade de ambiguidade na atribuição dos papéis sintáticos do sintagma nominal. Um SN pós-verbal, nessa ordenação, tanto pode ser interpretado sintaticamente como sujeito ou como objeto.

Nas três diacronias, a ordem VS com verbos monoargumentais apresentou percentuais de 37% no primeiro período, 47%, no segundo momento e 58% na última sincronia. As cláusulas com verbos *pluriargumentais* mostraram-se presentes em 41%,

33% e 20% dos dados analisados. Já as construções com *verbos copulativos ou de ligação*²⁹ mantiveram-se relativamente estáveis nos três séculos. A frequência desse tipo de verbo foi de 22%, 21% e 22% dos casos.

Numa primeira observação, um fato se destaca no Gráfico 1 acima: o alto número de ocorrência (59) de verbos pluriargumentais no século XVIII, em oposição aos resultados encontrados, no mesmo período, dos verbos monoargumentais (54) e de ligação (32). As construções de VS com esse tipo de verbo se apresentaram mais frequentes no começo do século XVIII.

Os resultados ainda chamam a atenção para uma diminuição gradual dos valores no que diz respeito aos verbos de mais de um argumento nos dois séculos seguintes. Os percentuais de frequência no *corpus* analisado não deixam dúvidas quanto à regularidade do encaminhamento da rigidez da ordem VS. À medida que aumenta o número de argumentos do verbo, a possibilidade de posposição do sujeito diminui. Isso leva a perceber uma correspondência absoluta entre o movimento decrescente dos verbos pluriargumentais e o movimento crescente dos verbos monoargumentais em relação ao licenciamento da inversão do sujeito.

Diante dos resultados do Gráfico 1, decidi propor uma subclassificação dos verbos a partir da transitividade das cláusulas VS. Parti do princípio de que a transitividade se estabelece de diferentes ângulos de intensidade com que uma ação é transferida de um participante para outro. Essa subclassificação permitiu enquadrar os verbos em cinco subcategorias: [-transitivo] existencial, [-transitivo] não-existencial, [-transitivo]

²⁹ Os verbos de ligação são considerados uma categoria de predicções em condições particulares. Esses verbos assim como os verbos-suporte, segundo Neves (2006), são verbos que não constituem o núcleo, a matriz, para preenchimento da estrutura argumental para a construção de orações e só entram no predicado juntamente com sintagmas nominais, os quais são responsáveis pela seleção dos argumentos da oração.

copulativo, [+transitivo]³⁰ e [+transitivo] de comunicação/*dicendi*. A categoria verbo de comunicação ou *discendi* serviu para enquadrar aqueles que assumem a acepção do verbo *dizer*. São verbos que projetam dois argumentos, cuja predicação, naturalmente, envolve um emissor e o objeto do dizer, a citação. Os verbos *dicendi*³¹ ou de *comunicação* foram tomados, nesta análise, como verbos que exibem características mais transitivas, já que projetam e criam seu objeto, que são produzidos pelo próprio dizer. A Tabela 6 resume os percentuais de frequência dos subfatores atuantes nas cláusulas VS.

Tabela 6: Frequência de VS e o tipo de verbo no *corpus* analisado

Transitividade	Séc. XVIII		Séc. XIX		Séc. XX	
	%	N	%	N	%	N
[-]transitivo existencial	23%	34	25%	54	23%	40
[-]transitivo não-existencial	27%	39	27%	56	34%	58
[-]transitivo copulativo	22%	32	21%	48	22%	38
[+]transitivo	25%	36	11%	24	8%	14
[+]transitivo de comunicação/<i>dicendi</i>	3%	5	16%	35	13%	22
Total de ocorrências	100%	146	100%	217	100%	172

A Tabela 6 aponta para duas conclusões possíveis: 1) os resultados confirmam a expectativa de que o caráter [- transitivo] dos verbos se associa à ordem VS. Constatamos que as sentenças VS agrupam-se em orações predominantemente classificadas como [-transitivas] nos três séculos; 2) os resultados indicam a alta concentração de verbos semanticamente classificados como *existenciais* e *não-existenciais*. Esses verbos revelaram-se decisivos para as sentenças com sujeito invertido, destacando-se como a

³⁰Nesta categoria, estão os verbos que apresentam, ao menos, um argumento externo e interno e apresentam % acima de 50 dos critérios sintáticos-semânticos propostos por Hopper e Thompson (1987).

³¹ Para um estudo mais detalhado sobre os verbos de enunciação, ver Furtado da Cunha (2004).

evidencia mais marcada no *corpus*. Os percentuais obtidos para esse tipo de predicador nos três períodos foram de 23%, 25% e 23% para os *existenciais* e 27%, 27% e 34% para os *não-existenciais*.

Ainda observei que, embora tenha ocorrido um relativo equilíbrio de distribuição, no século XVIII, as sentenças VS foram favorecidas, numa escala de importância, pelos verbos *não-existenciais* (27%), [+]*transitivos* (25%), *existenciais* (23%), *copulativos* (22%) e, por último, *de comunicação* (3%). Porém, essa hierarquia dos fatores não se repete nos dois séculos seguintes. Enquanto os verbos de *comunicação* assumem a quarta maior frequência nas cláusulas VS, os verbos [+ *transitivos*] diminuem, tornando-se, definitivamente, o subfator protagonista dos contextos inibidores da ordem VS. Numa escala ascendente, os verbos de *comunicação/dicendi* apresentaram percentuais de 16% e 13% no século XIX e XX respectivamente, enquanto os verbos [+ *transitivos*] se mostraram em 11% e 8% do *corpus*. Vale destacar que o aumento de cláusulas VS com verbos de *comunicação* no século XIX talvez esteja associado aos gêneros selecionados das sincronias passadas, uma vez que os editoriais e as cartas de leitores apresentam contextos de inserção de discursos reportados. O Quadro 9 apresenta a ordem de importância da transitividade adquirida pelos verbos nas cláusulas VS.

Quadro 9: Escala de importância do tipo de verbo na ordem VS.

<i>Século XVIII</i>	<i>Século XIX</i>	<i>Século XX</i>
1. [- transitivo] não-existencial	1. [-transitivo] não-existencial	1. [-transitivo] não-existencial
2. [+ transitivo]	2. [-transitivo] existencial	2. [-transitivo] existencial
3. [- transitivo] existencial	3. [-transitivo] copulativo	3. [-transitivo] copulativo
4. [- transitivo] copulativo	4. [-transitivo] de <i>comunicação/dicendi</i>	4. [-transitivo] de <i>comunicação/dicendi</i>
	5. [+ transitivo]	5. [+ transitivo]

5. [-transitivo] de comunicação/dicendi		
--	--	--

Na próxima seção desta discussão, apresento os resultados encontrados a respeito dos fatores da representação do SN na função de sujeito e do estatuto informacional das cláusulas VS encontradas nos gêneros analisados.

4.2.3. A extensão e a representação do SN na função de sujeito

Além da modalidade de frases, considere entre os fatores gramaticais, o modo de realização do SN quando sujeito e sua extensão na ordem VS. Ao selecionar esses dois fatores, parti de um pressuposto muito divulgado entre os linguistas e psicolinguistas: os constituintes à esquerda são menos complexos do que os ramificados à direita (YNGVE, 1960 e NARO e VOTRE, 1991). Isso significa que, em se tratando da distribuição dos constituintes da oração, é provável que o sujeito da ordenação SVO seja potencialmente menos complexo do que o da ordem VS, como aparece nos exemplos (7), em que o sujeito é representado por determinante + nome e, em (8), em que sujeito é composto por determinante + nome + oração restritiva.

- (7) **Os cinemas** começaram a di-|luir suas orquestras, fato que consternou o mundo inteiro. O “MODERNO” ainda | pensou em manter uma orquestra de salão como dantes, mas as despesas com as | películas americanas não davam margem a que se pudesse levar o plano à fren- | te. MP-29
- (8) Vai **o livro de “Estudos Pernambucanos que | você me pediu ontem.** || Com relação à sua viagem a Alagôas, peço | que <me↑> | confirme si Diegues, de facto, estendeu a mim | o convite para a viagem e si elle dará hospedagem. MP-21

Nos resultados da Tabela 7, a alta frequência de sintagmas nominais mais pesados na VS confirma a expectativa tradicional dos linguistas e de outros estudos como os de Lira (1986), Coelho (2000), Spano (2002) e Marques (2008). Nos três séculos investigados, em todos os gêneros, os sintagmas nominais mais longos predominaram na posição pós-verbal. Numa média de 76% das sentenças, o traço [+ pesado] (400) revelou-se mais pertinente do que o traço [– pesado] (135) para a ordenação VS.

Tabela 7: *Extensão da SN na função de sujeito na ordem VS no corpus analisado*

<i>Extensão do SN na função de sujeito</i>	<i>Século XVIII</i>		<i>Século XIX</i>		<i>Séc. XX</i>	
	%	N	%	N	%	N
+ extenso	80%	116	74%	159	75%	125
– extenso	20%	30	24%	58	25%	47
Total de ocorrências	100%	146	100%	217	100%	172

Se, por um lado, os SNs-sujeito são mais pesados e, portanto, mais propícios a ocupar a posição pós-verbal em VS, por outro, eles também são possíveis em cláusulas SVO, como em (9) e, mesmo em contextos como em (10) a que frequentemente, a ordem VS é associada devido ao tipo de predicador.

- (9) **Todos os fortes e Reductos de que assim a fas[?] menção** tem os terraplenos de area| solta, e alguns tal que aLeva ovento defeyto que se não pode evitar pella falta que tem| tudo este paiz de terra capaz, eo conduzisse de outra parte he couza impraticavel. MO-06

- (10) A segunda enaõ menos for-|çoza Razaõ, que ja acima vay [?]_{scada}, he, que **os tiros do tal cavaLevro não | chegam** aos navios que fora dos Recifes devem fundo, porque se metem tres distan-|cias que vencer. MO-05

Apesar de o sintagma nominal sujeito em VS ser geralmente maior, é também perfeitamente possível encontrar um SN sujeito leve, como no trecho (11) a seguir:

- (11) Agora depois defeito tudo **|chega a noticia** desta Semana, que Jose | de Mattos G[?] alcançara deVossa *Altesa Real* De- | creto para [receber] áquelle falecido Ca- | pitão Mor, huma véz, que elle falecesse MO-12

Os exemplos (9), (10) e (11) apresentados evidenciam uma primeira conclusão: que não só a extensão é a causa da posposição em cláusulas VS. Certamente, o modo como sujeito é representado também oferece explicações sobre a ordenação dos constituintes. A Tabela 8 apresenta os dados obtidos em relação à representação do sujeito.

Tabela 8: Frequência da *representação do SN* na ordem VS no *corpus* analisado

<i>Representação do SN</i>	<i>Século XVIII</i>		<i>Séc. XIX</i>		<i>Séc. XX</i>	
	%	N	%	N	%	N
SN pleno (SNp)	75%	110	71%	153	75%	129
Pronome	25%	36	29%	64	25%	43
Total de ocorrências	100%	146	100%	217	100%	172

À primeira vista, os resultados confirmam o que Marques (2008) e Spano (2008) encontraram em seus estudos: a representação do SN por pronome, logo menos extensos, exercendo a função de sujeito, concentra-se mais fixado nas posições pré-verbais e, portanto, inibem a ordem verbo-sujeito, ao contrário dos SN pleno.

No *corpus*, em média, 25% dos casos apresentaram os pronomes como sujeito da ordem VS, enquanto que 75% são representados por sintagmas nominais plenos. O exemplo (14), embora em construção do tipo SVO, mostra como o pronome atua na construção do texto.

- (14) José Américo irá lhe mandar o artigo sobre Augusto dos Anjos. **Elle** pede-lhe alguns condescendentes para elle. MP-19

No trecho da carta em que escreve para Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo comenta a repercussão do artigo escrito pelo sociólogo sobre amizade e publicado no jornal paraibano “*A União*”. O nome próprio³², *José Américo*, é o referente do qual se fala e, como já havia sido mencionado em outra parte do texto, é retomado por um pronome, se posicionado antes do verbo. Este exemplo faz acreditar em um dos princípios icônicos que governam a ordenação das palavras: quanto mais previsível e acessível for uma informação para o interlocutor, menor será a quantidade de forma utilizada, (GIVÓN, 1990). Quando a informação já é anunciada ou, pelo menos, conhecida do interlocutor, há uma tendência natural de o sintagma apresentar-se antes do verbo, configurando a ordem SV.

Já o exemplo (15), parece contradizer a proposição de que tudo aquilo que é mais simples e esperado exprime-se por pouca quantidade de material linguístico, (SLOBIN, 1980). Ao contrário do que ocorre no exemplo anterior, o sujeito em (15) é menos extenso e representado por um sintagma nominal (*o Ruy*). A informação contida neste SN é menos previsível e, por isso, é deslocado para a posição pós-verbal. Mas ao mesmo tempo em que

³² Os nomes próprios podem ser sujeitos pré-verbais porque se referem a entidades particulares, usualmente humanas e, portanto, mais conhecidos dos interlocutores.

é inesperada a informação em (15), o SN torna-se previsível pelo contexto e pelo tipo de comunicação estabelecida entre dois amigos que trocam informações através de uma carta pessoal.

- (15) Eu vi um telegramma recti- | ficando o absurdo tel. dos | jornaes e que é a primeira | combinação que lhe dou. Como | Chermont está no Pará é [fol. 2r] provavel que Araripe guarde | a pasta para me. O Assis Bra- | zil eu não creio que se embar- | que n'essa frota sem bandeira. || Como cahiu o Ruy! Deixando | a 19 o cambio que elle recebeu | a 27, [*inint.*] de frascos em | que fluctuam no alcool de | uma adulação podre ao | “ generalissimo” os successi- | vos abortos que elle levou | um anno a deitar. MP-11

Diante dos exemplos (14) e (15), parece que a principal motivação para a posição ocupada pelos sintagmas nominais na função de sujeito em cláusulas VS não só reside na sua extensão ou representação do SN, mas em seus aspectos pragmático-discursivos. Se o SN-sujeito estiver incluído num fluxo referencial do texto, tenderá a estar quase sempre na forma SVO, como ocorre em (14); porém, se quebrando o *fluxo de atenção*, como ocorreu no exemplo (15), sua tendência quase inevitável será a forma VS.

Na próxima seção, destaco a relação entre os fatores lingüísticos aos aspectos discursivos das construções VS.

4.3. O nível discursivo da cláusula VS

Para avaliar a influência do *status* informacional do SN na função de sujeito e sua relação com as estratégias de *continuidade* discursiva, operei um cruzamento da representação do sujeito com seu *status* informacional. Utilizei, nesta parte da análise, as

categorias de SN *novo*, *parcialmente novo*, *disponível* e *dado* no texto. A Tabela 9 mostra que os sujeitos lexicalizados são bons candidatos a serem referentes enquadrados na categoria de *novo*, *parcialmente novo*, *disponível* e *dado*. Já o sujeito representado por pronome se concentra, em quase 100% dos casos, na categoria em que os referentes são dados textualmente.

Tabela 9: Frequência de VS a partir do cruzamento da representação do SN na função de sujeito e seu *status* informacional no *corpus* analisado

Representação do SN	Status informacional do SN											
	Séc. XVIII				Séc. XIX				Séc. XX			
	novo	parc. novo	dispo -nível	dado no texto	novo	parc. novo	dispo -nível	dado no texto	novo	parc. novo	dispo -nível	dado no texto
SN pleno	25% (28)	24% (26)	15% (16)	36% (40)	12% (18)	25% (38)	28% (43)	35% (54)	15% (19)	25% (33)	29% (38)	31% (40)
Pronome	-	-	-	100% (36)	-	-	-	100% (64)	2%-	-	-	98% (43)

O cruzamento do *status* informacional com a forma de representação do sintagma nominal mostra que os sujeitos pronominais nas cláusulas VS estão altamente relacionados a outros referentes dados no próprio texto e constituem estratégias de continuidade discursiva, assim como as cláusulas configuradas em SVO. Seguem os exemplos (16) e (17).

- (16) ||Parece mesmo que não tinha sido informado o | **Sr. Stawkshaw** de que eu tinha proposto plano | algum para o melhoramento do porto; e elle sup-
| põe que eu tinha limitado as minhas proposições | a simples alteração dos rios acima mencionado | pois que no seu parecer faz elle a observação se- | guinte: || < Aproveitando o ensejo não posso deixar de louvar a

perspicacia de que deu provas o Sr. Law | nos desenhos que apresentou para o melhoramen- | to dos rios, fim que elle se propunha alcançar>> . || Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1864. (CL-07)

- (17) [...] O sr. dr. Amazonas é obrigado por | dever social e educação a fazer melhor | conceito de um homem que não é rico | mas que é honesto e laborioso. || Outra indiscrição do doutor; -- o tal | italiano, diz elle, não estava em “Gyn- I dahy”, quando se deu o assalto (a con- | tra gosto confessa felizmente que houve | o assalto em minha casa) nem lá voltou. CL-06

Nos dois trechos, os referentes *Sr. Stawkshaw* e *italiano* são anaforicamente recuperados pelo pronome, *ele* que compõe as sentenças VS: faz *elle* a observação *se- /guinte/ diz elle, não estava em “Gyn- I dahy”*. O mesmo acontece em (18), (19) e (20). Os sujeitos de VS também são um pronome pessoal de terceira pessoa e o seu referente está localizado no contexto precedente.

- (18) Ora, á vista destes principios estabelecidos | pela associação medica da Inglaterra, e publica- | dos neste jornal, quaes serão as consequencias | que delles resultam. [ilegível] || Que a medicina e uma phantasmagoria doce | desfarçada em systemas por meio de palavras | nos quaes, uns são enganados, e outros engana- | dores como uma organização commercial. || Se porem a resinga estabelecida entre os dous | systemas, é por amor a sciencia, e da humani- | dade, firmado nestes principios, direi que são | elles como dous cegos, que vivem rindo. CL-03

- (19) [...] todos sabem que nesse | lugar apenas haviam alguns mocambos, habita- | dos por gente [ilegível] miamente pobre, e que, não of- | ferecendo então futuro algum, ninguem para elle | affluia; mas, feita a estrada de ferro, e estabele- | cida ali uma estação, mudou-se complet[a] mente | a condição desse lugar, e começou elle a tomar | um incremento espantoso, edificando-se casa de | telha em systema de povoação. CL-04

- (20) [...] o mais breve possivel se com [s] true o caes em- | redo da Ilha do Suassuna e se estabeleçam pe- | quenas pontes para communicar uma ilha com ou- | [t]ra: teremos [ilegível] um passeio da extensão immensa, sus-

| ceptível de muitos e progressivos melhoramentos | capaz de passar [ilegível] sem ficar pequeno e ser- | [ilegível] para testemunhas as vindouras gerações que | nós [ilegível] bom senso, e calculamos bem que | [ilegível] província que tem os elementos de vida e | em quantidade como os que possui não é para fa- | ser obras pequeninhas e que, nenhuma relação | tem com o crescimento futuro e indubitável que | ella ha de ter. || E se considerarmos que organiza-se uma com – | panhia de pequenos vapores para transportar gen- | te de uns para outros portos da cidade, haverá | nada mais bello nem mais [ilegível] para o espi- | rito? E será tudo isso phantasia de uma imagi- | nação ardente, ou tudo quanto se acha desen [ilegível]ado | em termos poucos expressivos, é verdade não sera | uma cousa facilmente realisavel e em pouco tem- | po? CL-05

Em todos os exemplos expostos anteriormente, o sujeito posposicionado não introduz um referente novo no texto, ele apenas o recupera. Em (18) e (19), os sujeitos têm sua entidade referencial (*dous systemas* e *desse lugar*) estabelecida na cláusula imediatamente anterior. Em (18), o sujeito *tudo isso* funciona como um aposto resumitivo, apontando para um conjunto de proposições também ditas anteriormente. Em todos os casos, até agora investigados, as cláusulas VS com sujeito pronominal tornam-se uma forma remissiva porque fazem parte, por um momento, do *fluxo de atenção* do discurso. Tanto o pronome *ele* quanto a expressão pronominal *tudo isso* fornecem ao leitor instruções de conexão a respeito do elemento de referência com o qual tal conexão é estabelecida (KOCH, 2002) e raramente apresentam qualquer instrução de sentido ou informação nova ao texto.

Ao contrário do pronome referencial *ele*, a forma de você, o qual ocorreu em contextos de cartas pessoais, o seu referente, geralmente, é situacionalmente dado. Por se tratar de textos pessoais, foi possível encontrar sentenças VS com pronome você, frequentemente, servindo para interpolar o leitor, como em (21), (22) e (23) e para anunciar uma informação já compartilhada pelos interlocutores (24) e (25).

- (21) Caro Gilberto, como vão você e todos os seus? MP-22
- (22) Quando | quizer você trazel-o por aqui previna-me | para eu ir ahi. MP-18
- (23) Deve você ter recebido uma carta minha a onde | eu dava notícias minhas e da sua conferencia MP-17
- (24) Afinal, dirá Você o Nabuco| me escreve! Mas na guerra| como na guerra, até hoje| não tenho descansado e assim| se não nos escrevemos é porque| estávamos trabalhando juntos| pela mesma causa|| MP-07
- (25) De saúde | também não ando bem. Fiquei muito a pensar | em você quando li o Diario de Domingo. Li | estava você doente ou fora escrúpulos seus | em vista da horrível promiscuidade < ↑ com > que | o Dos Anjos lambusa o Diario? MP-16

Das 535 sentenças VS analisadas em três séculos, 143 apresentam sujeitos com pronomes de terceira pessoa, os quais sempre apontam para referentes dados textual ou situacionalmente (19). Os sujeitos pronominais em cláusulas VS apresentativas, ou seja, que apresentam um referente novo praticamente inexistem.

Em alguns casos, como em (26) e (27), retirados de duas cartas pessoais escritas por Joaquim Nabuco ao amigo Gilberto Freyre, encontram-se cláusulas VS com sujeitos representados por pronomes de primeira pessoa com uma função discursiva específica de introduzir no fluxo do texto um comentário subjetivo do autor. Seguem os trechos abaixo:

- (26) A razão é talvez | que os compradres do Jornal empatarão immenso | capital na compra e não precisão de fazer melho- | ramentos nem de dar-lhe feição nova para manter | a sua posição á frente da imprensa [Havia um meio | pratico imagino eu e lhe communico *munto* confidencialmente esta ideia porque talvez eu ainda precise | leval-a por diante] de um grande jornal ter esse | serviço de Londres como o acabo de descrever

sem grandes | [?]aereficios e seria entrarem em combinação com elle | para pagar o serviço dous ou trez estabelecimentos inte- | resados no movimento monetario, bancario e com- | mercial d'este mercado e das outras praças ligadas | com elle são intimamente como com as proprias | cidades onde funciona. MP-10

- (27) **Penso eu** que esse silencio e provo- | cada por um livro de [*inint.*] meu que o Olivio | não me quer devolver. MP-16

Embora incomuns e pouco frequentes com pronome de primeira pessoa, como há nos exemplos (26) e (27), os casos encontrados em textos particulares, onde há predominância da natureza egocêntrica do discurso humano, (GIVÓN, 1984), as cláusulas VS com pronome pessoal surgem para marcar a interlocução entre escritor e o leitor da carta. Em (26), no texto em que o tema principal é a compra de um *Jornal* por empresários, o autor, Joaquim Nabuco, se utiliza da estrutura **verbo + sujeito [pronome de primeira]** para emitir seu comentário/opinião a respeito do tema desenvolvido.

Nos seis casos que são apresentados, no *corpus*, as cláusulas VS fazem parte da porção periférica do texto. Ou seja, por um instante, o tema central do texto é abandonado para dar lugar a um comentário particular do autor. Essas construções de VS, em que o pronome de primeira pessoa eu não se adéqua ao papel de referência polar do sujeito, estão fora do fluxo discursivo e, por consequência, não constituem focos naturais de atenção, apesar de os exemplos fazerem parte de um texto de cunho particular em que a primeira pessoa é absolutamente dominante e central.

Nos casos analisados com sujeito representado por pronome de primeira pessoa, as construções VS se apresentaram com verbos de cognição destinados à codificação de significados atrelados a processos mentais, como conhecimentos, crenças, valores, desejos

e percepções sobre as experiências do mundo. Foram frequentes em nosso corpus verbos do tipo: *imaginar, pensar, decidir e acreditar*.

A Tabela 9 ainda permitiu observar que da mesma forma que a *ordem indireta* com sujeito pronominal, as cláusulas com sujeitos lexicalizados ocorrem também para recuperar o referente dado anteriormente. Foram 134 ocorrências. Os trechos abaixo, retirados de cartas do leitor e editoriais, são exemplos de VS com sujeito já dados representados por SN pleno.

- (28) || Não póde existir hum Paiz sem ter for-|ça para sustentar sua segurança interna, | e tambem externa (dados os elementos fe-|deraes que abraçamos) para haver esta for-|ça saõ necessarias despezas, e para as fa-|zer he necessario dinheiro. Julgamos que | nos não falta **dinheiro** sendo melhor arre-|cadado, e melhor administrado. ED-38
- (29) apersuadir ao Reverendo Bispo *que* nõs fomos acausa do dito levante (tam cruel como isto| foy aguerra que nõs fez odemonio) do qual Levante, como Deos é testemunha, não fomos| sabedores, poys nos não pertencia o sabello, senaõ quando vimos; ebasta *para* abono desta ver-|dade o acharse entaõ anossa Casa desprovida do sustento, *deque* certamente nos proveriamos Se| dantes osouberamos; mas esse pouco com*que* nos achamos entendemos *que* (I) evidentemente acrescentou| **Deos**, poys com trinta alqueyres de farinha, que unicamente tinhamos se sustentou por sincoenta| dias esta Commuidade *que* constava devinte e sete congregados, evinte eoyto escravos, dandosse| aportaria esmola todos estes dias amays deoytenta pobres; *que* a ella chegavaõ morrendo| afome, socorrendose tambem amuytas pessoas graves homens e mulheres *que* empessoa vinhaõ| pedir hu'a esmola, oque nunca fizeraõ em sua vida. MO – 04.
- (30) A vista destas conciderações que temos | traçado mui ligeiramente, huma questão | essencialmente Pernambucana se apre-|senta como em collarario. Terá **Pernam-|buco** de passar pelos sustos, incommo-|dos, horrores e vilipendio por que tem | passado a Bahia, o Rio Grande do Sul, | e o Pará? ED-35

Em (28) e (29), os sujeitos lexicalizados *dinheiro* e *Deos* têm seus referentes evocados textualmente ou na sentença anterior ou em outra parte do texto, enquanto que os sujeitos de (30) são casos em que a menção ocorre através de um referente *ancorado* em outro SN disponível. Em (30), por exemplo, o sujeito *Pernambuco* não constitui um referente totalmente novo, mas é acessível para o ouvinte por meio da conexão com um referente dado no texto: *questões pernambucanas*. Tem-se, em (30), um caso de anáfora nominal associativa em que a expressão introduz como conteúdo um referente que ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior, mas pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo do discurso, configurado em outro referente disponível no contexto.

Considerando os dados obtidos, conforme a Tabela 8 e 9, e a discussão lançada até aqui, não se pode associar exclusivamente a ordem VS à função de introduzir uma informação nova, função amplamente divulgada na literatura de linguística. Na seção a seguir, descrevo com mais detalhes as cláusulas VS com sujeito dado textualmente.

4.3.1. As cláusulas VS não-apresentativas

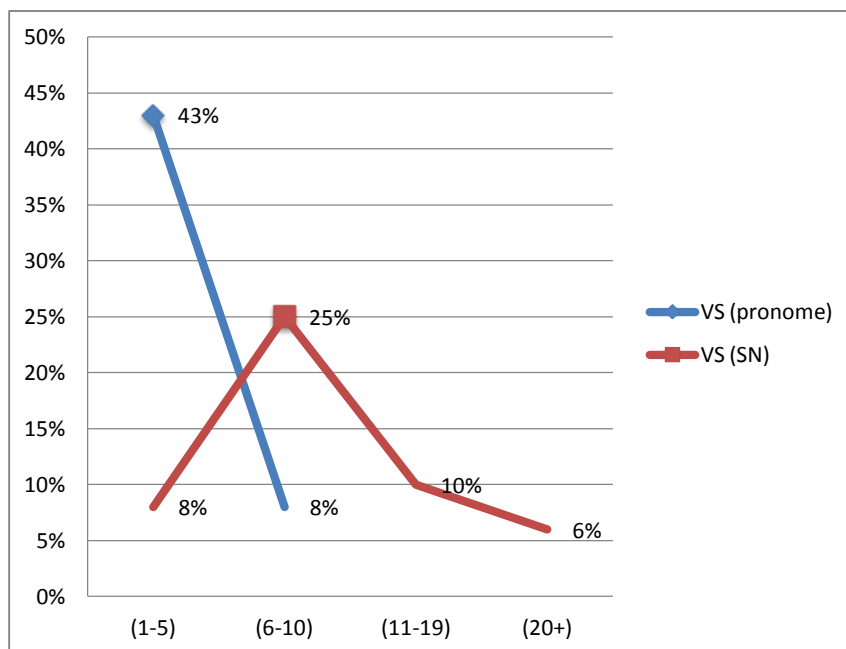
Os resultados obtidos a respeito do *status* informacional do SN nas cláusulas VS revelam que os sujeitos estão, em sua maioria, associados aos referentes já dados ou ancorados textualmente. Se se levar em consideração que a categoria *parcialmente novo* tem relação com o referente no texto, posso, assim, dizer que, no *corpus*, houve maior concentração de sujeitos dados em cláusulas na ordem verbo-sujeito (cf. Tabela 9).

Ao longo de três séculos, a soma de SN-sujeito categorizado como *parcialmente novo* e *dado textualmente* aponta para uma frequência acima de 70% dos dados, o

equivalente a 374 ocorrências. Esses referentes-sujeitos - quando não são dados textualmente - são parcialmente ancorados em outro sintagma nominal. Porém, para compor uma investigação mais refinada da configuração VS *não-apresentativa*, escolhi apenas os sujeitos pospostos dados textualmente representados por pronomes e SN plenos, o equivalente a 277 ocorrências do *corpus* nos três séculos.

Partindo da hipótese de que as cláusulas VS são menos apresentativas, decidi operar, da mesma forma que fez Berlinck (1997), uma análise quantitativa do conteúdo informacional do sujeito dado textualmente para caracterizar e avaliar o que há de subjacente ao grau de “novidade” desses sujeitos. A minha análise mediu, seguindo a proposta de Givón (1984), o limite de até 20 orações para verificar a distância entre o SN analisado e sua menção anterior. Assim, as diferentes distâncias possíveis entre a menção analisada e a menção anterior de um mesmo referente equivalem a SNs relativamente menos ou mais dados. Baseado em Berlinck (1997) concluir que quanto mais distante estiver o referente de sua menção anterior, maior a possibilidade de o referente ser representado por um sintagma pleno. Se o referente analisado estiver mais próximo, haverá uma forte tendência de ser representado por um pronome. A hipótese de que essa diferença de grau pudesse ter algum tipo de correlação com a variação entre VS com sujeito pronominal e VS com sujeito pleno se mostrou pertinente. O Gráfico 2 apresenta os resultados obtidos.

Gráfico 2: Distribuição do número de casos de sujeitos pospostos de tipo dado textualmente, segundo a distância que os separa da menção anterior no *corpus* analisado



O Gráfico 2 mostra a concentração maior dos casos de VS em que o sujeito posposto dado textualmente representado por pronome ocorre na faixa de (1-5) ou de (6-10) orações anteriores, 43% e 8% respectivamente. Já os sujeitos com sintagma nominal pleno apresentaram certa variação, ocorrendo, com maior frequência, em contextos de (6-10) ou (11-19) orações. Em poucos casos a ordenação VS apresentou seu sujeito com o traço dado no contexto precedente distante de +20 orações, em torno de 6%. Em termos numéricos, considerando os gêneros dos três períodos analisados, entre sujeitos representados por pronomes e sintagmas nominais, foram 141 ocorrências na faixa de (1-5), 91 na faixa de (6-10), 28 na faixa (11-19) e apenas 17 com (20+). Os resultados ainda revelam que tanto no

português moderno (séc. XX) como nos estágios anteriores (séc. XVIII e XIX), o sujeito de VS é tipicamente mais dado no contexto precedente imediato. Seguem algumas cláusulas VS com sujeitos pronominais e lexicalizados para analisar o seu conteúdo informacional.

(31)

- a) Logo se na Nação existe a vontade supre-|ma, e o poder supremo; é nella que reside | a Soberania Absoluta. Ora se na Nação | existe esta Soberania, pela reunião da | VONTADE e do PODER supremo, Ella | pode escolher a forma de governo, que me-|lhor lhe convier. ED-03

- b) Lendo o Diario Novo n. 205 deparei com uma correspondencia, em que é fortemente | calumniado, e insultado o vigario do affogado, e com quanto não precise elle de deffesa, e | prefira antes, que se entregue ao desprezo esse parto de miseraveis intrigantes, todavia direi | sempre alguma coisa, para que se reconheça de quanto é capaz a alma pequenina de um | inimigo rancoroso. CL-11

- c) Mas terá o povo Pernambucano experi-|mentado todo o bem, que esperar podia | das quatro sessões passadas? Não tem elle | visto com magoa gastar se tantas vezes o | tempo precioso em questões innuteis, e | mesmo dictadas pelo espirito de partido? | Não tem elle sentido o gravame de novas | contribuições? Não tem elle conhecido a | inutilidade da multidão de Leis, das quaes | muitas nem executadas tem sido? ED-41

- d) debaixo de sua Real proteção ordenando senós desse da sua Real fazenda cinco| mil cruzados para ajuda daobra da nossa Igreja deque tanto necessitamos, pella pequena|[*inint.*] daque temos a respeyto do numerozo povo que *para* os nossos exercicios a Ella com[?]rro,| (??) e que se continuasse adita obra que á Camara da Cidade de Olinda por oppozição, que| tem ao Recife tinha mandado suspender sem que nós valessem contra a sua determinação| as cartas, que de Vossa Majestade lhes apresentamos MO – 04.

Em (31), o sujeito, o qual aparece numa configuração VSX³³, é tipicamente dado no contexto imediato. Em (31 a, b, c), o referente do SN está imediatamente na oração precedente e, em (31 d), o referente aparece mencionado duas ou três orações antes. Nota-se que, em todos os casos, o sujeito é expresso por uma expressão nominal anafórica, a dita obra e esta soberania; ou, na maior parte dos casos, por um pronome pessoal de terceira pessoa, ele. Em todos os contextos de (31), o sujeito, por estar mais próximo de sua menção imediatamente anterior, é mais previsível. Em nenhum dos casos, o sujeito carrega o estatuto de novidade da cláusula. Se considerar que toda sentença tende a trazer uma peça nova para a construção do discurso, o sujeito das cláusulas VS em (31) é apenas a base de sustentação para a informação nova no final das cláusulas. A atenção dessas cláusulas é dirigida para o constituinte posterior ao sujeito, o qual se constitui como elemento mais pesado do ponto de vista da informação.

Esta explicação coincide com o ensinamento das ideias de Firbas (1964), para o qual o “dinamismo comunicativo” aumenta em relação ao final da sentença, ponto de vista também defendido por Camara Júnior (1972), ao afirmar que, em relação à ordenação das palavras em português, “há um princípio básico, que consiste em atribuir ao último elemento do enunciado o máximo valor informativo” (p. 250). Esse princípio fica particularmente evidente em contextos em que o elemento posposto é acompanhado por mais de um elemento, além do verbo: (*precise **elle** de deffesa*); (*Não tem **elle**/ visto com magoa gastar se tantas vezes o / tempo precioso*); (*Não tem **elle** conhecido a / inutilidade da multidão de Leis*); (*continuasse **adita obra** que á Camara da Cidade de Olinda por oppozição, que/ tem ao Recife tinha mandado suspender*). Portanto, “a novidade que

³³ Nesta configuração, X é um elemento lexicalizado. Em VS com sujeitos dados textualmente, X é o sintagma que carrega e confere o maior grau de novidade BERLINK (1997).

outorga o valor de foco ao sujeito está no contraste que se estabelece entre o sujeito e um ou mais elementos, presentes no contexto anterior” (BERLINCK, 1997, p.70), ou *posterior*.

Dessas análises, é possível chegar à seguinte tendência das cláusulas VSX com sujeito pronome: quanto mais próximo de sua menção precedente, mais previsível é o referente e, por isso, ele será representado por um elemento anafórico. A cláusula VS com esse tipo de sujeito é *não-apresentativa* e quem carrega a novidade informacional da construção é um complemento objeto, como em (31 b).

Comparo agora a comparar esses dados com os contextos de VS em (32).

(32)

- a) Principia o sol a sua nova carreira neste | anno de 1839 da era Christãa, e décimo | oitavo da feliz amancipação dos Brasileiros | e principiamos nós também no curso de | n[]ssos trabalhos, que viraõ a ser muito | mais proveitosos aos que nos lerem, por | que, amantes do bem publico, e inteira-|mente votados ao proveito de nosos As-|signantes, temos procurado pessoas, que, coadjuvando-nos, possaõ enriquecer-nos | este Periodico com artigos interessantes, por isto que, proveitosos à pureza dos cos-|tumes, e persuasivos das instituições ver-|dadeiramente liberaes, estaraõ elles sempre | em harmonia com as luzes do seculo, e [ilegível] em tudo quanto por ventura nos | posa retardar a marcha, que nos ha mar-|cado a dedo no Destino. || Seremos, como até hoje, pontuaes em | publicar, das differentes folhas, que re-|cebermos, as noticias as mais interessan-|tes de todas as nações, e principalmente | das que tiverem em contacto com este | Imperio. Da resenha dos factos aconteci-|dos entre os differentes povos do mundo | poderaõ os nosso Leitores tirar por illação | que a felicidade de qualquer Nação está na | rasaõ da felicidade dos individuos, que a | compõe, e que a felicidade dos individuos | provém das boas leis, e da sua fiel execu|ção. ED-39
- b) O Preço da Luz| Recebemos, com pedido de publicação: || Já que esta se tratando do preço | da unidade da electricidade não é inop- | portuno tratar do seu custo ao con- | sumidor, o que, infelizmente, não é | como se supõe geralmente a mesma | cousa desde que tambem entra na | qualidade da corrente electrica que a | empreza contratante fornece. || E muito commum um consumidor | qualquer de luz achar que uma lam- | pada no seu apartamento não lhe da | a illuminação que precisa e que elle | attribue a pouca força em velas que | tem a mesma lampada quando e real- | mente baixa a voltagem em valor | electrico da corrente que recebe a | mesma

lampada. || Ocasões ha quando a voltagem | contractada de 720 desce para 200 e | mesmo 180, quando naturalmente a | potencia illuminativa em velas da | mesma lampada desde em porporções. | Para remediar o defeito que **faz o | consumidor?** Compra uma de maior | força e gasta electricidade em maior | quantidade perdendo duplamente com | uma conta augmentada e o custo maior | das suas lampadas. CL-03

- c) Desta | forma, a informação de | que os Dormentes de Aço | produzidos a partir de | perfil laminado pela CSN | não foram suficientemente testados é, no mínimo, | faciosa e tem como prin- | cipal objetivo prejudicar | um produto que, paulatina- | mente, vem conquistando | o seu lugar no contexto | ferroviário nacional. É im- | portante ressaltar também | que, desde o final do sécu- | lo passado, existem instala- | dos no Brasil dormentes | de aços importados da In- | glaterra, ainda em perfeito | estado e sendo utilizados | normalmente, o que de- | mostra que a vida útil de | 50 anos comumente acei- | ta para os DA's é bastan- | te conservadora. CL-06

Ao contrário do que se percebeu em (31), os sujeitos de (32), embora dados textualmente, se encontram a uma distância relativamente grande de sua menção anterior. Em (30 a-b), a menção acontece antes de aproximadamente 10 orações, ao passo que em (30c), o sujeito - dormentes/ de aços – aparece antes de 7 orações. Normalmente, nesses contextos, o sujeito é expresso por sintagmas nominais plenos. Uma exceção a esse tipo de comportamento é o exemplo (32 d), em que o sujeito lexicalizado dado no contexto é mencionado depois de 5 orações precedentes. É possível verificar essa ocorrência no exemplo seguinte:

- (32)
d) O sr. dr. Amazonas nunca foi meu guarda- | livros, nem meu caixa: meu barracão | estava sortido; eu negociava na compra | de ouro velho, fornecia generos e dinhei- | ro aos lavradores, tenho no engenho | safra ainda colhendo, muitas formas de | assucar feito nos andaimos e uma gran- | de planta nova. No entanto sr, redactor, apesar das invectivas que contra mim | atirou o sr. dr. Amazonas, preparando | generosamente a

de feza de seu amigo | rico, creio e espero que as autoridades | do paiz,
para quem recorri, saberão le- | galmente fazer justiça á minha causa | que
é a da verdade, e ver-se-á quem af- | firna falsidades na policia e nos
jornaes. || CL-02

O contexto de (32 d) parece não invalidar a tendência revelada até agora em relação à associação entre a distância quantitativa do SN no texto e o seu grau de previsibilidade. No caso de (32 d), o SN-sujeito está a uma distância de apenas cinco orações de sua menção anterior. Esse caso constitui uma possível variação do distanciamento do SN pleno como sujeito nas cláusulas VS e sua menção anterior. Esses resultados parecem revelar um padrão não tão consistente de distribuição, assim como foi observado nos contextos em que o sujeito evocado é representado por pronomes.

Na comparação do conjunto de sentenças em (31) e (32), posso concluir que os sujeitos das frases em (32) têm uma carga informativa maior do que aquela dos sujeitos em (31). A distância que os separa constitui um fator significativo na determinação desse conteúdo: quanto mais distante estiver de sua menção anterior, menos previsível será o referente e maior a necessidade de expressá-lo por meio de um sintagma nominal pleno, a fim de que possa ser recuperado, (ARIEL, 1987, *apud* BERLINCK, 1997, p. 70). Em todos os contextos de (32), os elementos que correspondem à parte central do parágrafo ou do texto, por estarem numa distância relativamente grande do sujeito da cláusula VS, têm a necessidade de ser representados pelo sintagma nominal pleno.

4.3.1.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS não-apresentativas

A análise das cláusulas VS não-apresentativas fez observar duas configurações dessas construções: VS e VSX. Na primeira, o foco da sentença recai sobre o sujeito dado representado por um SN, como em (32a), cujo referente está mencionado a uma distância relativamente grande da sentença analisada. Quanto à segunda configuração, VSX, o fluxo de atenção é atribuído ao elemento (X) final da cláusula, o qual se localiza em posição imediatamente adjacente ao sujeito representado por um pronome ou expressão anafórica. Normalmente, o elemento que carrega mais informação do que o sujeito é codificado por uma SN ou uma oração na função de complemento do verbo. Os exemplos (33) e (34) ilustram esse comportamento.

No geral, o grau de transitividade que apresentam as cláusulas de VS com sujeitos mais dados é três, na escala de Hopper e Thompson (1980), já que tem um participante. Embora a frequência com verbos pluriargumentais no início do século XVIII tenha sido bastante elevada, o sujeito é menos agentivo e, dependendo do contexto oracional, o objeto não é afetado. Resumidamente, as cláusulas não-apresentativas apresentam as seguintes propriedades sintáticas:

Quadro 10: Propriedades sintáticas das cláusulas VS não-apresentativas

(v) – orações [-] transitivas com verbos existenciais, não-existenciais, copulativos e transitivos
(33) Vendo nos por sua parte este povo parecendo sem sustento algum comendo somente huns mariscos <i>que</i> chamaõ pedras pella sua dureza, do <i>que</i> nunca se fez caso, e ainda estes não podiaõ colher, <i>porque</i> os sitiadores furtavaõ, ematavaõ tyrannamente aos escravos, <i>que</i> os hiaõ ma- riscar, e por outra parte oevidente

perigo de <u>perderem todos as vidas, honras e fazendas</u> [...] MO – 06.
(vi)- <i>Sujeito representado por pronome ou expressão nominal anafórica</i>
(34) O Governador de Pernambuco deu conta por esta Secretaria de haver provável esperanças de alguns descobrimentos de Minas deOuro na capitania do Ceara, que sendo certos não tinha <u>em aquelle Governo,</u> ordem alguma, para poder regulalos naforma que sepratica nas Minas Geraes MO-08
(vii) - <i>sujeito representado por um sintagma lexicalizado</i>
(35) apersuadir ao Reverendo Bispo <i>que</i> nós fomos acausa do dito levante (tam cruel como isto foy aguerra que nós fez odemonio) do qual Levante, como Deos é testemunha, não fomos sabedores, poys nos não pertencia o sabello, senão quando vimos; ebasta <i>para</i> abono desta ver- dade o acharse então anossa Casa desprovida do sustento, <i>deque</i> certamente nos proveríamos Se dantes osouberamos; mas esse pouco <i>comque</i> nos achamos entendemos <i>que</i> evidentemente <u>acrescentou</u> Deos , poys com trinta alqueyres de farinha, que unicamente tinhamos se sustentou por sincoenta dias esta Commuidade <i>que</i> constava devinte e sete congregados, evinte eoyto escravos, dandosse aportaria esmola todos estes dias amays deoytenta pobres; <i>que</i> a ella chegavaõ morrendo afome, socorrendose tambem amuytas pessoas graves homens e mulheres <i>que</i> empessoa vinhaõ pedir hu’a esmola, oque nunca fizeraõ em sua vida. MO – 04.

4.3.1.2. Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS *não-apresentativas*

As cláusulas categorizadas como *não-apresentativas* possuem uma propriedade discursiva básica: o sujeito não é uma referência única. Pelo contrário, ele está estreitamente associado à continuidade no fluxo do referente. Isto é, no momento em que ocorre uma cláusula VS *não-apresentativa*, o sujeito é participante polar do texto. O exemplo em (36), retirado de uma carta destinada ao governador da Província de

Pernambuco, a qual relata a ascensão e, ao mesmo tempo, o descaso dado à estação férrea de Pontezinha, devido ao aumento populacional e das variadas profissões que ali se estabeleceram, o sujeito é tomado como o referente central da organização textual.

- (36) Todos sabem que o lugar da Pontezinha, antes da construção da estrada de ferro, | nenhuma importancia tinha, e era [a]penas co- | nhecido pelo nome, que lhe emprestava ou- | tr'ora uma pequena ponte, que depois foi substi- | tuida por um aterro: todos sabem que nesse | lugar apenas haviam alguns mocambos, habita- | dos por gente [ilegível] miamente pobre, e que, não of- | ferecendo então futuro algum, ninguém para elle | affluia; mas, feita a estrada de ferro, e estabele- | cida ali uma estação, mudou-se complet[a] mente | a condição desse lugar, e **começou elle** a tomar | um incremento espantoso, edificando-se casa de | telha em systema de povoação, de modo que | hoje é um [p]ovoado, que contem mais de um | cento de casas de telha pela maior pa[r] te caiadas | e pintadas, sem duvida alguma pelos [n]ovos e di- | versos meios de vida, que a estrada [ilegível] ferro of- | ferecia, e a vantagem de um ponto de embarque | convidava. CL-06

Nesse fragmento, o texto se inicia com a introdução do referente “o lugar da Pontezinha”, dizendo que antes da estrada de ferro, o lugar não tinha importância alguma e que lá só moravam mucambos e gente pobre. O texto continua atribuindo ainda mais informação ao mesmo referente: *mas, feita a estrada de ferro, e estabele-/cida ali uma estação, mudou-se complet[a]mente/ a condição desse lugar*. A ordem básica das primeiras orações deste parágrafo é SVO, uma ordem naturalmente correspondente à circunstância discursiva do fluxo referencial do texto, (VOTRE e NARO, 1991). O aparecimento de uma cláusula VS com pronome (*e começou elle a tomar / um incremento espantoso*), na sequência do texto, evidencia que o sujeito tem o mesmo referente do fluxo informacional das cláusulas anteriores. Portanto, concluo que as cláusulas VS *não-apresentativas* têm como propriedade discursiva a continuidade textual em que o sujeito deslocado, seja ele

representado por um pronome ou um sintagma nominal pleno, é previsível em função do nexos semântico que mantém com um SN precedente no texto (cf. Tabela 9, p. 131).

Ao longo da descrição nas seções anteriores, observamos que as cláusulas VS não-apresentativas exibem algumas propriedades que atendem a determinadas finalidades discursivas. Tais propriedades estão reunidas no quadro abaixo:

Quadro 11: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS não-apresentativas

(i) – o sujeito [definido] pertencente ao fluxo referencial.
(ii) – o sujeito representado por um pronome ou pronome + SN quando seu referente está dado no contexto imediatamente anterior. A ordem VS serve para estabelecer a organização entre os segmentos textuais.
(iii) – o sujeito representado por um sintagma nominal tem seu referente dado no contexto de + 6 orações da sua menção anterior e também serve para estabelecer a organização entre os segmentos textuais.
(iv) – a focalização recai sobre o elemento situado após o sujeito, o qual carrega a informação menos previsível. Exemplo: <i>naõ tinha em aquelle Governo, ordem / alguma</i>
(v) – o sujeito tem uma tendência de figurar em contexto mais polares, já que, em muitos casos, contribuem para a continuidade discursiva.

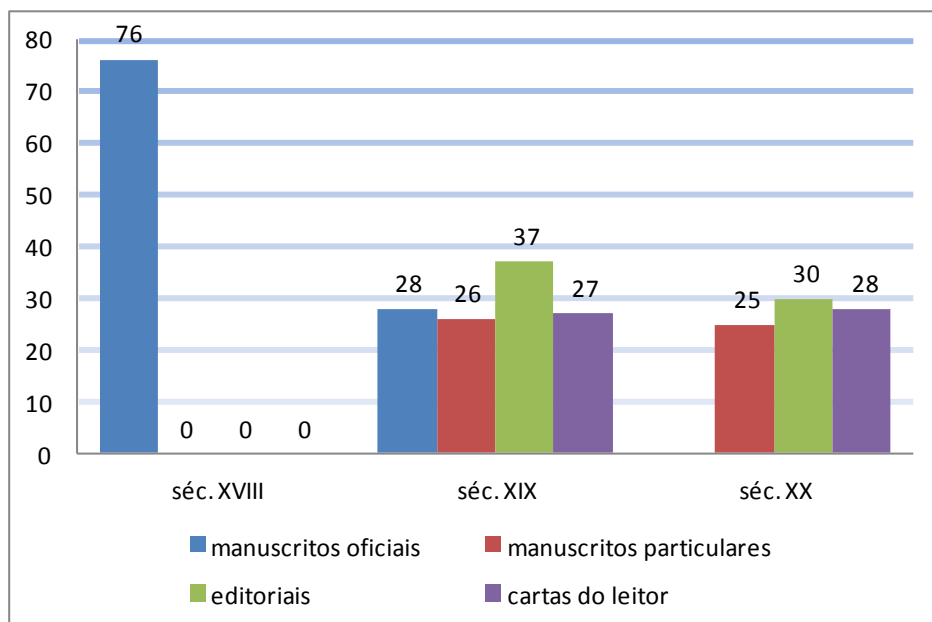
Contrariamente àquilo de que se tem valido vários estudos sobre o valor discursivo da inversão verbo-sujeito, as cláusulas VS com sujeitos representados por pronome ou sintagma nominal, nas condições em que apresentei, aparecem como estratégias que contribuem para a coesão do texto e a manutenção do tópico discursivo da mesma forma que a ordem SVO. Ou seja, o sujeito dessas construções está incluído no fluxo da continuidade discursiva do referente. Tal estratégia é acionada por um pronome ou um SN

mais definido, os quais Van Valli e La Polla (1997) os listam como elementos típicos de continuidade discursiva. Para esses autores, baseados em Givón (1984), a escala decrescente de continuidade discursiva é: anáfora zero, pronomes presos, pronomes acentuados, SN definido deslocado para a direita, SN definido deslocado para esquerda, movimento de topicalização, construção de foco.

4.3.1.3. A frequência das cláusulas VS *não-apresentativas* no corpus analisado

Assim como já observado, as cláusulas VS com sujeito dado textualmente se mostraram bastante recorrentes ao longo de três séculos. O Gráfico 3, a seguir, apresenta resultados em relação à distribuição da cláusula VS com o valor discursivo de não apresentar um sujeito referencial novo.

Gráfico 3: Distribuição das cláusulas VS *não-apresentativas* no corpus



Das 277 sentenças analisadas, 76 ocorreram no século XVIII, 118 e 83, nos séculos XIX e XX, respectivamente. No primeiro século, os dados referem-se apenas aos manuscritos oficiais e, no último, aos manuscritos particulares, editoriais e carta do leitor.

Observei na quantificação dos dados que a distribuição das cláusulas VS não-apresentativas entre os gêneros acontece quase que uniformemente nos dois últimos períodos. Não há uma predominância em um gênero ou outro para alocar essas cláusulas. Na maioria dos casos em que ocorre VS não-apresentativa, a cláusula é utilizada para fazer avançar a narração e, por isso, as sequências textuais que alocam essa construção são do tipo narrativo-expositivo, mesmo naqueles gêneros em que predomina a sequência dissertativa, como os editoriais e as cartas do leitor. Em tais gêneros, o trecho narrativo surge como o cenário de fundo para licenciar a função discursiva de opinar ou discutir um ponto de vista sobre determinado acontecimento.

Após a descrição e análise das sentenças VS em que o sujeito é dado textualmente, na seção seguinte, exploro as sentenças com sujeitos, cujos SNs foram categorizados como mais “novos”.

4.3.2. As cláusulas VS *apresentativas*

Conforme a Tabela 8, os sujeitos lexicalizados da ordem VS são bons candidatos a serem referentes enquadrados nas categorias de *novo*, *parcialmente novo* ou *disponível*. Porém, dedicarei parte desta análise apenas para as cláusulas em que os SNs são constituídos pelos valores informacionais de “*novo*” ou “*disponível*”. Isso permitiu restringir os dados, inicialmente, para 160 casos, em que o SN é posicionado na sentença a partir da noção de familiaridade presumida entre interlocutores. Estou, portanto, assumindo

a posição de que nas sentenças VS, o SN pode ser *novo* ou estar *disponível* no discurso, dependendo da situação em que estão envolvidos os participantes do ato comunicativo. Assim, o valor apresentativo da cláusula VS está no princípio de que tudo o que é pressuposto, mas precisa ser declarado e precede aquilo que é novo, inusitado, informativo. O ponto da declaração é, portanto, o final da sentença (BOLINGER³⁴, 1954). Um SN será novo quando introduzido pela primeira vez no texto e o seu conteúdo informacional não é pressuposto pelo falante. Será *disponível*, quando, de algum modo, a informação é acionada ou implicada pelo contexto discursivo. Ou seja, o elemento novo pode remeter a algum conhecimento pressuposto pelo SN posposto. Com isso, sempre se pode argumentar a favor do valor apresentativo do sujeito para explicar a ordem VS, embora Votre e Naro (1991) afirmem que apenas o conteúdo informacional não explica essencialmente a ocorrência da posposição do sujeito.

Diante do exposto, encontrei nos textos dois tipos de cláusulas com sujeito de algum modo mais novo, as quais passo a discutir, a seguir. Para iniciar, tomo com o exemplo o trecho em (35), retirado de uma carta particular do século XX.

- (37) Tudo era um sonho para mim, com menos de | 17 anos. Os pregões, o homem do pão com sua cesta gigante, a velha do mungun- | zá quentinho, o homem da vassoura, o da bolinha de cambará, o Carirí, o carri- | lhão do Diário de Pernambuco, um mundo de coisas imensas para minha alma de | jovem aventureiro. Empreguei-me numa movelaria à Rua estreita do Rosário e | depois numa casa de tecidos minúscula, de propriedade de um homem rispido de | nome Julio Salgueiro. Varri a casa aos impurrões e ao meio dia já estava na | Campina do Bodé a oensar na vida. Veio o carnaval e com êle o meu primeiro | contacto com as coisas musicais de NELSON FERREIRA. Ouvi, como que translada- | do a um mundo imenso, “CAVALO DO CÃO NÃO É” “REOPLANO”, “BORBOLETA

³⁴ No original: “yet we see the same principle at work: that which is presupposed, but needs to be stated in order to clarify of remind, proceeds: that which is new, unexpected, informative and contrastive follows. The point of the utterance is toward the end”, (1954, p.48).

NÃO E A- | VE” através das vozes alegres e inesquecíveis das meninas do “BLOCO DAS | FLORES”. Parece que ainda vejo o velho Pedro Salgado, vestido de camisa côr | de abobora e touca de pompom à cabeça. Tudo era para mim como uma miragem, | via tudo distante, não conhecia ninguém. MP-29

No texto, o autor, nascido em Aracajú, relata o momento em que morou na cidade de Recife. Ele relembra várias situações vivenciadas na cidade. Por tratar-se de uma narrativa de experiência pessoal é, naturalmente, esperado que o *fluxo de atenção* do texto recaia sobre o elemento polar, o *narrador*, o que, de fato, ocorre em várias orações: *empreguei-me numa movelaria [...]: varri a casa aos impurrões: [...] estava na | Campina do Bodé [...]: a pensar na vida*. A narrativa é ligeiramente descontinuada pela inclusão de um outro referente. O SN novo (*o carnaval*) é introduzido através de uma cláusula VS e, depois, passa a ser tematizado na sequência a seguir. Como não havia sido mencionado antes, o referente aparece posicionado ao verbo (*vir*), constituindo-se de uma informação potencialmente nova, a qual quebra o fluxo discursivo que vinha sendo construindo em torno do *eu narrador*. É através da ordem invertida que se estabelece cognitivamente uma fronteira temporal estabelecida entre duas partes do texto: uma narrativa antes e outra após o carnaval da cidade de Recife. À cláusula VS (*veio o carnarval*) é atribuído o papel de focalizar temporalmente esse momento especial vivido pelo autor. É com a introdução dessa sentença que descobrimos em que momento o autor escutou, pela primeira vez, as composições do maestro pernambucano.

O ponto de partida do fluxo de atenção linguístico recai para os SNs (*carnaval e primeiro | contacto com as coisas musicais de NELSON FERREIRA*) mais à esquerda da cláusula e, por isso, a relevância desses sintagmas no texto decorre de sua posição mais focal, no final das cláusulas. Depois de introduzir a cláusula VS, o SN que carrega a

informação menos previsível (*o carnaval*), o autor coloca em um plano mais elevado do texto, codificada também à esquerda do verbo, a informação mais proeminente de toda sua narrativa: *o meu primeiro / contacto com as coisas musicais de NELSON FERREIRA*. Com isso, há um estabelecimento de contraste entre *figura* e *fundo*, entre primeiro e segundo planos do texto. As primeiras orações do texto fazem parte da montagem do cenário (*fundo*) do episódio marcante na vida do autor (*figura*). Os exemplos (38) e (39) também ilustram casos semelhantes.

(38) Tomou a palavra o dr. Trajano Cha- | com. Falava havia 10 minutos ou mais. | quando o povo rompendo em protestos | enérgicos, recua espavorido. Choviam | os gritos de –NÃO PODE– da parte até de | pessoas qualificadas, gritos de terror, e | recuo forçado continuava cada vez | mais forte. Na minha frente vejo, se- | guindo a linha em que o povo era obri- | gado a recuar, o illmo. Sr. guarda-mor, | o meu amigo coronel Alfredo de Britto | Carvalho, que falavam e gesticulavam. CL – 09

(39) Olhamos, sem dúvida, com ternura os | arroubos patrióticos dessas crianças e re- | cordamos, numa imperceptível saudade e | disfarçada malancolia, nossos anos de es- | cola, quando os acordes de hino da Pátria | ou o balouçar do pavilhão nacional nos | faziam, também a nós, fremir da mesma | emoção e vibrar de idêntica exaltação. || Passaram-se os tempos: tornamo-nos | jovens e adultos e ano após ano, bandeira | e hino, civismo e Pátria foram sendo te- | mas de galhofa e numa nampanha insidio- | sa que quase passava despercebida.. ED – 26

A ordem VS *apresentativa*, nos exemplos (37, 38 e 39), ocupa a porção mais de *fundo* dos textos, principalmente nos textos de caráter mais narrativos. Nesses casos, as construções com SN novo (sujeito) posposto tanto servem para fornecer material de suporte quanto ser abandonado na organização do texto. Sua função discursiva é de introduzir uma informação nova e dar ao interlocutor material para sustentar e ampliar o tema central do

discurso. Nos contextos de (40) e (41), as cláusulas VS servem para compor o cenário da narrativa e estão também no plano secundário do texto.

- (40) Depoys do Levante *que* houve contra o *Governador Sebastiam* de Castro, e Caldas, *que* ja a *Vossa Majestade* foy notorio nos arguiraõ falsamente os motores eparcyais do dito Levante, *que* a[?][?]tao| nossa Congregaçaõ vinhaõ alguas pessoas desta villa do Recife a fazerem papeys contra| elles sem outro motivo mays para assin[a]rem e publicarem que tem-se odito Governador mostrado encli-|nado aesta Casa, como Vossa Majestade foy servido recomendarlhe... MO-02
- (41) Vendo nos por sua parte este povo parecendo sem sustento algum| comendo somente huns mariscos *que* chamaõ pedras pella sua dureza, do*que* nunca se fez caso, e ainda estes| não podiaõ colher, *porque* os sitiadores furtavaõ, ematavaõ tyrannamente aos escravos, *que* os hiaõ ma-| riscar, e por outra parte oevidente perigo de perderem todos as vidas, honras e fazendas, e senhore-|arem-se os sitiadores da praça e Fortalezas de *Vossa Majestade* com zelo de fieys vassallos, e| com caridade, e fé em Deos animavamos a estes miseraveis, o *que* tambem fizeraõ os mays re-|ligiosos, principalmente os da Reforma do Carmo para *que* não desmayassem, e defendessem as suas| vidas pello infallivel perigo em*que* estavaõ, poys ja neste tempo publicaraõ os sitiadores,| *que* sechegassem a invadir a praça ninguem havia escapar com vida, *eque* tivessem confiança na| misericordia Divina MO – 04.

Nos trechos retirados da carta em que o engenheiro Diogo da Silveira Veloso escreve ao rei de Portugal [D. João V], relacionando as fortificações da Capitania de Pernambuco, o estado geral e a utilidade desses prédios, as sentenças VS são utilizadas para introdução do conteúdo referente, o qual é tematizado até o aparecimento do próximo tópico, em que também é codificado numa construção VS com valor apresentativo. Nesses casos, as construções servem para um tema ser introduzido para instaurar uma outra centração dentro do segmento do texto. Nos exemplos de (42), as orações VS anunciam o elemento novo que servirá como ponto referencial para as demais construções.

- (42) Mais para onorte outras tres Legoas fica o forte de Santa Cruz da barra da Ilha de Itamaraca, he de quatro baLuartes inteyros, eo mayor que tem o districto deste gover-|no, porque seu Lado de poLigno exterior he de quatrocentos pès [...]

Trez Legoas mais para onorte fica a barra da Catuama, e he a segunda que fas| a Ilha; esta barra naõ he de menos consequencia, antes entendo que de mayor que| a primeyra; porque seu fundo he de vinte eséis palmos de praya mar de agoas vivas| [fol.5r] donde chamaõ o picaõ, que he omais baixo della, etudo omais he de cinco braças de| fundo, com bom surgidouro; e aLem de ficar aquella Ilha por esta parte indefeza, fica| também exposta a terra firme, emuytas povoações e engenhos, donde podem passarem| Lanchas, eathe a villa de Igaracû, huma das principais emais antigas destas cap-|itanias, hindo desembarcar dentro a ella, eàs mais que digo; e por conehcer aimpor-|tancia desta barra o HoLandes, cuydou muyto em a fortificar quando se fes Senhor| da Ilha, e naõ só cuydou na defença da barra, se naõ tambem das bocas dos Rios| que se comonicaõ pella terra dentro [...]

Mais ao norte desta barra fica a enseada do Petimbû, ou porto dos Francezes| na qual ha hum Reducto de terra, oqual entendo ser conveniente se faça de pedra| e cal, porquanto este porto dizem ser obrigado, e com fundo capaz de entrarem na-|vios de bom Lte^[?], ainda que delle naõ tenho a noticia certa, porque ainda se naõ man-|dou sondar e examinar sua capacidade; pode qualquer inimigo penetrar opais por| esta parte, esempre he conveniente haja aqui quem o incomode edetenha, ather ter| tempo ase juntar quem lhe possa impedir o passo. A enseada he toda cercada de| barreyras apique inaccessiveis, esõ na ponta da parte do Sul, tem hum Limitado| tranzito que bem se fende com o Reducto: e isto a fas mais defençavel.|| Na barra do Rio grande, sobre aponta dos Recifes que acercaõ ha hum forte| de forma quadrada, obra antiga, mas de grande utiLidade para adefença della,| porque os navios que entraõ por ella de necessidade vaõ tocando com as vergas na mu-|ralha por ser por esta parte o canal mais fundo, e por se Livrarem de hum grande ban-|co de area que ha da outra parte. MO-05

Ao recorrer à estrutura marcada (VS), o engenheiro seleciona um elemento que considera desconhecido (*o forte de Santa Cruz da barra da Ilha de Itamaraca; a barra da Catuama; a enseada do Petimbû, ou porto dos Francezes; hum forte de forma quadrada*)

para o interlocutor, embora o SN que é introduzido seja apenas novo com relação ao contexto imediatamente precedente.

Com esses exemplos, temos duas modalidades de cláusulas VS apresentativas:

- 1) a primeira tem o estatuto de *tópico*³⁵ porque instaura uma centração de um determinado referente dentro de um segmento do texto. São exemplos os contextos em (40);
- 2) a segunda não tem estatuto de *tópico*, por não constituir uma nova centração de referentes concernentes entre si. Nesses casos, o sujeito (SN novo) inserido provoca uma breve suspensão do referente que é *tópico*. Esse tipo de cláusula caracteriza-se, portanto, como uma estratégia de *descontinuidade discursiva*, (GIVÓN, 1979). São exemplos desta modalidade os contextos de (37), (38) e (39).

Embora tenham finalidades diferentes, as cláusulas VS apresentativas, nas duas modalidades, são ambientes universais de “movimento apresentativo”, pois, segundo Robert Hetzron (1975) *apud* Pontes (1987), “existe uma tendência nas línguas para colocar em posição final elementos que o falante deseja manter à mão para referência posterior”, (p.155) ou para apenas destacar.

Resumidamente, as cláusulas VS apresentativas têm as seguintes propriedades semântico-discursivas:

³⁵ O termo *tópico* é utilizado para se referir a apresentação do tema do texto.

Quadro 12: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS *apresentativas*

(i) – apresentam um SN [+/- definido].
(ii) – apresentam sujeito [-] agentivo e não individuado.
(iii) – constituem, geralmente, como estratégia de <i>descontinuidade</i> discursiva.
(iv) – introduzem uma informação nova (SN) que pode ser ao mesmo tópico e sujeito.
(v) – tendem a figurar em contextos menos centrais, já que, em muitos casos, parecem servir de <i>fundo</i> para o tópico mais proeminente do texto.
(vi) – estabelecem algum tipo de relevo sobre um conteúdo informacional. Resta, Senhora, sómente mostrar, <i>que</i> a eleição dos Prelados <i>aque</i> se pro- cedeo, foi ajustadissima, empregando-se nelles aquelles Religiozos, <i>que</i> sefazi- aõ condignos. [espaço] <u>Publicas, e notorias são as qualidades</u> , <i>que</i> ornaõ Frei Felis da Conceição, cuja conduta pode servir de modello aos mais, naõ só em literatura, mas no exemplar procedimento, eaffabilidade <i>para</i> comtodos

4.3.2.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS *apresentativas*

Apesar de os exemplos de (37) a (41) se apresentarem com os verbos *assinar*, *fazer*, *ir*, *ficar lançado* e *ficar*, este último na acepção de estar situado ou localizado, geralmente, a inversão verbo-sujeito ocorre com verbos que indicam existência, ausência, apresentação, surgimento, aparecimento e desaparecimento, cuja função é introduzir um sujeito e apresentá-lo na consciência do falante CONTRERAS (1976)³⁶.

³⁶ No original: “to introduce the patient, to present it, so to say, to the addressee’s consciousness”, (p. 54)

No *corpus*, encontrei uma frequência significativa de VS com verbos *existenciais-apresentativos*, principalmente nos dois últimos séculos em que a ordem VS torna-se mais rígida. Praticamente, em 60% dos casos com verbos existenciais apresentaram um SN novo. Com esse tipo de verbo, a inversão do sujeito é praticamente uma tendência universal (GIVÓN, 1984). Givón afirma que tais verbos, alguns dos quais a gramática classifica como impessoais, são estratégias de *descontinuidade* discursiva e têm a mesma finalidade das cláusulas VS.

As propriedades sintáticas das cláusulas VS apresentativas encontradas no nosso *corpus* podem ser resumidas no quadro a seguir:

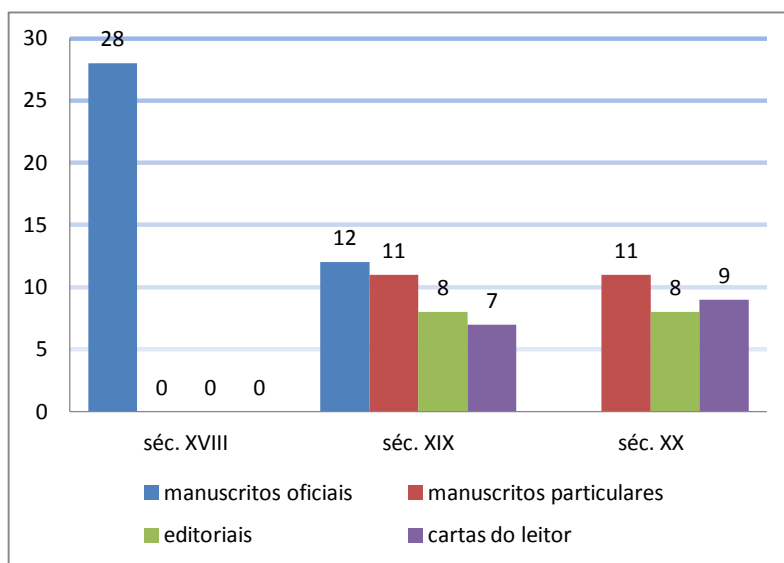
Quadro 13: Propriedades sintáticas das cláusulas VS *apresentativas*

(i) – <i>orações [-] transitivas com verbos existenciais e não-existenciais ou copulativos</i>
<p><u>Passou com effeito o Vizitador com oseu Secretario</u> a vizitar a Provincia, ea pôr em praxe <i>oque</i> sehavia recõmendado naquella car- ta MO-11</p> <p>Cumprindo o respeitavel despacho na petição de V. <i>Excelência</i> na petição de Antonio Pusciano Phernando Lessa, em que pede a graça de ser admitido neste Instituto, como alumno interno gratuito, ser filho de nome Vicente do Rego Phernando Lessa, tenho a informar a V. <i>Excelência</i> que <u>actualmente não existe vaga no respectivo quadro nem de internos gratuitos, nem de pensionistas da provincia.</u> MO-19</p>
(ii) – <i>sujeito representado por um sintagma lexicalizado</i>
<p>Naõ pode servir <i>para</i> defender a barra, porque neste sitio a naõ ha, nem em cem Legoas em Roda, tirando a de Jaguaribe emque <u>so entraõ sumacas piquenas</u>, porque tudo omais he costa direyta com muytas obras enseadas. - MO-05</p>

4.3.2.2. A frequência das cláusulas VS *apresentativas* no *corpus* analisado

Em relação à frequência no *corpus*, devido a sua função mais convencionalizada, a qual se caracteriza pela possibilidade de introduzir informação nova no discurso, a cláusula VS *apresentativa* se apresentou de forma bastante igualitária em termos numéricos entre os gêneros narrativos, considerando a distribuição por séculos. Abaixo, o Gráfico 4 sintetiza os números obtidos.

Gráfico 4: Distribuição das cláusulas VS *apresentativas* no *corpus*



Embora os números sejam pouco expressivos no gráfico 4, posso arriscar uma possível hipótese: a ordem VS apresentativa, ainda que mais marcada, parece se alocar em gêneros predominantemente narrativos. Porém, para a confirmação de tal hipótese, há necessidade de uma investigação mais refinada. No gráfico 4, nos gêneros de sequências

mais narrativas, como os manuscritos oficiais iniciais do século XVIII e os particulares, a frequência desse tipo de construção mostrou-se ligeiramente mais elevada do que nos gêneros de sequência do tipo dissertativa, como os editoriais e cartas do leitor.

4.3.3. As cláusulas VS *introdutoras de comentários*

Entre sentenças VS apresentativas caracterizadas como uma estratégia de *descontinuidade* discursiva, ou seja, aquelas inseridas em “porções” do texto em que há uma interrupção do tópico discursivo encontram-se aquelas em que o autor insere significados subjetivos em que fala de si mesmo, de seus sentimentos e até mesmo tecer comentários avaliativos sobre alguém ou sobre algum acontecimento qualquer. Vejamos o exemplo, a seguir, retirado de uma carta do leitor do século XIX como exemplo de um trecho em que a ordem VS é utilizada para introduzir um comentário subjetivo do autor.

O texto está dividido em dois segmentos tópicos: “*os grandes patriotas*” e “*pequenos patriotas*”. Através de constantes implicaturas, o autor discute a relação do cenário político da época com o patriotismo. O trecho a seguir refere-se ao segundo segmento “*os pequenos patriotas*”.

- (43) ||Compete-lhe por tanto já e já o cargo de minis-|tro de estado de presidente do conselho. ||E eu, reverente, já lhe curvo a fr[e]nte e nem sei | como não lhe envergo a gambia! || E quanto de felicidade e de ventura não vem | trazer a nova e grande descoberta! Ah! isto é de | um alcance sem limites... Todo mundo vem de hoje em diante, ser *gran-/de patriota!* *Cousa tão facil, cousa tão boa!* || Ninguém mais portanto se empenhará na pe-|quenina tarefa de cogitarem idéas novas, do fu-|turo! || Oh! como to[d]o mundo descansa, como vivem | quietos e tranqüilos os espiritos!|| Como cessa toda a turbulencia, como vão os po-|vos viver em plena paz? Oh! seculo XIX, o prodigio do teu esforço to-|cou a meta; descobriste o grande patriota, apagaste o pequeno. – CL 08

No desenvolvimento do texto, após a introdução de *grandes patriotas*, um referente já dado num contexto precedente, o autor interrompe o tópico discursivo com a inclusão de vários segmentos parentéticos³⁷ e deixa revelar sua indignação perante as ações daqueles que se dizem ser grandes políticos e prezam pela Pátria.

Em (43), há marcas frequentes de ruptura momentânea do desenvolvimento do tópico discursivo. Essas marcas evidenciam que houve inserção de um elemento desviante do tópico. Entre tais desvios, localizamos a inserção de duas sentenças na ordem VS: *como vivem |quietos e tranqüilos os espiritos! Como cessa toda a turbulencia, como vão os povos viver em plena paz!* Essas cláusulas estão fora do percurso do segmento tópico, no entanto, elas revelam conteúdos subjetivos e ajudam o leitor a identificar o ponto de vista do autor sobre a temática. É claro, que, para isso, é preciso contextualizar e relacionar, na base discursiva, a cláusula como um todo. Só assim é que se poderá entender a ruptura tópica como “avaliações e comentários laterais sobre o que está sendo dito, e/ou sobre como se diz, e/ou sobre a situação interativa e o evento comunicativo”, (JUBRAN, 2006, p. 305).

Situação idêntica encontra-se no contexto de (44), trecho retirado de um editorial e de uma carta de leitor.

- (44) Quando o anno passado encerramos, co-|mo hoje os nossos trabalhos typographicos, lisongeiras esperanças nos animavão de que | o decimo nono anno da nossa independencia |seria mais feliz do que o decimo oitavo, em | que então fallavamos; mas quanto nos en-|ganamos! Os nossos negocios politicos tem |conservado o mesmo aspecto; para

³⁷Paratentização constitui-se como um fenômeno de *descontinuidade* discursiva. O processo caracteriza-se pela inserção de breves desvios de um tópico discursivo que não podem ser descartáveis no texto. Ver Jubran (2006).

dizemos | melhor, novos males nos tem aparecido, | sem que vejamos curado nenhum daquelles, | que então lamentavamos. Maranhão ainda se | não acha de todo quieto; o Rio-Grande ain-|da luta, e lutará (queirão os Ceos, que erremos) na ensanguentada arena; o Cea-|rá, que o anno passado se contentava de fa-|zer contra o Presidente guerra de palavras, hoje já vê os partidos lançarem mão das ar-|mas para se destruirem. CL – 14.

Em (44), através de uma cláusula SV, o tópico discursivo “nossos negócios políticos” é introduzido. No decorrer desse tópico, o autor cita a situação do cenário político nos Estados brasileiros. Exatamente nesse trecho, encontra-se um parêntese em que o autor emite seu desejo em relação ao contexto político de lutas do Rio Grande do Norte. O desvio parentético é evidenciado pelo fato de que o segmento *queirão os Ceos, que erremos*, materializado numa cláusula VS, não é concernente com o tópico introduzido (*negócios políticos*), porque desloca o foco desse segmento para o próprio autor. Segundo Jubran (2006, p. 307), “o desvio parentético traz para dentro do texto explicações sobre a situações enunciativas que têm implicações sobre a significação dos enunciados tópicos vizinhos”.

4.3.3.1. Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS introdutoras de comentários

A ordem VS se presta à estratégia discursiva de sinalizar as porções do texto que correspondem às expressões dos pontos de vista, juízo de valor, sentimentos e opiniões dos falantes. A inserção de cláusulas VS introdutoras de comentários aparecem no *corpus* com

diversas finalidades. Muitas vezes, a inclusão de VS como estratégias de *descontinuidade* discursiva surge como um recurso focalizador de algum conteúdo.

Nas análises, foi possível encontrar cláusulas VS de inserção de comentários relacionadas à *exemplificação*, em que o autor, ao introduzir a sentença VS, revela sua atitude em relação ao acontecimento do que comunica. A inserção de uma cláusula conformativa, introduzida pela conjunção *como*, no segmento em (45), gera confiabilidade e aceitação do que é dito à espera de adesão do interlocutor.

- (45) ||Houve alguns equívocos no noticiário ou nas informa- | ções transmitidas ao redator, que me cumpre retificar. || 1º) – Não compareci a Assembleia como emissário do | ilustre Governador do Estado. Isto foi por mim insistente- | mente frizado, como o poderão atestar todos os deputados | que me ouviram. Não ocupo cargo público, no Estado e não | haveria razão par que o governador Cid Sampaio, dispondo | de brilhantes e capazes auxiliares, me confiasse tal missão. CL – 11

Por meio de *inversão apresentativa*, o autor ainda manifesta epistemicamente o valor que deseja atribuir às proposições tópicas adjacentes às cláusulas, conforme se pode verificar no exemplo (45) de um manuscrito particular, em que a ordem VS mostra que o autor, Joaquim Nabuco, relativiza, através do uso de um verbo modalizador epistêmico (*parecer*), o teor de certeza sobre a veracidade do seu estado de vida.

- (46) Parece uma sina este meu estado de vida. Não é que | eu queira viver desta forma. Tenho fé em Deus | que tudo irá melhorar. MP-18

Outra finalidade das sentenças VS é evocar conhecimento partilhado do tópico. Esta finalidade é estabelecida em sentenças VS cujo sujeito é situacionalmente dado, em que o autor procura envolver o interlocutor em comentários, avaliações ou em situações a respeito

do assunto tratado no tópico discursivo, como se observa no trecho de uma carta particular em (46) através do uso do pronome *você*.

(47) Na carta que vai aberta, ficando encarregado | de fechala antes da entrega, terá Voce conheci- | mento de todo o programa que desejo realizar | até o dia 7 de Outubro. || Mas para um ponto chamo logo antecipadamente a atenção de Vocês, do Club Nordestino: | Precisamos prestigiar o Clay! || O professor Clay é um Sergipano ilustre, | nordestino portanto, que é candidato a deputa- | ção federal ahi pelo Rio Grande. MP-28

Em (46) e (47), as cláusulas VS introduzem, no texto, um comentário revela alto grau de envolvimento e de afinidade do autor com o tópico que desenvolve e com o leitor. Em (48), a carta foi enviada por José Lins do Rego ao amigo Gilberto Freyre e em (49), o autor é Joaquim Nabuco.

(48) aqui estou desolado com a ida de Cristina para os Estados | Unidos. Só agora é que estou medindo os [fatos]. Vê-la distante é como se tivesse perdido alguma coisa de mim. | [Mas] [temos] que ser [*inint.*] com a vida. [*inint.*] [fato] | [tempo] que não [*inint.*] mesmo. [*inint.*] [sobre] o seu bilhete | com as felicitações me vieram lágrimas aos olhos e eu me | lembrei de toda a nossa vida, dos grandes dias de nossa vida. MP-23

(49) Acabo de ter a triste noticia que| dá hoje o Jornal e mando-te| as minhas mais sentidas| saudades de amigo n'este| cruel transe de tua vida. | O laço que te prendia a| teu pai era mais profundo| e complexo do que costuma| ser a afeição filial; eram| duas vidas misteriosa e| [fol. 2r] subterraneamente ligadas| entre si, e por isso a tua| solidão deve ser cruel hoje| que o não tens mais. MP-13

Com as interpretações dos dados de (43) a (49), é possível sintetizar as propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS introdutoras de comentários da seguinte maneira:

Quadro 14: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS *introdutoras de comentários*

(i) – apresentam um SN [+/- definido].
(ii) – apresentam sujeito [-] agentivo.
(iii) – exprimem um comentário acerca de um tópico.
(iv) – introduzem uma informação nova (SN) que tende a não ser tematizado
(v) – tendem a figurar em segundo plano (<i>fundo</i>) do texto.
(vi) – estabelecem algum tipo de relevo sobre algum conteúdo.
(vii) – constituem como estratégias de descontinuidade textual, em que há interrupção do tópico discursivo.

A transitividade desse tipo de cláusula atinge, no máximo, a escala 3, em virtude do fato de, nessas cláusulas, codificarem-se “coisas sob nossa perspectiva” ou serem reflexos da subjetividade em nosso uso diário da língua. Sendo de baixa transitividade, é consensual a conclusão de que ordem VS introdutora de comentário ocorra em contextos de *fundo*³⁸, fora de cadeias tópicas. Os exemplos apresentados anteriormente indicam que as cláusulas VS introdutoras de comentários, de fato, são estratégias descontínuas de interromper o fluxo discursivo do texto.

4.3.3.2. Propriedades sintáticas das cláusulas VS *introdutoras de comentários*

Um aspecto sintático se destaca nas cláusulas introdutoras de comentário: o fato de esse tipo de sentença não ser atado a enunciados antes e depois da cláusula. Isso confirma,

³⁸ Cabe informar que a alta transitividade das cláusulas associa-se à figura em textos eminentemente narrativos. Para maiores detalhes vale a pena conferir o estudo de Hopper e Thompson (1980).

portanto, a propriedade de desvio tópico, uma propriedade igualmente particularizadora do fenômeno de parentetização. Nos dados analisados, foi possível verificar que não há qualquer segmento na fronteira inicial e final que possa promover nexos entre a cláusula VS e os enunciados condutores do tópico discursivo.

Esse tipo de cláusula VS, geralmente, é de curta extensão e, de acordo, com os dados do *corpus*, têm as seguintes propriedades sintáticas:

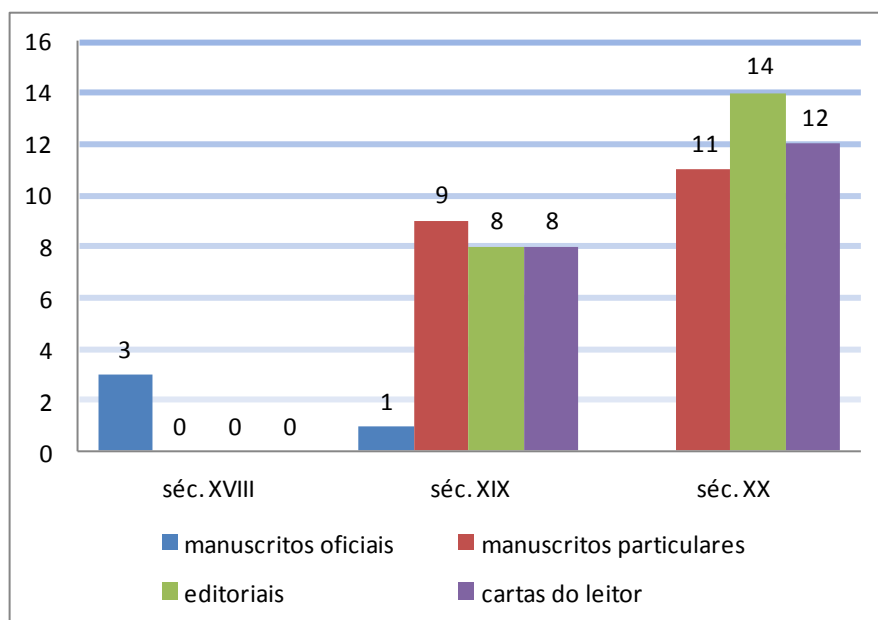
Quadro 15: Propriedades sintáticas das cláusulas VS *introdutoras de comentário*

<p>(i) – <i>orações com verbos não-existenciais, copulativos ou de cognição.</i> <u>Parece uma sina este meu estado de vida.</u> Não é que eu queira viver desta forma. Tenho fé em Deus que tudo irá melhorar.</p>
<p>(ii) – <i>sujeito representado por um sintagma lexicalizado</i></p>
<p>(iii) – <i>apresentam cláusulas VS simples e independentes.</i> Geralmente, não há quaisquer segmentos na fronteira inicial e final que promovam nexos lógico-semânticos entre a cláusula VS e os enunciados condutores do tópico discursivo. o Rio-Grande ain- da luta, e lutará (<u>queirão os Ceos, que erremos</u>) na ensanguentada arena;</p>
<p>(iv) – <i>quando codificadas em construções complexas expressam uma relação lógico-semântica com uma oração antecedente.</i> No <i>corpus</i>, essa forma só ocorreu em 3 situações em que as cláusulas VS estavam relacionadas à a finalidade de <i>exemplificação</i>. Houve alguns equívocos no noticiário ou nas informa- ções transmitidas ao redator, que me cumpre retificar. 1º) – Não compareci a Assembleia como emissário do ilustre Governador do Estado. Isto foi por mim insistente- mente frizado, <u>como o poderão atestar todos os deputados que me ouviram.</u></p>

4.3.3.3. A frequência de VS *introdutoras de comentários* no corpus analisado

Ao analisar as finalidades discursivas da ordem VS que introduz comentário, verifiquei que esta categoria esteve presente em contextos de gêneros de comentários e de narrativa de experiência pessoal pertencentes à classe de texto do subtipo dissertativo, com função argumentativa, e narrativa. O Gráfico 5 resume a distribuição dos resultados obtidos.

Gráfico 5: Distribuição das cláusulas VS *introdutoras de comentários* no corpus



Na amostra dos dados, existe a centração das cláusulas VS de comentário, principalmente nos editoriais (24); em segundo lugar, em cartas do leitor (22) e, por último, em manuscritos particulares. Era de se esperar que essa função da ordem VS fosse assegurada em todos esses gêneros, pois eles guardam, em sua natureza discursiva, lugares

de “subjativação de significados que expressam a atitude ou o ponto de vista do falante”, (ABRAÇADO, 2011, p. 138).

4.3.4. As cláusulas VS *introdutoras de discurso reportado*

Além das cláusulas VS *não-apresentativas*, *apresentativas* e de *comentários*, identifiquei, no *corpus*, a partir do cruzamento dos tipos de verbos, com a representação do sujeito e com o *status* informacional do SN, um tipo de construção que deriva de uma das tantas outras necessidades comunicativas universais dos seres humanos: a de reportar discursos.

No *corpus*, foram encontradas 66 cláusulas VS cuja função é de reportar discursos ou pensamentos de outra pessoa. Embora em contextos bem menos numerosos, se comparados com as outras categorias funcionais da ordem verbo-sujeito categorizadas nesta tese, as sentenças introdutoras de discursos reportados compõem-se de verbos responsáveis por codificarem citações, os quais são classificados semanticamente como *dicendi*, de *enunciação* ou de *comunicação*, cujo protótipo é o verbo *dizer*. No exemplo (50), a seguir, é bastante evidente o uso desse tipo de verbo referindo-se a um discurso indireto.

- (50) Diz Timotheo Jozé de Mattos|Tenente da 6^a Companhia do regimento daca|valaria Melicianno dacida de Olinda, confirmá| do por *Vossa Alteza Real* eno dia 14 deFevereiro de1803, que ille seacha provido no posto deCapitaõ da 1^a companhia do = | mesmo Regimento Pelo Governador eCapitão General de=| Pernambuco – MO-13

Conforme os resultados obtidos no Quadro 9, tais verbos *dicendi*/de comunicação corresponderam à quarta maior categoria de fatores linguísticos favorecedores da inversão do sujeito nos séculos XIX e XX. Praticamente, todas as construções com a presença de um verbo *dicendi* licenciam o sujeito posposto, fato que fez considerá-las como estruturas fixas da língua portuguesa. No *corpus*, a maior incidência dessa categoria de verbos se apresenta no século XIX (16%) e no século XX (13%).

Geralmente, os sujeitos pospostos aos verbos de comunicação são acentuadamente sintagmas nominais que carregam o estatuto de informação mais previsível devido a seu referente estar dado textual ou situacionalmente. Isso significa que cláusulas VS introdutoras de discurso reportado são menos desviantes do tópico discursivo quando pendem mais para o conteúdo dos enunciados de relevância tópica. Portanto, essas sentenças contribuem para o processo de *continuidade* discursiva, ao contrário das cláusulas *introdutoras de comentários e apresentativas* descritas na seção anterior.

A particularidade das cláusulas VS deste tipo é indicar fontes enunciativas do discurso. Assim, preenchem, principalmente, a função pragmática de atribuir à outra fonte de enunciação identificada no texto a perspectiva sobre o assunto ou a responsabilidade pelo dizer. No exemplo (51), encontra-se tal função:

- (51) Para Burle Marx a maioria | das cidades brasileiras não possui|
planejamento urbanístico adequa-|do às suas condições e caracterís-|ticas.
|| “ Na Guanabara – exemplifi-|cou êle – existem ruas planejadas | para
edifícios de até dois andares | e que hoje possuem arranha-céus;| São
Paulo é monstruosa como ci-|dade e a Bahia que possuía exce-|lente
parque urbanístico está mui-|to mal orientada pelos órgãos res-|
ponsáveis”. ED - 29

Em (51), no trecho de um editorial publicado no Diário de Pernambuco, o tema desenvolvido é sobre o “o planejamento urbanístico”. O editorial discute como as cidades brasileiras sofrem com a falta de planejamento. Ao falar de algumas cidades, como, por exemplo, a cidade da Guanabara, mesmo não usando um verbo *decendi* prototípico (*exemplificar*), é atribuída ao arquiteto Burle Max a perspectiva sobre o assunto. É para o arquiteto que o discurso é direcionado. Assim, o editorialista se exime da responsabilidade do que é dito. O recurso de citação direta, as aspas, é um indício de que podemos atribuir a esse verbo a função de referir-se a um discurso de *outrem*. Na cláusula, o sujeito é dado no contexto precedente e o verbo *exemplificar* comporta a acepção do verbo dizer, assim como em (52), com o verbo *afirmar*.

(52) ||Afirma (affirma!) o sr. dr. Amazonas | que nenhum roubo soffri. Quererá dizer | que o sr. dr. esteja disposto a me indem- | nisar do seu bolsinho o que me foi rou- | bado para patentear melhor e maior ge- | nerosidade em prol da sua fútil defeza? || CL -16

As cláusulas que introduzem discurso reportado também indicam para o leitor a origem do objeto do dizer. Geralmente, o sujeito posposicionado é acompanhado de segmentos inseridos para atribuir qualificação da fonte da enunciação ao interlocutor para a abordagem do tópico. Isso fica evidente no exemplo (53), retirado do trecho de um requerimento escrito pelo Capitão de Infantaria das Ordenanças de Sirinhaem à rainha D. Maria I, pedindo licença para portar e usar armas curtas.

(53) Diz José Pinheiro Salgado, Morador na Freg.^a | da villa deSerenhem, districto da Capitania de Pernam-|buco, V.^a deSanto Antonio de Rosife, Capitão das Infantarias| das Ordenanças da mesma villa deSerenhem, deque he Ca-|pitaõ Môr Manoel de Barros Vanderly, que elle sups.¹⁶ | he

muitas vezes encarregado pelo Ilustríssimo Capitão Mor de varias | ordens do Real Serviço por toda aquella Freguezia na dis-|tancia deseis legoas, ealem disso he Administrador de dois Enge-|nhos denominados oAnjo, em que rezidem cento e vinte e| oito Escravos seus, e alheos, sendo obrigado a hir a Villa |de Rosife na distancia de mais de dezaseis legoas ajustar | as suas contas com os donos do mesmo Engenho, e a tratar | outros negocios seus, como tambem ahuma Serra deserrar | Madeiras, etaboados, que tem sua propria na distancia de |mais de tres legoas MO-10

Nas construções com verbos de comunicação, o objeto do dizer constitui o foco da sentença, portanto, é a parte da cláusula para a qual deve ser dirigido o fluxo de atenção. Desse modo, o conteúdo que se diz carrega a informação mais proeminente da cláusula. A configuração desse tipo de construção, geralmente, é VSX, já que os SNs sujeitos estão relacionados à informação já mencionada no discurso.

Por vezes, a ordem VS de discurso reportado caracteriza-se como uma estratégia de *descontinuidade discursiva*, (GIVÓN, 1979), para opinar a respeito do tópico discutido e, portanto, provoca uma breve suspensão do tema. Nesses casos, a sentença VS identifica e responsabiliza o autor do discurso, como ocorre em (54):

- (54) O que não se compreende, é que | esta companhia na estulta pretensão | de manter o preço da luz fornecida, | queira exigir do povo ja bastante | asphixiado pela crise que atravessamos, | o mesmo preço, que vinha fazendo | anteriormente ao Decreto do governo | federal. || Decreto este, que veio beneficiar o | povo. O povo, como muito bem | diz este popular JORNAL PEQUENO | nada tem que ver com a economia | externa da empreza fornecedora de | luz, se ella se acha em estado de | não poder continuar, se e credora de | quem quer que seja por grandes | quantias, o povo não pode ser obri- | gado a concorrer para a solução | dessas mesmas quantias. – CL 18

Em resumo, as cláusulas VS introdutoras de discurso reportado reúnem as seguintes propriedades semântico-discursivas:

Quadro 16: Propriedades semântico-discursivas das cláusulas VS de discurso reportado

(i) – apresentam um SN sujeito [+ definido].
(ii) – apresentam sujeito dado textual ou situacionalmente.
(iii) – introduzem a informatividade da sentença no objeto do dizer.
(iv) – tendem a figurar em segundo plano (<i>fundo</i>) do texto.
(v) – aparecem como estratégia discursiva para atribuir a outra fonte de enunciação identificada no texto a perspectiva sobre o assunto.
(vi) – indicam a origem do objeto do dizer.
(vii) – estabelecem algum tipo de relevo sobre o conteúdo do que se diz.
(viii) – constituem estratégias de continuidade e descontinuidade discursiva.

4.3.4.1. Propriedades sintáticas das cláusulas VS introdutoras de discurso reportado

Os verbos *dicendi* são formas introdutoras de discursos de dois tipos. O primeiro, o falante preserva as características de codificação do enunciado reportado, enquanto que o segundo o faz por meio de paráfrases, de modo que o falante toma para si a responsabilidade da autoria do discurso. No *corpus*, o verbo *dizer* caracterizou a forma mais recorrente para introduzir uma citação indireta em estrutura VS. *Dizer* corresponde a 90% de todas as ocorrências de verbos de enunciado no discurso indireto, correspondendo

ao verbo mais prototípico da classe de predicadores que emolduram o discurso reportado. Em 7 ocorrências, os verbos *informar*, *publicar*, *falar* e *reclamar* são identificados como formas que podem semanticamente introduzir discurso reportado.

Do ponto de vista sintático, os *verbos de comunicação* projetam dois participantes da oração: o dizente, representado por um SN ou um pronome sujeito, e o discurso citado (55) quando a citação é direta. Quando as construções reportam o discurso indiretamente, o objeto da cláusula matriz tende a ser codificado por um objeto oracional, introduzido por um elemento complementizador³⁹ (*que*) antes da citação indireta, como em (56):

(55) Diz o communicante: - *Não e a data | das experiencias feitas em Hespanha que destroe | o seu valor, outras muitas tem sido feitas, e o | resultado por toda ha sido o mesmo.* CL – 13

(56) Dizem os officiaes que de presente servem na Camara davil-|la de sancta Maria Magdalena da Alagoa do Sul Capitania de Per|nambuco, que sendo Vossa Majestade servido premeiar o Mestre de Campo do[?]er|-co dos Paulistas Domingo Jorge Velho sem divizaõ das terras, em| que sabia situar, noque recebe gravissimo prejuízo os moradores da[inint.] vi|-la pellos excessivos robos desua gente, eporesta causa não podem os| d[?] moradores aproveytar as cabeceyras de suas situações, deque neces|sitãõ asim *parasua* conservacaõ, comopara oaugmento dafazenda deV. | *Majestade* – M0 – 01

Quanto à ordenação das palavras, duas configurações são possíveis com os verbos *dicendi*: XVS e VSX. Essas configurações estão relacionadas diretamente ao modo que o falante/escrevente escolhe para codificar o discurso do enunciador, se direto ou indireto. No *corpus*, a estrutura mais recorrente é a citação indireta, o que é dito se posiciona após o

³⁹ As cláusulas subordinadas com verbos *dicendi*/de comunicação foram analisadas por Silva (2010) na dissertação de mestrado: “A sintaxe por subordinação no Português do Brasil: uma análise funcional das cláusulas de complementação verbal.

sujeito, como vemos em (55). As cláusulas VS de discurso direto ou indireto identificadas aparecem para introduzir frases ou fatos de autoridades cujo emprego reforça a argumentação ou a contra-argumentação do informante.

Em síntese, às cláusulas VS introdutoras de discurso reportado podem ser atribuídas as seguintes propriedades sintáticas:

Quadro 17: Propriedades sintáticas das cláusulas VS *introdutoras de discurso reportado*

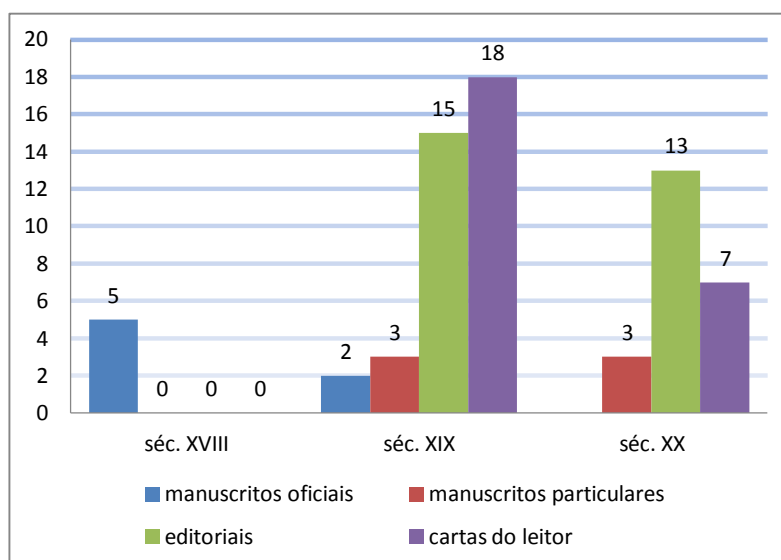
(i) – <i>construções com verbos dicendi/enunciação/comunicação.</i>
(ii) – <i>sujeito geralmente representado por um sintagma nominal.</i>
(iii) – <i>quando codificadas na configuração VSX, as citações são integralizadas com a introdução do elemento complementizador (que) para indicar dependência sintática.</i>
(iv) – <i>quando codificadas em construções XVS, as citações não expressam dependência sintática.</i>

4.3.4.2. A frequência de cláusula VS *introdutora de discurso reportado* no corpus analisado

A função de reportar outro discurso é uma necessidade universal dos falantes de qualquer língua natural. Em qualquer que seja o ato comunicativo, sempre é possível recorrer a estruturas da língua para citar um discurso, um enunciado de *outrem*. É justamente essa finalidade universal que parece direcionar a frequência da ordem VS introdutora de discurso reportado para um determinado tipo de gênero. Predominantemente,

o gênero de cunho opinativo que se presta a expor pontos de vista e emitir avaliações subjetivas é que comporta esse tipo de sentença. As cláusulas VS, as quais foram classificadas por uma série de propriedades sintático-semântico-discursivas, como discurso reportado, no *corpus*, tornaram-se presentes nos gêneros editorial e carta de leitor. O Gráfico 6 mostra a distribuição dessas cláusulas no *corpus* analisado.

Gráfico 6: Distribuição das cláusulas VS *introdutoras de discurso reportado* no *corpus*



Como pode ser observado, há uma quantidade significativa de ocorrência da cláusula VS com verbos *dicendi* tanto no editorial (28) como na carta de leitor (25). Nos dois gêneros textuais, sentenças de enunciação se aproximam nos dois últimos séculos. Diferentemente, nos manuscritos oficiais (7) e particulares (6), a forma de reportar os discursos tornou-se bem menos frequente. Ao que tudo indica, parece que o principal motivo da ocorrência maior dessas cláusulas nos gêneros carta de leitor e editorial deriva

das diversas estratégias discursivas, muito comuns, de *exemplificação*, de *atribuição da perspectiva* ou *responsabilidade da citação*.

Concluída a análise dos fatores discursivos das cláusulas VS nos textos pernambucanos dos séculos XVIII, XIX e XX, passo, na próxima seção, a tecer os comentários gerais sobre os resultados obtidos do percurso traçado nesta investigação.

As diversas pesquisas sobre o português brasileiro permitiram a caracterização e o entendimento do fenômeno VS. Encontrei investigações de orientação gerativista: Bittencourt (1979), Nascimento (1984), Coelho (2000) e Spano (2008); de orientação sociolinguista: Berlinck (1988, 1995) e Lira (1982) e até funcionalista, Pontes (1987), Votre e Naro (1991) e Marques (2008). Além disso, embora menos exploradas, existem investigações que permitem associar a causa da ordenação VS à finalidade estilística. Nesse tipo de abordagem, diz-se que nas cláusulas declarativas, consideradas mais “básicas” das línguas naturais, as causas que asseguram a inversão é a possibilidade de realçar e enfatizar o sujeito ou qualquer elemento deslocado da sua posição mais básica (SVO).

Independentemente de qualquer orientação teórica, a maioria das pesquisas concebe a ordem VS no português brasileiro como um fenômeno de variação e atribuem-lhe o caráter marcado pelo fato de ser menos produtiva e limitada a determinados contextos. Além disso, explica que a principal causa da ordem VS reside na natureza de duas categorias linguísticas: *o verbo* e *o sintagma nominal* e, a eles, outros fatores *sintático-semânticos* são associados, como a extensão, codificação do SN, a definitude, a animacidade e a transitividade do verbo.

A partir de uma reavaliação dessas duas tendências gerais, decidi explorar as cláusulas VS numa perspectiva menos variacionista. Isso me permitiu considerar a inversão do sujeito como um fenômeno também produtivo, independente de ser mais ou menos frequente na língua. Para isso, parti da ideia de Greenberg (1963), o qual acredita em não haver uma ordem mais básica para as palavras na frase. Para o autor, quaisquer que sejam

as sequências dos constituintes (VS, VSO, OVS, SVO, OSV) elas refletem os usos naturais. Desse modo, pude argumentar que, apesar de limitada a uma série de restrições estruturais, como apontam os estudos descritos por mim na introdução da Tese, a ordem VS é possível, desde que se obtenha o efeito de sentido pretendido nos usos da linguagem realizados pelos falantes.

A consequência da adoção desse princípio levou-me ainda a acreditar em outra tese: a de que o princípio governante para a distribuição dos constituintes na sentença está correlacionado, além de fatores formais, aos aspectos pragmáticos da comunicação humana. Por isso, propus uma explicação de natureza mais *discursiva* e parti da hipótese de que o que está em jogo na ordem VS é, principalmente, o grau de informatividade do SN-sujeito e sua correlação com as estratégias de textualidade.

Não diferente de outros estudos já realizados, objetivei investigar e explicar as motivações que determinam a ordenação VS a partir de um elenco de fatores associado à natureza do verbo e do SN na função de sujeito. No entanto, avaliei esses fatores, numa abordagem textual-discursiva para demonstrar como se pode correlacionar uma estrutura morfossintática da língua com a função que ela exerce na organização do texto. Sendo assim, pude analisar a ordem VS no *corpus* em dois níveis complementares: **o linguístico e o discursivo**.

No primeiro nível, os resultados mostram que o verbo predicador constitui o elemento central na definição da ordem dentro da sentença. A hipótese de que os verbos de apenas um argumento tendem a licenciar mais fortemente a posposição do sujeito, enquanto que os pluriargumentais são mais avessos à ordenação VS, foi confirmada. A força da monoargumentalidade dos verbos mostrou-se um princípio de fixação da ordem VS nas sentenças declarativas em estágios mais atuais da língua portuguesa. À medida que

aumenta o número de argumentos do verbo, a possibilidade de posposição do sujeito diminui. Em termos de caracterização sintático-semântica, considerando o modo como o verbo se associa com a escala de transitividade, a posposição do sujeito é mais comum em construções consideradas pouco transitivas *existenciais*, *não-existenciais* e *copulativas*. Uma categoria especial de verbo mostrou-se pertinente e capaz de licenciar a ordem, os verbos classificados como verbos *dicendi*/de comunicação.

Quanto ao SN-sujeito, as características – a extensão e a representação do sujeito – selecionadas como mais relevantes, em tese, estabelecem associação direta com a ordem VS. Os resultados confirmam o que Votre e Naro (1991), Coelho (2000), Marques (2008) e Spano (2008) encontraram em seus dados: os pronomes, logo menos extensos, concentram-se mais fixados nas posições pré-verbais e, portanto, inibem a ordem verbo-sujeito, ao contrário dos SN pleno e nomes comuns. Mas se esses fatores estiverem associados ao *status* informacional, a relação com a ordem VS não se estabelece diretamente. O princípio que governa a ordenação das palavras é correlacionado com a previsibilidade da informação. Assim, quanto mais previsível e acessível for uma informação para o interlocutor, menor será a quantidade de forma utilizada e maior a tendência de o sintagma apresentar-se antes do verbo.

A atuação do *status* informacional do SN-sujeito nas cláusulas VS aponta para a confirmação da hipótese aventada de que a inversão é também resultado de estratégias de *continuidade* e *descontinuidade* textual-discursivas. Dessa forma, as cláusulas VS tanto podem apresentar sujeitos evocados textualmente como sujeitos novos. Com isso, o princípio que assegura a inversão do sujeito se define em razão do fluxo discursivo. Se o sujeito da cláusula VS estiver incluído no fluxo referencial do texto, ele tenderá a ser representado sempre por uma forma pronominal ou por um sintagma nominal pleno, desde

que seu referente esteja mencionado em um contexto relativamente próximo de sua menção anterior. Porém, caso o sujeito esteja quebrando o *fluxo referencial*, a tendência será ser representado por um SN com alto grau de “novidade”.

Ao considerar a integração dos fatores linguístico-discursivos, consegui caracterizar, segundo as estratégias de *continuidade* e *descontinuidade* textual, quatro tipos de cláusulas com sujeito posposto: VS *apresentativa*, VS *não-apresentativa*, VS *de comentário* e VS *de discurso reportado*. Essas construções, dependendo de sua escala de transitividade, podem configurar-se em ‘porções’ centrais ou periféricas da organização dos textos e, pragmaticamente, cumprem a função de introduzir uma informação nova, de participar do fluxo informacional do texto e de apresentar comentários e discursos reportados.

Como estratégia de *continuidade*, está a cláusula VS *não-apresentativa*. Esse tipo de construção possui a propriedade discursiva de o sujeito não se constituir como uma referência única. Pelo contrário, ele é, parcialmente, participante central ou mais polar do fluxo informacional. Sintaticamente, o sujeito é representado por um pronome ou uma expressão nominal anafórica ou um sintagma lexicalizado. Geralmente, essa cláusula tende a figurar em sequências mais narrativas e tem a função de fazer avançar o discurso.

Contrariamente à cláusula anterior, a VS *apresentativa* atua como uma das estratégias de *descontinuidade* textual. Para essa construção, sempre se pode assegurar o princípio de que tudo que é pressuposto, mas precisa ser declarado precede aquilo que é mais informativo e inusitado. No *corpus*, foi possível identificar que, quando o sujeito carrega o *status* de novidade, esse tipo de sentença tende a quebrar o fluxo discursivo. Por isso, a VS *apresentativa*, no plano discursivo, constitui cenários de fundo e serve para cumprir a função de introduzir uma informação nova e dar ao interlocutor material para

sustentar e ampliar o tema central do discurso. Do ponto de vista sintático-semântico, a cláusula *apresentativa*, geralmente, ocorre com verbos *existencias-apresentativos*, cuja função prototípica é introduzir um sujeito e apresentá-lo na consciência do falante (CONTRERAS, 1976).

Também caracterizada como uma estratégia de *descontinuidade*, a cláusula VS *introdutora de comentário*, tem como princípio básico interromper o tópico discursivo com a inserção de significados subjetivos, os quais correspondem a avaliações de algum conteúdo desenvolvido no texto. Além disso, a cláusula de comentário estabelece algum tipo de relevo sobre o conteúdo e, por isso, se apresenta em contextos de fundo, fora da cadeia tópica do texto. O aspecto sintático que caracteriza, principalmente, esse tipo de cláusula VS está associado à ausência de qualquer nexos lógico-semântico antes ou depois da sentença. Ao analisar as finalidades discursivas, verifiquei que essa categoria de construção está inserida em gêneros pertencentes àqueles textos eminentemente argumentativos.

A quarta e última cláusula VS caracterizou-se com a função de reportar discursos. Embora em contextos bem menos frequentes, esse tipo de sentença compõe-se de verbos responsáveis por codificarem citações. Discursivamente, são estratégias de *continuidade* e *descontinuidade* discursivas. Ou seja, ao mesmo tempo em que contribui para o processo de fazer progredir o tópico discursivo, a cláusula de discurso reportado também pode provocar a suspensão do tema. Sintaticamente, é possível caracterizá-la através de duas configurações, nas quais a ordenação dos constituintes está correlacionada ao modo que o falante escolhe para codificar o discurso do outro, se através do discurso direto ou indireto. Em relação à frequência, esse tipo de construção parece ser determinado pela natureza do gênero.

De forma predominante, identifiquei que a cláusula VS de discurso reportado alocou-se em gênero cuja função é de expor pontos de vista ou emitir avaliações sobre um determinado conteúdo.

Como se vê, as minhas análises caracterizam-se para além dos contextos meramente formais da ordem VS. Na perspectiva que adoto nesta tese, destaco, principalmente, os aspectos textual-discursivos que estão implicados no uso de uma ordem ou de outra. Mesmo ciente das limitações de minha análise e da vasta bibliografia produzida sobre a ordenação VS no português brasileiro, creio que sejam necessárias investigações mais refinadas em que se possam avaliar a correlação das formas linguísticas com a natureza dos gêneros textuais.

- ABRAÇADO, Jussara. (2011). Subjetividade e ordem de palavras no português brasileiro. *In: Revista da Anpoll: Estudos linguísticos: limites e interseções*. vol. 1, n. 3, p. 134-146.
- ABREU, Antônio Suárez. (2010). **Linguística Cognitiva: uma visão geral**. São Paulo: Ateliê.
- ANTUNES, Maria Irandé Costa Morais. (1996). **Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos**. Recife, Editora Universitária da UFPE.
- ATAÍDE, Cleber Alves de; MACENA, Ana Paula. (2010) **Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco**. Recife: Projeto PHPB /PE, CD-rom. Carta Oficial.
- _____; FERREIRA, Patrycia Siqueira C. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.
- _____; FORCIONI, Daniela. *Cartas Particulares do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Particular. Carta 6.
- _____; NUNES, Thiago. Aspectos sócio-históricos e linguísticos em cartas administrativas do período colonial e republicano de Pernambuco. *In: GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos*. Recife, Companhia Editorial de Pernambuco - CEPE, 2012, v.1, p. 15-25.
- BAZERMAN, Charles (2005). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. BAZERMAN, Charles; DIONISIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Org.). Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez.
- BERLINCK, Rosane A. (1988). **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas.

- _____. (1989). A construção VS no português do Brasil: Uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolinguísticas**. 1ª ed. Campinas: UNICAMP, p. 95-112.
- _____. (1995). **La position du sujet en portugais**: etude dachronique des varietés brésilienne et européene. Thèse de Doctorat. Katholieke Universiteit Leuven.
- _____. (1997). Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português. **ALFA: Revista de Linguística**, Araraquara, v. 41, n. especial, p. 57-78.
- BITTENCOURT, Vanda. (1979). **A posposição do sujeito em português**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- BOLINGER, Dillinger. (1987). **The form of language**. London: Logmans.
- BRANDÃO, Helena H. N; ANDRADE, Maria Lucia da C. V. de O; AQUINO, Zilda G. O. de. (2009). In: Castilho, Ataliba T. (Org.). (2009). **História do português paulista**. Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva. Campinas: UNICAMP Publicações IEL, p. 721-733.
- BUENO, Francisco Silveira. (1958). **A formação histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- CASTILHO, Ataliba T. de. (Org.). (1987). **A ordem do sujeito nominal no português culto falado em São Paulo**. Resultados de Grupo de Trabalho coordenado por Paola Bentivoglio, UNICAMP, inédito.
- _____. (1988-1999). Advérbios qualitativos no português falado. In: **Separata del Boletín de Filologia Homenaje a Ambrosio Rabanales Tomo XXXVIII**. Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, Departamento de Linguística, p. 271-300.

- _____. **Historiando o português brasileiro.** (2003). Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL. Blaubeuren: Universität Tübingen, 4 a 7 de julho.
- _____; HORA, Dermeval. (orgs.). (2010). **História do Português Brasileiro:** versão preliminar. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária.
- CHAFE, W. (1976). Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. *In:* LY, C. N. (ed.) **Subject and Topic.** New York: Academic Press, p. 25-55.
- CONTRERAS, Heles. (1976). **A theory of word order with special reference to spanish.** Amsterdam: Nort Holland.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. (2000). **A ordem V-NP em construções monoargumentais:** uma restrição sintático-semântica. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CROFT, William. (1990). **Typology and universals.** Cambridge: Cambridge Unisersity Press.
- CUNHA, Celso. (1976). **Gramática de língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Fename.
- DELANCEY, Scott. **Lectures on functional syntax.** [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://darkwing.uoregon.edu/~delancey/sb/fs.html>. Arquivo capturado em 10 de janeiro de 2010.
- DELBECQUE, Nicole. (2006). **A linguística cognitiva.** Lisboa: Instituto Piaget.
- DIK, C.S. (1987). Some principles of functional Grammar. *In:* R. Dirven & V. Fried (eds.). **Functionalism in Linguistic.** Amsterdam/ Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, pp. 81-100.
- _____. (1989). **The Theory of functional Grammar.** Dordrecht-Holland/ Providence RI-EUA: Foris Publications.

- _____. (1997). **The Theory of Functional Grammar**. Part 1. The Structure of the Clause. 2 nd rev. ed. Berlin: Mouton de Gruyter.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (1995). **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas.
- DU BOIS, Jonh W. (1985). Competing motivations. In: J. HAIMAN. (ed.). **Inconicity in syntax**. Amsterdam: Jonh Benjamins, p. 343-365.
- FIRBAS, J. (1964). **On defining the theme in functional sentence perspective**. Travaux Linguistiques de Prague.
- FERRARI, Lilian. (2011). **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Editora Contexto.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis. (Org.). (2004). **Cartas oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: Idéia.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (1998). **Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____. (2004). A transitividade dos verbos *dicendi*. In: HORA, Dermeval *et. all.* (Orgs.). (2004). **Revista do Gelne**. João Pessoa, Ideia.
- FRAGA, Rose Mary. (2012). Anúncios: o comércio de coisas e de gente. In: GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. **Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos**. Recife, Companhia Editorial de Pernambuco.
- GIVÓN, Talmy. (1977). The drift from VSO to SVO in Biblical Hebrew: the pragmatics of tense-aspect. In: LI, C.N. (Org.). (1977). **Mechanisms of syntatic change**. Austin: University of Texas Presss.
- _____. (1979). **On understanding Grammar**. Nova York: Academic Press.

- _____. (1984). **Syntax:** a functional-typological introduction. Amsterdam: John Benjamins. v. I.
- _____. (1990). **Syntax:** a functional-typological introduction. Amsterdam: John Benjamins. v. II.
- _____. (1995). **Funcionalism ad grammar.** Amsterdam: John Benjamins.
- _____. (2001). **Syntax I:** and introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- GOMES, Valéria Severina. (2005). Historia do editorial jornalístico em Pernambuco: o que mudou e o que permaneceu no curso desta tradição discursiva? *In:* PESSOA, Marlos de Barros (org). **Língua, texto e história:** manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005.
- _____. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos:** da forma ao sentido. Berlin: De Gruyter, 2010
- _____. (2012). Editorial: a voz do jornal na imprensa pernambucana dos séculos XIX e XX. *In:* GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. **Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos:** língua, história e cultura através dos textos. Recife, Companhia Editorial de Pernambuco.
- GÖRSKI, Edair. (1985). **Condições de entrada e de continuidade do referente em narrativas orais.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GUEDES, Marymárcia; BERLINK, Rosane de Andrade. (org.). (2000). **E os preços eram commodos...:** anúncios de jornais brasileiros século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- GUIRAUD, Pierre. (1972). **A semântica.** São Paulo: Difel [tradução de Maria Elisa Mascarenhas].

- GRUBER, J. S. (1976). **Lexical structures in syntax in syntax and semantic**. Amsterdam: North-Holland.
- GREENBERG, Joseph. H. (1963). Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. *In*: GREENBERG, J.H. (1978). **Universals of Language**. Cambridge: MIT Press, p. 73-113.
- HALLIDAY, M. A. K. (1985). **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publ.
- HAIMAN, J. (ed.). (1985). **Inconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins.
- HOPPER, Paul John; THOMPSON, Sandra. (1980). **Transitivity in grammar and discourse**. *Language*. V. 56, Baltimore, 251-299.
- HOPPER, Paul John e TRAUGOTT, Elizabeth Closs. (1993). On some principles of grammaticalization. *In* TRAUGOTT, E. C. and HEINE, B. (eds.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v. I. p. 17-36.
- KABATEK, Johannes (2001). Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. *In*: Daniel Jacob/ Johannes Kabatek (Eds.) **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**. Frankfurt am Main: Vervuert: Iberoamericana
- _____. (2006). Tradições discursivas e mudança linguística. *In*: LOBO, Tânia *et al.* (Org.). **Para a História do Português Brasileiro VI - Novos dados, novas análises**, Salvador: EDUFBA, Tomo II, p. 505-527.
- KATO, Mary Aizawa. (1999). A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. **Fórum Lingüístico**. Florianópolis, Pós-graduação em Lingüística, UFSC, p. 97-127
- KOCH, Ingedore Villaça. (2002). **A coesão textual**. São Paulo: Cortez.

- ILARI, Rodolfo *el. at.* (1986). A ordem dos advérbios. *In:* CASTILHO, Ataliba Teixeira (1996). (org.) **Gramática do Português falado: a ordem**. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp.
- JACOB, Daniel. (2011). **Tradições discursivas: aspectos pragmáticos, cognitivos e sociológicos**. Material disponibilizado para minicurso ministrado durante a realização do VI SIGET.
- JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. (2006). Parentetização. *In:* JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingodore Grundeld Villaça. (2006). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp.
- LANGACKER, R. W. (1987). **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. Stanford, CA: Stanford University Press.
- LIRA, S. A. (1982). **Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese**. Pennsylvania. Dissertation (Ph D) – University of Pennsylvania.
- LYONS, J. (1981). **Lingua(gem) e Linguística**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARQUES, Priscilla Mouta. (2008). **Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no português arcaico**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARTELOTTA, Mário. (2011). **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Editora Cortez.
- _____. (2004). **Ordenação dos advérbios bem e mal no português escrito: uma abordagem histórica**. Relatório final apresentado ao CNPq. Rio de Janeiro: UFRJ.
- NARO, A. & VOTRE, S. (1991). **A base discursiva da ordem verbo-sujeito em Português**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ.

- _____. (1999) **Discourse Motivations for Linguistic Regularities**: verb/subject order in spoken brazilian Portuguese. *Probus*, 11 (1). (p. 76-100)
- NASCIMENTO, Milton do. (1984). **Sur la Posposition du Sujet dans le Portugais du Brésil**. Université de Paris VIII: Doctoral Dissertation.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (1997). **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2006). **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto.
- OESTERREICHER, Wulf (1997a). Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: T. Kotschi/ W. Oesterreicher/ K. Zimmermann (eds.) **El Español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica**. Frankfurt am Main: Vervuert/ Madrid: Hibernoamericana, p. 317-340.
- OESTERREICHER, Wulf. (2001). Langage parlé et langage écrit. **Lexicon der romanistischen Linguistik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. 1,2, s.v. 62. *Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache*, pp. 584-627.
- PAIVA, Maria Conceição. (1997). **Isomorfismo informacional entre período simples e período composto**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- PEDROSA, Juliene. (2004). **A ordem sujeito verbo/verbo sujeito na fala pessoense**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba.
- PESSOA, Marlos de Barros (org). **Língua, texto e história**: manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005.
- _____. (2003). **Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade**: o caso do Recife, Brasil. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

- PEZATTI, Erotilde Goreti. (1997). Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo: Editora da Unesp, p. 37-56.
- _____. (2004). Funcionalismo linguístico. *In*: BENTES, Ana; MUSSALIM, Fernanda. **Introdução à linguística**. São Paulo: Editora Contexto.
- PRINCE, E. (1981). On the given: new distinction. **Chicago Linguistic Society**, n. 15.
- PONTES, Eunice Souza Lima. (1987). **O tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes Editores.
- SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. (2010). **Recortes temáticos e mapeamentos de Tradições Discursivas no corpus do PHPB**. Comunicação oral apresentada durante o VIII Seminário do PHPB, em João Pessoa.
- SILVA, Emanuel Cordeiro. (2010). **A sintaxe por subordinação no português do Brasil: uma análise funcional das cláusulas de complementação verbal**. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.
- SLOBIN, D. J. (1980). **Psicolinguística**. São Paulo: Nacional.
- SPANO, Maria. (2008). **A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: um estudo sincrônico da escrita padrão**. Tese de doutoramento em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- THOMAS, Earl W. (1969) **The syntax of spoken portuguese**. Nashville, Vanderbilt University Press.
- THOMPSON, Sandra.(1987). **That-Deletion from a discourse perspective**. Berkeley Linguistics Society, v. 13.

- TOMASELLO, Michael. (2003). **Constructing a language:** a usage-based theory of language acquisition. Cambridge/London: Harvard University Press.
- ULLMANN, Stephen. (1968). **Semântica:** uma introdução à ciência do significado. Trad. de J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNGERER, Friedrich; SCHMID, HansJörg. (1996). **An introduction to cognitive linguistics.** New York: Longman.
- VAN VALIN, Robert. (1990). **Functionalism, anaphora and syntax.** Review article on Susumo: Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy. *Studies in Language*, v. 14, n.1, pp. 169-219.
- _____.; LAPOLLA Randy J. (1997). **Syntax:** structure, meaning and function. United Kingdom: Cambridge Press.